



# VIDA INTERNACIONAL

Problemas da política externa, diplomacia e segurança nacional



## Miesięcznik „Mieźdunarodnaja Żyzń”

Założycielem miesięcznika jest Ministerstwo Spraw Zagranicznych Federacji Rosyjskiej

Czasopismo „Mieźdunarodnaja Żyzń” to czołowy rosyjski miesięcznik poświęcony zagadnieniom polityki zagranicznej. Wychodzi od 1954 roku. Znany jest wśród szerokich kręgów czytelników zarówno w Rosji, jak i poza jej granicami.

Miesięcznik utrzymuje stale kontakty z rosyjskim Ministerstwem Spraw Zagranicznych, co pozwala mu w sposób fachowy zajmować się zagadnieniami rosyjskiej polityki zagranicznej i dyplomacji, obiektywnie analizować problemy polityczne i gospodarcze, w obliczu których staje Rosja i świat.

Przewodniczącym Kolegium Redakcyjnego pisma jest Minister Spraw Zagranicznych Rosji Siergiej Ławrow.

Stałymi Czytelnikami miesięcznika są przedstawiciele Kancelarii Prezydenta, i Rządu RF, kręgów finansowych, gospodarczych i służb dyplomatycznych, a także naukowcy i studenci.

Miesięcznik „Mieźdunarodnaja Żyzń” wychodzi w językach: rosyjskim, angielskim, francuskim, niemieckim, hiszpańskim, portugalskim, polskim, chińskim oraz arabskim.

### Redator responsável e compilador do texto

**Evguenia Piadisheva**

Mestre em história, livre-docente

### Planejamento gráfico e composição

**Irina Znatnova**

#### Edição em português

Tradução para o português

© Sociedade Anônima de Capital  
Aberto “Grupo Editorial “Progress”

#### Diretor geral:

Sarkis Oganian

#### Chefe da redação:

Margarita Tarverdova

#### Tradutor:

Konstantin Asryantz

#### Redator:

Elena Gladkih

#### Operador de computador:

Alekssei Uvarov

#### Endereço da redação:

105064, Moscou,

travessa Gorokhovskiy 14,

Federação Russa

Fone: + 7(499)265-37-81.

Fax: +7 (499)265-37-71

E-mail: [info@interaffairs.ru](mailto:info@interaffairs.ru)

© Redação da revista

“Vida Internacional”, 2016

**Diplomacia**

**Serguei Lavrov**, *ministro das relações exteriores da Rússia*.  
Rússia e ASEAN: Novos aspectos de 20 anos de parceria ..... 3

**Konstantin Kosachev**. União interparlamentar:  
o monte vai parir um rato ou intromissão na não intromissão? ..... 9

**Relações bilaterais**

**Serguei Riabkov**, *vice-ministro das relações exteriores da Rússia*. Relações russo-americanas depois das eleições:  
“Estaremos prontos para uma nova partida...” ..... 23

**Vitali Vorobev**. Parceria estratégica confiável entre  
a Rússia e a China: fórmula do século XXI ..... 41

**Vladimir Olenchenko**. Rússia e Países Bálticos:  
contornos da concepção de relações bilaterais ..... 53

**Tendências**

**Guennadi Gatilov**, *vice-ministro do exterior da Rússia*.  
Crise humanitária na Síria: como as tragédias humanas  
são utilizadas para fins políticos ..... 75

**Kamaludin Gadjiev**. Metamorfozes de conflitos  
e guerras no mundo moderno ..... 91

**Armen Oganecian**. “Califado Pontual” na Europa ..... 111

**Concepções**

**Mikhail Titarenko**, **Vladimir Petrovsky**. Da identidade  
euro-asiática nova da Rússia ..... 117

**Valeri Vorobev**, **Roman Iliev**. Direitos humanos no  
judaísmo e na tradição do direito hebraico ..... 147

**Kirill Barsky**. “O vetor oriental” foi traçado por Primakov ..... 171



## Serguei Lavrov

Ministro das relações  
exteriores da Rússia

# Rússia e ASEAN (Associação de Estados do Sudeste da Ásia): novos aspectos de 20 anos de parceria

A região Asiático – Pacífica tem demonstrado hoje o ritmo mais dinâmico de desenvolvimento, estabelece-

se firmemente no papel de “locomotiva” da economia mundial e aumenta o seu peso também no plano político. É evidente que o papel da Região Asiático-Pacífica (RAP) na formação da arquitetura policêntrica global irá apenas crescer.

No centro dos processos que se passam na região encontra-se a Associação de Estados do Sudeste da Ásia (conhecida pela abreviatura inglesa ASEAN), que adquire coerentemente o prestígio internacional e consolida a interligação interna. Os dez países que integram a Associação são portadores de diversos sistemas religiosos, culturais e socioeconómicos, demonstrando, todavia, um exemplo de concretização bem-sucedida da fórmula “unidade na multivariabilidade”.

Neste ano a colaboração dialógica entre a Rússia e a ASEAN completa 20 anos. Durante as duas décadas passadas foi criada uma base jurídico-contratual sólida de cooperação e uma vasta

rede de órgãos de trabalho, incluindo os de mais alto nível. A nossa colaboração ocupa um lugar firme na lista de prioridades básicas da política externa da Rússia e dos Estados-membros da ASEAN. Mais: ela chegou a ser uma importante parte integrante da arquitetura regional. Hoje a Rússia é participante ativo das Cimeiras da Ásia Oriental (CAO), do Fórum Regional da ASEAN para a segurança (ARF) e da Conferencia dos ministros da defesa dos Estados-membros da ASEAN com os parceiros dialógicos.

Uma garantia da evolução bem-sucedida de relações entre a Rússia e a ASEAN é a orientação pela consecução de resultados práticos e o interesse natural mútuo. Os vínculos entre a Rússia e a ASEAN estão enraizadas na vida e se estribam num fundamento histórico sólido. O nosso país, na sua qualidade de uma parte inalienável da região Asiático-Pacífica, contribuiu durante décadas de uma forma coerente e ponderável para a luta de libertação nacional dos povos do Sudeste da Ásia, para a conquista da sua independência e preservação da soberania e para a garantia da evolução socioeconómica.

A nossa colaboração com os países – membros da ASEAN está baseada nos princípios de igualdade de direitos e de respeito mútuo, na consideração de interesses um do outro, no reconhecimento da multivariada cultural e civilizacional do mundo moderno e do direito dos povos de determinar, eles próprios, o seu futuro. A Rússia e a Associação estão unidas pela ordem do dia positiva que visa a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento estável e elevação do bem-estar dos nossos povos, incluindo a evolução através da modernização económica e da introdução de inovações.

A nossa tarefa comum consiste em edificar uma parceria estratégica realmente universal em todos os níveis. A cimeira Rússia-ASEAN, a realizar-se nos dias 19 e 20 de maio deste ano, tem por objetivo elevar o diálogo para a trajetória de avanço rumo a este objetivo. Esta reunião de cúpula, já terceira, a realizar-se pela primeira vez no território do nosso país – na cidade de Sochi, será o mais importante evento do ano jubilar.

Uma prioridade importante do trabalho conjunto é a consolidação da segurança regional. Ainda em 2010, na Declaração Conjunta dos Líderes, dedicada aos resultados da segunda reunião de cúpula Rússia-ASEAN em Hanói, foi constatado que esta segurança deve ser indivisível e igual para todos. As tentativas de garantir a segurança própria à custa dos outros não somente estão destituídas da perspectiva mas também são perigosas pois acarretam o surgimento e o aprofundamento de linhas divisórias e para o incremento do potencial de conflitos.

Nós e a ASEAN estamos unidos no conceito de que é preciso conseguir o equilíbrio e a estabilidade estratégicos reais na Região Asiático-Pacífica e buscar em conjunto resposta a desafios e ameaças existentes. Uma prova disso é o diálogo no quadro da Reunião de Cúpula da Ásia Oriental, empreendido por iniciativa da Rússia com apoio ativo dos dez membros da ASEAN, sobre as questões de formação na região de uma nova arquitetura de segurança e de colaboração.

O caráter atual da junção dos esforços práticos da Rússia e da Associação neste setor é imposto também pelos interesses comuns na luta contra o terrorismo e extremismo internacionais, contra a proliferação de armas de extermínio em massa, contra o tráfico de drogas e criminalidade transfronteiriça, assim como pela aspiração de consolidar a segurança internacional na esfera de informação. O encontro informal dos ministros da defesa da Rússia e dos países-membros da ASEAN no quadro da Quinta Conferência de Segurança Internacional, realizada no mês passado em Moscou, contribuiu para o aprofundamento desta colaboração, ao par da coordenação já organizada no quadro do Fórum Regional da ASEAN para a segurança (ARF) e da Conferência dos ministros da defesa dos Estados-membros da ASEAN com os parceiros dialógicos. Constatamos a demanda nesta região da importante experiência russa na esfera de proteção de direitos, incluindo a ajuda para a consolidação do respectivo potencial dos dez membros da ASEAN.

Um importante progresso foi alcançado na cooperação perfilada entre a Rússia e ASEANAPOL em 2014 e na sua ascensão posterior para o nível ministerial.

Quanto à esfera de economia, aí também nós nos guiamos pelos princípios de igualdade de direitos, de transparência e de inclusividade. Este enfoque tem adquirido uma importância especial hoje em dia, quando os processos de liberalização de regimes comerciais na Região Asiático- Pacífica às vezes contrariam infelizmente os interesses do sistema comercial do mundo, o que se deve, em primeiro lugar, a pretensões à “exclusividade”. Estamos convencidos de que semelhantes ações podem acarretar o desequilíbrio e a fragmentação do espaço econômico regional.

Partimos do conceito de que a tendência de aceleração da integração deve não limitar as possibilidades, mas, pelo contrário, abrir novas perspectivas. Em dezembro de 2015 o presidente da Federação Russa V.V. Putin apresentou a iniciativa de formação da parceria econômica com a participação de Estados – membros da União Econômica Eurasiática (UEE), da Organização para Cooperação de Xangai, OCX, (incluindo a Índia e o Paquistão na qualidade de futuros membros da OCX) e da ASEAN. Esta parceria, baseada nos princípios de igualdade de direitos e de consideração mútua de interesses, e aberta para todas as partes interessadas, iria abranger quase um terço da economia mundial quanto à paridade da capacidade aquisitiva e a metade da população do nosso planeta. O avanço coerente na realização desta iniciativa poderia resultar futuramente na criação de uma espécie de “hub” de cooperação (“hub”, em inglês – “centro”), que seria gerador de garantia da segurança e do desenvolvimento no vastíssimo espaço da Eurásia.

A Associação já está envolvida neste trabalho. Em maio do ano passado foi assinado o primeiro acordo de comércio livre entre a União Econômica Eurasiática (UEE) e um dos membros do “grupo de dez”, o Vietnã. As requisições de vários outros países do Sudeste da Ásia estão em fase de exame. Em perspectiva isto abre caminho para a criação de relações comerciais especiais entre a UEE e a ASEAN em geral.

A Rússia está orientada invariavelmente pelo incremento de relações econômico – comerciais com o “grupo de dez”. Durante os cinco últimos anos o volume do nosso intercâmbio



comercial dobrou. Em 2015 foi registrada uma pequena queda deste volume. Isto se deve a fatores objetivos, em primeiro lugar, à conjuntura macroeconômica desfavorável, à queda dos preços dos recursos energéticos e à instabilidade dos cursos de moedas nacionais. Um papel – chave no restabelecimento do dinamismo do comércio entre a Rússia e a ASEAN deve ser desempenhado pela concretização coerente do “Mapa Viário” de cooperação comercial e de investimentos de 2012 e pelo respectivo programa de trabalho, renovado em 2015. Uma boa ajuda neste setor serão os novos planos de trabalho nas esferas de indústria de geração e de distribuição da energia, da ciência e tecnologia e da agricultura.

Tomam-se medidas com vista a prosseguir na diversificação da cooperação. Uma delas é a criação do mecanismo de Conferências de Personalidades Oficiais Graúdas na esfera de agricultura e do Grupo de Trabalho na esfera de educação. No ano passado foi posto em ação o diálogo sobre a matriz energética renovável e tecnologias ecologicamente puras. Pretendemos atribuir um caráter sistêmico à cooperação na esfera de reação a situações extraordinárias. Estamos prontos a prestar ajuda no desenvolvimento da infraestrutura regional de transportes no quadro da execução do Plano Geral de Interligação da ASEAN. Tem-se em vista a realização conjunta de várias idéias novas no setor de pesquisas científicas, incluindo a esfera de tecnologia de agricultura e a agroecologia, a defesa do ambiente marinho, o usufruto da água e as biotecnologias alimentares.

Constatamos com satisfação o crescimento constante do interesse mútuo também por parte dos círculos de negócios dos nossos países. Somente durante o último ano no quadro do Conselho de Negócios Rússia – ASEAN foi realizada uma série de “business missões” de caráter geral para vários países – membros da Associação, incluindo a Malásia, Brunei, Camboja, Mianma, Indonésia e Vietnã. Um Fórum de Negócios de grande envergadura com a participação dos “capitães” do business da Rússia e da ASEAN será realizado no quadro da reunião de cúpula em Sochi.

Os vínculos humanitários tornam-se cada vez mais ricos e cheios de conteúdo. Neste ano realiza-se pela primeira vez o Ano

Intercruzado de Cultura Rússia – ASEAN. De acordo com os planos, durante a Reunião de Cúpula em Sochi será promovido um encontro dos ministros da cultura. Estão em fase de exame os projetos de desenvolvimento de contatos acadêmicos, incluindo a organização do Fórum Universitário Rússia – ASEAN, destinado a ampliar os intercâmbios científicos e juvenis que se reduziam até agora a cimeiras juvenis, promovidas regularmente.

O Sudeste da Ásia continua uma das regiões que goza da maior popularidade entre os turistas russos. No ano passado cerca de 2,3 milhões de russos visitaram os países – membros da ASEAN. E este número pode ser bem maior. Já foram feitos acordos com os membros do “grupo de dez” sobre a continuação de esforços com vista a elevar a qualidade de serviços turísticos e garantir a segurança de turistas.

A cooperação multifacética e rica em conteúdo entre a Rússia e a ASEAN está orientada para o futuro. Os seus participantes têm em vista a realização coerente de tarefas de grande envergadura em prol do bem dos seus povos, da consolidação da estabilidade global e regional e da edificação de um sistema mais justo de relações internacionais com base na igualdade de direitos.

Estou convencido de que a reunião de cúpula de Sochi será uma importante meta nesta via, vai abrir uma nova etapa no desenvolvimento da parceria dialógica entre a Rússia e a ASEAN e dará um poderoso impulso a todo o conjunto de relações entre os nossos países.

**Palavras – chaves:** reunião de cúpula Rússia – ASEAN, Região Asiático – Pacífica, RAP, arquitetura regional, parceria dialógica.



## União interparlamentar: o monte vai parir um rato ou intromissão na não intromissão?



### Konstantin Kosachev

Presidente do Comitê do  
Conselho da Federação para

Assuntos Internacionais,  
Mestre em direito

[KUKosachev@senat.gov.ru](mailto:KUKosachev@senat.gov.ru)

“O mundo é constituído por utopias que se realizaram. Uma utopia de hoje é realidade de amanhã”<sup>1</sup>, escreveu F. Passy, primeiro laureado do Prêmio Nobel da Paz e um dos

co-fundadores (ao par de V. Kremer) da mais antiga organização parlamentar internacional.

A própria idéia de unificação de parlamentares de todos os países do mundo a fim de consolidar esforços em prol da paz e da colaboração internacional nasceu ainda em fins do século XIX. Os parlamentares da Áustria, Espanha, França e Inglaterra discutiram a idéia de convocação da assembléia internacional que podia, antes de mais nada, desempenhar o papel de árbitro na regularização de questões internacionais<sup>2</sup>.

A idéia era atual e por isso teve encarnação imediata: o primeiro encontro internacional dos parlamentares da Inglaterra, França e EUA deu-se em 31 de outubro de 1888, no Grand Hotel de Paris. Este trabalho resultou na aprovação de cinco resoluções e de uma Declaração. Nestes documentos constatava-se, em particular, o seguinte: “A proxima reunião, de que poderão participar não somente os membros dos três parlamentos, acima indicados, mas também membros dos outros parlamentos,

conhecidos pelo seu apego a estas mesmas idéias, será realizada no próximo ano a fim de concluir a obra, iniciada nesta conferência”<sup>3</sup>. Foi precisamente esta decisão que serviu na qualidade do início da criação de uma organização parlamentar internacional única – a União Interparlamentar que já atravessou os limiares de dois séculos e de duas guerras mundiais.

Uma lenda reza que imediatamente depois da criação da ONU o ministro das relações exteriores da União Soviética V. Molotov chegou a I. Stalin e começou a descrever os méritos da União Interparlamentar (UIP) – a mais antiga organização internacional, que tinha surgido bem antes da Liga das Nações e que se elevava, como um monte, sobre as demais organizações. Stalin acendeu o seu cachimbo e pôs-se a indagar ao ministro, o que é que a União Interparlamentar podia fazer de realmente útil para a causa do proletariado mundial. A seguir parou em frente a Molotov e disse mais ou menos o seguinte: “Creio, Viacheslav, que a sua União Interparlamentar é realmente um monte. Mas este monte é tal monte que durante todo o tempo não pariu nem sequer um rato”<sup>4</sup>. Não é de surpreender-se que durante a vida de Stalin os parlamentares soviéticos não participavam do trabalho da União Interparlamentar.

A União Soviética participou pela primeira vez dos trabalhos da quadragésima quarta Conferência da União Interparlamentar em 1955, depois da formação do Grupo Parlamentar da União Soviética em 29 de junho de 1955. Cumpre assinalar que o grupo soviético era o mais numeroso, pois incluía todos os 1500 deputados do Soviete Supremo, 750 deputados de cada uma das suas câmaras. O trabalho era promovido em três setores básicos: participação da atividade da União Interparlamentar, apresentação de apelos e declarações referentes a diversas questões da situação internacional, desenvolvimento de contatos com grupos parlamentares e de contatos individuais com os parlamentares dos outros países<sup>5</sup>. A partir de então a participação da atividade da União Interparlamentar e dos seus órgãos passou a ser uma tradição parlamentar sólida do nosso país.

## *União interparlamentar: o seu dia de hoje*

Qual é o segredo da longevidade e da atratividade da União Interparlamentar? É que na sua qualidade de político-pragmático Stalin tinha razão: em muitas décadas da história da União Interparlamentar (UIP) não foram registradas decisões que marcassem época. A força da União Interparlamentar consiste num outro fator. A diplomacia parlamentar é chamada a desempenhar um papel muito importante, ou, inclusive, um papel-chave, no lançamento de pontes de amizade entre Estados, tanto numa base bilateral, como multilateral. Por exemplo, a presidente do Conselho da Federação V.I. Matvienko tem toda razão ao chamar atenção para o fato de que o intercâmbio de opiniões no formato interparlamentar abrange, devido à própria natureza do poder representativo, todas as questões de relações bilaterais e multilaterais e decorre de uma forma mais livre e aberta<sup>6</sup>. Mais do que isso: depois da intervenção do Presidente da União Interparlamentar S. Choudhuri na 393-a reunião do Conselho da Federação em 18 de maio de 2016, V.I. Matvienko apontou que “nós encaramos a União Interparlamentar como uma das mais prestigiosas áreas parlamentares que encarna em feitos concretos e não em palavras os valores do parlamentarismo e da diplomacia parlamentar, reconhecidos no mundo, e dá uma contribuição enorme para que o nosso mundo seja mais justo e estável”<sup>7</sup>. A União Interparlamentar confirma esta disposição na prática.

De acordo com o seu estatuto<sup>8</sup>, a União Interparlamentar é uma organização internacional não governamental que congrega representantes de parlamentos dos Estados soberanos. Atualmente este órgão reúne parlamentares de 170 países. A particularidade principal e distinção marcante da União Interparlamentar é o fato de que ela é constituída por organizações, cujos membros são pessoas munidas do status representativo, pessoas a que os seus povos conferiram o direito de resolver as mais importantes questões estatais e representar os seus interesses nos supremos órgãos legislativos

dos seus países. No decorrer de um ano realizam-se duas assembléias e encontros relacionados a estas assembléias, em que se encontram os parlamentares pertencentes a vasto espectro de partidos políticos, representados nos parlamentos nacionais.

O artigo 8 do Estatuto da União Interparlamentar estabelece que esta União tem os seguintes órgãos: a Assembléia, Conselho Diretor, Comitê Executivo e o Secretariado. Os grupos nacionais são constituídos por delegados-membros dos parlamentos. Por outro lado, os grupos nacionais incluem nas suas delegações parlamentares de ambos os sexos, procurando garantir a representação igual de homens e mulheres. No quadro da União Interparlamentar funcionam seis grupos geopolíticos que têm o direito de apresentar candidatos, escolhidos entre os seus membros, para os cargos elegíveis da UIP. O trabalho básico de determinação dos temas das futuras resoluções da UIP e de elaboração do texto final realiza-se em quatro Comitês Permanentes desta união (encarregados, respectivamente, das questões da paz e da segurança internacional; das questões de desenvolvimento estável, das finanças e do comércio; da democracia e dos direitos humanos; dos assuntos da ONU). Estes comitês apresentam os seus informes em cada Assembléia.

Não constitui segredo para ninguém que a formação do novo sistema de relações internacionais, a que assistimos no presente momento, tem como base o princípio de redistribuição das esferas do balanço global de forças e de influência para além dos limites da área tradicional do Ocidente. O ministro das relações exteriores da Federação Russa S.V. Lavrov apontou com toda razão que esta área “era considerada durante muito tempo legislador da moda na política e na economia”<sup>9</sup>. Esta tendência verifica-se também na UIP: os Estados que desejam escolher, eles próprios, a sua via soberana e desenvolver-se independentemente dos outros Estados, obtêm uma possibilidade de utilizar a Assembléia Parlamentar Internacional na qualidade de instrumento

destinado a mostrar o papel que estes Estados desejam desempenhar. Isto se manifesta, em particular, na amplitude de temas, a cujo respeito a UIP aprova resoluções, formuladas por delegações nacionais, e na geografia de locais em que se promovem as Assembléias. A ordem do dia das reuniões das Assembléias da União Interparlamentar engloba uma grande variedade de questões – desde os problemas de envergadura local até ameaças globais à humanidade em geral. Por exemplo, na 132-a Assembléia da UIP (Hanói, 2015) foram aprovadas as seguintes resoluções: “Ciberguerra: ameaça séria à paz e à segurança internacional”, “Direito internacional e a sua correlação com a soberania nacional, não intromissão nos assuntos internos dos Estados e com os direitos humanos”, “Construindo um novo sistema de gestão de recursos aquáticos: ações parlamentares”. Na 134-a Assembléia da UIP (Lusaka, 2015) foram aprovadas resoluções “Terrorismo: necessidade da colaboração global a fim de impedir a ameaça à democracia e aos direitos humanos”, “Garantindo a defesa permanente dos objetos do patrimônio cultural – material e não material – contra a destruição e estrago”. Embora as decisões da UIP não tenham um caráter juridicamente obrigatório para os parlamentos-membros, elas, na sua qualidade de manifestação concentrada da vontade dos representantes dos órgãos legislativos dos seus países, têm exercido uma influência séria sobre a atmosfera da política mundial e sobre a opinião pública.

Pode-se constatar, de um modo geral, que durante todos os 127 anos de trabalho desta organização internacional, a União Interparlamentar procura preservar e aumentar o seu prestígio que se baseia no princípio realmente democrático do seu trabalho – igualdade soberana de todos os parlamentos-membros, sem a sua divisão em líderes e liderados. Será possível manter esta tendência no futuro? Isto depende exclusivamente dos enfoques que a UIP adotar para com a solução das questões que constam na ordem do dia internacional.

*Assembléia interparlamentar (AIP) de estados- membros da comunidade de estados independentes (CEI) na união interparlamentar (UIP): “pontos de crescimento”*

A presidente do Conselho da Federação da Rússia V.I. Matvienko, que preside também o Conselho da Assembléia Interparlamentar de Estados-membros da Comunidade de Estados Independentes (CEI), durante o seu encontro em outubro de 2015 com o Presidente da União Interparlamentar S. Choudhuri e com o Secretário Geral da União Interparlamentar M. Chungong propôs elevar o status da Assembléia Interparlamentar da CEI até o nível de membro associado da União Interparlamentar. Nesta mesma ocasião o Secretariado da União Interparlamentar recebeu a proposta oficial de promover a 137-a Assembléia da União Interparlamentar em outubro de 2017, em São Petersburgo.

Em resultado disso na 198-a reunião do Conselho Diretor da UIP foi resolvido conceder à Assembléia Interparlamentar da CEI o status de membro associado<sup>10</sup>. Cumpre assinalar que o status de membro associado é concedido somente às maiores estruturas parlamentares internacionais. Depois da atribuição do novo status à Assembléia Interparlamentar da CEI o número total destas estruturas no quadro da UIP chegou a onze. A partir deste momento, a Assembléia Interparlamentar da CEI dispõe dos mesmos direitos e obrigações que as delegações nacionais, exceto o direito ao voto e direito de apresentar candidaturas para os órgãos da UIP.

A Rússia pretende continuar o seu trabalho ativo na área da Assembléia Interparlamentar da CEI no quadro da União Interparlamentar. Trata-se concretamente das questões de participação dos membros da Assembléia Interparlamentar da CEI na atividade dos órgãos da União Interparlamentar, da apresentação de temas de importância internacional para discussão e da posterior aprovação das resoluções da UIP e da discussão da possível incorporação dos Estados situados no



espaço da CEI na União Interparlamentar de Estados. Tem-se em vista os Estados que não participam atualmente do trabalho da UIP.

O papel da Assembléia Interparlamentar da CEI é importante também sob um outro ponto de vista. Depois da obtenção por esta Assembléia do status de membro associado da União Interparlamentar surgiu a possibilidade real de conferir à língua russa o status de uma língua de trabalho da UIP. Este tema foi abordado durante o encontro de V.I. Matvienko com a direção da União Interparlamentar no decurso da 133-a Assembléia em Genebra, em 2015, o que proporciona uma chance real de promover esta iniciativa também no futuro próximo.

### *Dimensão parlamentar do brics e da UIP*

A União Interparlamentar tem todas as chances para se tornar instrumento institucional de aproximação das posições dos parlamentares dos países-membros do BRICS. A Rússia compartilha a posição do que o BRICS de hoje é uma comunidade de Estados soberanos do planeta, que gozam de direitos iguais, são geradores ativos e participantes dos processos de integração e estão em condições de assumir a responsabilidade pela situação no mundo<sup>11</sup>. Considera, ao mesmo tempo, que é importante prosseguir no trabalho conjunto com os colegas- membros dos parlamentos dos países do BRICS na área parlamentar utilizando na íntegra o mecanismo do Fórum Parlamentar do BRICS, cuja primeira reunião foi realizada em 2015, em Moscou.

Nos dias 20 e 21 de agosto de 2016 na Índia foi promovido o fórum de mulheres-parlamentares dos países do BRICS, cujo ponto culminante foi a aprovação da Declaração de Jaipur. Os subscritores deste documento assumiram a responsabilidade de intensificar a colaboração no quadro da sua atividade e do respectivo plano, concatenado e confirmado no primeiro Fórum de Parlamentares do BRICS, realizado em 2015, em Moscou, e consolidar a parceria estratégica em todas as esferas

de incremento estável, ou seja, o crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção do meio-ambiente.

Os primeiros resultados desta colaboração já estão evidentes: no decurso da atividade da 135-a Assembléia da UIP em Genebra, em outubro de 2016, foi realizado o encontro de presidentes e vice-presidentes dos parlamentos dos países-membros do BRICS, organizado por iniciativa da Índia que preside os países-membros do BRICS em 2016. O tema discutido no encontro foi “Colaboração parlamentar dos países do BRICS em prol da consecução de Objetivos de desenvolvimento estável”.

### *“Força branda” dos parlamentares na UIP*

No informe do Secretário Geral da ONU “Interação entre a Organização de Nações Unidas, parlamentos nacionais e União Interparlamentar”<sup>12</sup> diz-se que “os parlamentos nacionais representam o principal elo de ligação entre os governos e a população. Eles foram eleitos para representar cotidianamente os interesses da população no tocante a todas as questões nas esferas de paz e segurança, desenvolvimento estável, democracia, igualdade de homens e mulheres e direitos humanos. Precisamente os parlamentos devem adotar leis que garantam a execução de compromissos internacionais em cada país”.

A UIP, na sua qualidade de área parlamentar internacional única, possui, ao mesmo tempo, um grande potencial de utilização de instrumentos de “força branda”<sup>13</sup>, isto é, “o conjunto de instrumentos e métodos de consecução de objetivos na política externa sem o emprego de armas, mas mediante o emprego de meios de influência informativos e outros”<sup>14</sup>. A “força branda” de alguns Estados oprimi tradicionalmente quaisquer alternativas no mundo, forçando os concorrentes potenciais a sentir-se “apriori” inferiores em comparação com a parte altamente evoluída da civilização, enquanto que na UIP, onde este grupo de Estados “ocidentais” constitui minoria absoluta em comparação com os representantes

de outros países, povos e civilizações, é simplesmente impossível impor a abordagem unicamente correta e universal do problema.

Ao mesmo tempo, seria incorreto pensar que a União Interparlamentar sempre esteja “defendendo” os interesses da Rússia. É pouco provável que isso seja possível em vista do vasto espectro de nações representadas neste órgão e existência de vários pontos de vista que são muitas vezes diametralmente opostos. A delegação da Assembléia Federal na UIP já tinha deparado este fenômeno: em 2015 as delegações ocidentais fizeram o máximo de esforço a fim de bloquear o projeto de resolução russa que condenava a intromissão externa nos assuntos internos dos Estados soberanos. No entanto, o bom senso acabou por vencer e em abril de 2017, no decurso da 136-a Assembléia da UIP os parlamentos nacionais de 170 países do mundo terão a possibilidade de confirmar aberta e livremente a sua fidelidade ao princípio de não intromissão nos assuntos internos dos Estados soberanos. Precisamente por isso é preciso utilizar mais ativamente os recursos existentes da União Interparlamentar no qualidade do palco de contatos parlamentares bilaterais, pois no decurso destes contatos surge a possibilidade de discutir “entre quatro paredes” as diferenças existentes nas abordagens nacionais das questões de âmbito internacional. Na realidade elas podem resultar não tão radicais e dispensar a adoção de uma posição rigidamente oposta.

### *Intromissão na não intromissão?*

E.M. Primakov escreveu que o fracasso do modelo unipolar está ligado estreitamente ao malogro total da política de exportação da democracia<sup>15</sup>. A aspiração de impor pela força a outros países o “modelo ocidental” da democracia sem levar em consideração as particularidades históricas, tradicionais, socioeconômicas e religiosas dos países-objetos desta política acarretou resultados tristemente conhecidos. Podemos vê-los no Afeganistão, Iraque, Líbia e outros países.

A história moderna torna evidente que na qualidade da base da intromissão nos assuntos internos de Estados soberanos

podem ser utilizados motivos humanitários e democráticos, que apesar de totalmente ilusórios, são apresentados como justificativa da intervenção. A comunidade internacional é obrigada atualmente a recorrer por intermédio da Organização de Nações Unidas aos respectivos meios diplomáticos, humanitários e outros meios pacíficos em conformidade com os capítulos VI e VII do Estatuto desta Organização, exclusivamente a fim de contribuir para a defesa da população contra o genocídio, crimes de guerra, expurgos étnicos e crimes contra a humanidade. O item 7 do capítulo 2 do Estatuto da Organização das Nações Unidas estabelece o princípio de não intromissão nos assuntos que pertencem essencialmente à competência interna de qualquer Estado<sup>16</sup>.

Com efeito, a atividade da União Interparlamentar nos últimos vinte anos na esfera de impedimento com recursos parlamentares da intromissão externa nos assuntos internos dos Estados soberanos merece uma atenção à parte. Na reunião da 97-a Assembléia da UIP (Seul, 1997) foi aprovada a resolução “Cooperação em prol da segurança e estabilidade mundial e regional, assim como, em prol do respeito à soberania e independência dos Estados”<sup>17</sup>. No quadro da 104-a Assembléia da UIP (Jacarta, 2000) foi aprovada por consenso a resolução “Prevenção de golpes de Estado militares e outros golpes de Estado contra os governos eleitos democraticamente e contra a vontade livre dos povos, expressa por meio da votação direta, assim como das ações que visam a violação grosseira dos direitos dos parlamentares”<sup>18</sup>. Na 126-a Assembléia da UIP (Kampala, 2012) foi aprovada por consenso a resolução “Garantindo a devida gestão estatal como meio de manutenção da paz e da segurança: lições extraídas dos recentes eventos no Próximo Oriente e no Norte da África”<sup>19</sup>. Na 128-a Assembléia da UIP (Quito, 2013) foi aprovada a resolução “Garantindo «a obrigação de defesa»: papel do parlamento na preservação de vidas humanas”<sup>20</sup>. A 132-a Assembléia da UIP (Hanói, 2015) distinguiu-se pela resolução “Direito internacional e a sua correlação com a

soberania nacional, com o princípio de não intromissão nos assuntos internos dos Estados e com os direitos humanos”<sup>21</sup>.

A resolução “Papel do parlamento na prevenção da intromissão externa nos assuntos internos dos Estados soberanos”, proposta na UIP pela delegação russa para a aprovação pela 137-a Assembléia desta União, está fundamentada firmemente na supremacia do direito internacional e na observância inexorável de todas as disposições do Estatuto da ONU. Neste caso é especialmente importante que a responsabilidade básica nas questões de proteção da sua população cabe aos Estados. A ajuda internacional deve ter, antes de mais nada, um caráter pacífico admitindo-se, quando isso é justificado no plano jurídico e político, o potencial do capítulo VI do Estatuto da ONU. O uso da força militar pode ser justificado apenas nos casos extremos e somente com a sanção do Conselho de Segurança da ONU. Ao recorrer ao capítulo VII do Estatuto, o Conselho é obrigado a realizar as suas funções estatutárias e guiar-se pelos princípios fundamentais e normas do direito, que constam no Estatuto.

Certamente, a soberania do Estado no mundo profundamente integrado de hoje não pode significar a independência total dos Estados e ainda menos o seu isolamento do mundo externo. O aumento do número de questões que os Estados sujeitam voluntariamente à regularização jurídico-internacional não significa que elas sejam retiradas automaticamente da esfera de competência interna. Mais do que isso: apesar de tentativas cada vez mais freqüentes de certos países de fundamentar a necessidade de “renúncia à soberania” em benefício de outros Estados, a soberania estatal é uma premissa absolutamente indispensável tanto para a existência de Estados concretos, como para a ordem mundial. Por isso, o princípio de não intromissão adquire importância fundamental desempenhando o papel de uma “ponte” obrigatória e indispensável entre a estrutura tradicional e orientada pela soberania da comunidade internacional e o enfoque “novo” dos Estados, baseado na interação mais próxima entre os Estados e na cooperação ESTREITA. Este princípio desempenha hoje o papel de defesa inalienável que os Estados

podem utilizar sabendo que relações internacionais intensas não irão influenciar os interesses vitais do Estado, assim como o seus interesses mais importantes no plano interno<sup>22</sup>.

### *UIP: o amanhã começa hoje*

Os últimos eventos políticos no palco internacional demonstram claramente que a Rússia não pode ser isolada ou excluída do processo de tomada de decisões globais e que, além disso, estas decisões, como tais, não podem ser levadas a cabo sem o importantíssimo papel desempenhado pela Rússia. É evidente que o boicote da Rússia tinha fracassado e que ela sempre utilizou na íntegra o privilégio de aplicar uma política externa independente e soberana. A tarefa dos parlamentares consiste em ajudar a estabelecer contatos de trabalho em todas as áreas, mesmo nos casos em que o próprio “direito ao diálogo” é posto em dúvida.

Na véspera do vigésimo aniversário da Declaração Universal da Democracia, aprovada precisamente na Assembléia da UIP no Cairo, em 1997, seria lógico chamar a atenção dos membros da União Interparlamentar para a estimulação do desenvolvimento da democracia no mundo e qualificar de falsa a premissa de que a democracia de origem ocidental seria unicamente “correta”. Para a UIP tem uma importância decisiva a declaração de que a democracia não pode ser reduzida à “votação nas urnas”, mas consiste no direito fundamental do povo de escolher o poder e de exercer influência sobre o poder no processo de tomada por ele das suas decisões. O presidente da Rússia V.V. Putin já apontou isso num dos seus artigos programáticos<sup>23</sup>. Desta maneira a União Interparlamentar pode dar uma contribuição única para a consolidação da democracia tanto ao nível nacional, como internacional.

A União Interparlamentar pode continuar também a promover a luta parlamentar global contra o terrorismo. Isto pode ser feito, por exemplo, mediante o estudo cuidadoso e realização da idéia, proposta pelo Vice-Presidente do Conselho da Federação I. Uhmanov. O estadista russo convidou todos os parlamentos-

membros da UIP a elaborar a “Carta Antiterrorista das Religiões Mundiais a Fim de Resistir aos Fanáticos e Terroristas”<sup>24</sup>.

Os parlamentares também estão interessados, da sua parte, em continuar a estimular o crescente interesse da sociedade para com a participação do processo parlamentar a fim de desenvolver a colaboração interparlamentar. Isto pode ser feito, por exemplo, por meio da tradução e preparação para a publicação dos materiais da Assembléia, mediante a publicação de informações concisas sobre as reuniões dos órgãos da UIP, o que permitirá aos desejosos tomar conhecimento da atividade da delegação russa em cada Assembléia da União Interparlamentar.

A União Interparlamentar deve preservar o seu caráter fundamental único de fórum global dos parlamentares. E se o “monte”, isto é, a UIP, não pôde por certas razões objetivas “parir o rato” em forma de tratados e convenções concretos, todavia já os seus esforços objetivados com vista a conseguir a aproximação entre os parlamentares e o respeito à multivariada e a opiniões dos outros, merecem o papel de farol-guia que indica a gerações atuais e vindouras a via que leva para a paz e segurança.

1. The Inter-Parliamentary Union from 1889 to 1939. Published by the Inter-Parliamentary Bureau (Payot, 1939).
2. Shvetsov V.L. União Interparlamentar. M., “Relações Internacionais”, 1969. Página 8.
3. União Interparlamentar. Resoluções das Conferências e do Conselho da União. S. Petersburgo, 1908, P. 15
4. Kuzmin E.L. Entre o passado e o futuro. M., Editora “Jurist”, 2014. P. 306 – 307
5. Kuzmin E.L. Ibid., P. 310
6. Matvienko V. A colaboração interparlamentar continua // Jornal parlamentar. 2014. 20 nov. URL: <https://www.pnp.ru/opinions/2014/11/20/valentina-matvienko-mezhparlamentskoe-sotrudnichestvo-prodolzhaetsya.html> (data da comunicação 11.10.2016)
7. Taquigrama da 393-a reunião do Conselho da Federação, 19 de maio de 2016. URL: <http://www.council.gov.ru/activity/meetings/67767/transcript/> (data da comunicação 11.10.2016)
8. Estatuto da União Interparlamentar (UIP) e regulamentos do órgãos estatutários da UIP. M., Edição da Duma de Estado, 2005. P. 6
9. Lavrov S.V. Tornar o mundo estável e seguro // Vida Internacional. 2015. N. 10.
10. 198th Session of the IPU Governing Council (Lusaka, 20 March 2016). URL: <http://www.ipu.org/cnl-e/198/summary.htm> (data da comunicação 11.10.2016).

11. Lukachnik K. BRICS: resultados da presidência russa e vetores do desenvolvimento ulterior // *Vida Internacional*. 2016. N 2. P. 53.
12. Interação entre a Organização das Nações Unidas, parlamentos nacionais e União Interparlamentar. O informe foi aprovado pela resolução A/68/272 da Assembléia Geral da ONU de 19 de maio de 2014.
13. A posição do autor no tocante ao uso da “força branda” está exposta mais detalhadamente em: Kosachev K.I. “Força Branda” com conseqüências duras // *Revista Russa de Pesquisas Jurídicas*. 2016. N 1 (6).
14. Putin V.V. Rússia e o mundo mudável // *Jornal «Notícias de Moscou»*. 2012. 27 de fevereiro. URL: <http://www.mn.ru/politics/78738> (data da comunicação 11.10.2016)
15. Primakov E.M. Pensando em voz alta. M.: *Jornal Russo*, 2011. P. 154.
16. Estatuto da Organização das Nações Unidas (São Francisco, 26 de junho de 1945). *Direito Internacional em vigor*. T. 1. M.: «Relações Internacionais», 2007.
17. Resolution adopted without a vote by the 97th Inter-Parliamentary Conference (Seoul, 14 April 1997). <http://www.ipu.org> (data da comunicação 11.10.2016).
18. Resolution adopted by consensus by the 104th Inter-Parliamentary Conference (Jakarta, 20 October 2000). URL: <http://www.ipu.org> (data da comunicação 11.10.2016).
19. Resolution adopted by consensus by the 126th IPU Assembly (Kampala, 5 April 2012). <http://www.ipu.org> (data da comunicação 11.10.2016).
20. Resolution adopted by consensus by the 104th IPU Assembly (Quito, 27 March 2013). <http://www.ipu.org> (data da comunicação 11.10.2016).
21. Resolution adopted by consensus by the 132nd IPU Assembly (Hanoi, 1 April 2015). <http://www.ipu.org> (data da comunicação 11.10.2016).
22. Cassese A. *International Law, Second Edition*. Oxford University Press, 2005. P. 54.
23. Putin V.V. Democracia e qualidade do Estado // *Jornal «Comerciante»*. N 20. 06.05.2012.
24. “I. Uhmanov propõe preparar e adotar a Carta Antiterrorista de Religiões Mundiais a fim de resistir a fanáticos e terroristas”. Site oficial do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Federação Russa. URL: <http://www.council.gov.ru/events/news/72223/> (data da comunicação 11.10.2016).

**Palavras – chaves:** União Interparlamentar, UIP; Organização das Nações Unidas, ONU; Estatuto da ONU, diplomacia parlamentar; Assembléia Interparlamentar da Comunidade de Estados Independentes (AIP da CEI); princípio de não intromissão nos assuntos internos dos Estados.





**Serguei Ryabkov**

Vice-ministro das  
relações exteriores  
da Rússia  
sryabkov@mid.ru

**Relações Russo-  
Americanas  
depois das  
eleições:**

**“Estaremos  
prontos para uma  
nova partida...”**

**Armen Ogancian**, *redator-chefe da revista “Vida Internacional”*: Serguei Alekseevich, embora os meses de verão fossem quentes, na vida internacional não se verifica nenhuma temporada de férias. A Rússia, embora há quem ainda afirme que estejamos no isolamento, está presente praticamente em cada um dos eventos políticos internacionais básicos. Isto diz respeito, inclusive, ao pleito eleitoral nos EUA. Como é natural, tenho em vista a recente declaração do Presidente dos EUA de que o ataque “hacker” contra o recurso eletrônico do Partido Democrata talvez fosse organizado pelos serviços secretos da Rússia....

**Serguei Ryabkov**: O verão foi realmente quente, tanto no sentido direto, como figurado. Estamos dentro de um redemoinho de acontecimentos e, creio, geramos, nós próprios, certas ondas.

Quanto aos EUA, aí se formou um consenso dos dois partidos na base do anti-russismo. Deparamos a situação em que o nosso país é demonizado propositada e conscientemente e por pouco não é acusado de todos os pecados mortais. Os círculos governantes da América e os que os “sustentam” por baixo têm agora um certo “complexo” no tocante à Rússia. Encaram-nos como um mal quase onipotente, o que comprova a existência de um sério desvio na sua concepção do mundo.

Agora chegaram a ponto de acusar-nos da intervenção nos assuntos internos dos EUA. Note-se que declaramos reiteradas vezes e confirmamos isso mais uma vez que iremos respeitar a opção do povo americano, seja quem for o presidente seguinte dos EUA. Creio que apenas alguns tecnólogos políticos, que ganham reputação somente recorrendo a certas teorias conspirológicas, podem imaginar que a Rússia tente aumentar o número de pontos pré-eleitorais de um candidato violando certos servidores. Na realidade isso é simplesmente impossível.

Lamento que esta “estória” de violação dos servidores do Partido Democrático e do seu Comitê Nacional, que já tinha surgido momentaneamente em maio, mas não teve prosseguimento naquele caso, veio à luz novamente, no auge do recente congresso do Partido Democrata. Está claro que nos EUA agravaram-se as contendas pré-eleitorais. É possível que vejamos lances ainda mais fortes de propaganda suja. Isto vem a comprovar que os pretendentes à presidência dispõem de poucos argumentos sérios. É preciso constatar, infelizmente, que a atual administração americana está implicada em alguns “lances” indecorosos. Isto não lhe faz honra.

Tal é a realidade que, infelizmente, temos que enfrentar. Todavia, encaramos a situação tranquilamente, demos a nossa opinião a respeito de tudo, o secretário de imprensa do Presidente da Rússia e o ministro das relações exteriores já se manifestaram sobre este assunto. Eu simplesmente não tenho nada a acrescentar.

**Armen Oganecian:** Serguei Alekseevich, ultimamente a mídia tem citado ativamente as declarações de Donald Trump sobre a necessidade de melhorar as relações

com a Rússia. O quanto sérias são, na sua opinião, estas declarações?

**Serguei Ryabkov:** Não estou habituado a confiar nas palavras, especialmente nas palavras de políticos e diplomatas americanos, independentemente da sua graduação e da envergadura. É preciso manifestar julgamento na base dos seus feitos.

Nós lemos o programa do Partido Republicano, aprovado no congresso, temos acompanhado os pronunciamentos de Donald Trump, estudamos o discurso que ele tinha pronunciado no congresso. No programa do Partido Republicano, com que ele pretende pleitear a presidência juntamente com Michael Pence, candidato a vice-presidente, a Rússia é referida de acordo com as piores tradições dos últimos anos. Acusam-nos de desestabilizar a situação, de que somos uma potência agressiva e desafio aos EUA, e assim por diante. Não quero reproduzir aí esta fraseologia. Mas, compreende, é assim que se manifesta através do seu programa o Partido Republicano, cujo candidato é precisamente o Senhor Trump. Por isso, é preciso encarar o caso em todo o seu conjunto e o quadro na sua forma tridimensional.

Certamente, alguns outros sinais da parte do candidato permitem aguardar certas mudanças. A encarnação destas esperanças não depende de nós, mas exclusivamente da parte americana, da opção do eleitorado e da política que o próximo presidente irá levar a cabo. Cumpre assinalar que ultimamente os ratings de D. Trump baixaram substancialmente. Mas nada impede o futuro presidente por qualquer um dos partidos, seja ele Democrata ou Republicano, adotar uma atitude nova para com a “herança” de B. Obama, que, de um modo geral, não pode ser qualificada da outra maneira senão como pesada, difícil e problemática. Nada impede avaliar de uma nova maneira as possibilidades e se não começar por uma “folha de papel em branco” (a este respeito também não podemos nutrir ilusões), pelo menos tentar encontrar um novo ponto de partida. Nós, da nossa parte, estaremos prontos para esta nova partida. Declaro isso responsabilmente.

Existe uma frase que já se tornou lugar-comum: “É preciso duas pessoas para dançar o tango”. Pois bem, o primeiro parceiro para dançar o tango já está presente – somos nós. Mas o parceiro (ou, parceira) americano deve fazer a sua opção, pelo menos a fim de compreender, para começar, se quer dançar ou não.

**Armen Oganecian:** Caso Donald Trump chegar a ser presidente, o quanto livre ele estará na tomada da decisão sobre a revisão de relações com a Rússia?

**Serguei Ryabkov:** A campanha eleitoral nos EUA, da mesma maneira que em qualquer outro país, desenvolve-se de acordo com as suas próprias leis. Menos de três meses restam até a realização do pleito eleitoral, mas durante este lapso de tempo muita coisa pode mudar. Os cânones da campanha eleitoral pressupõem, provavelmente, também uma certa correção da imagem que o presidente assume a fim de dar uma nova vida à sua percepção pelo público. Por isso, o conceito genérico de candidato “que não depende do sistema” pode ser corrigido premeditadamente, visando, por exemplo, acrescentar-lhe uma pouco mais de “mainstream”. É que nos EUA ninguém pode esperar seriamente a vitória sem levar em consideração as tendências predominantes nas camadas influentes da sociedade.

Verificamos o mesmo na campanha de H. Clinton. O programa do Partido Democrata resultou saturado de idéias que tinham sido apresentadas inicialmente por B. Sanders. Verifica-se a absorção daquilo que deve constituir o momento de atração para os que não encaram o principal candidato como o seu, mas preferem o seu competidor com um matiz de “afastamento do sistema” na etapa de prévias.

É possível que o candidato que sairá vencedor nas futuras eleições seja capaz de vencer a inércia do “aparelho estatal” americano. Casos semelhantes já se deram várias vezes em diversos trechos da história americana. Será que o mesmo vai acontecer concretamente também neste caso e, ainda mais, na esfera de relações russo-americanas? Falando honestamente, eu preferiria precaver-me de dar uma resposta

afirmativa, pois, em primeiro lugar, as relações russo-americanas não irão constar, provavelmente, na lista de questões primordiais de que o futuro presidente dos EUA vai cuidar. Vai passar um certo tempo antes de Washington pensar seriamente no modo de edificação de relações com a Rússia. E, em segundo lugar, pelos vistos, o seguinte presidente dos EUA, independentemente do partido a que pertence, irá consultar cuidadosa e frequentemente o seu aparelho presidencial e a sua conduta será controlada rigorosamente pelo “establishment” que considera que “não se pode fazer concessões aos russos” e que ultimamente precisamente os russos fizeram muito para minar os interesses dos EUA. Estou forçado a abordar este assunto mais e mais uma vez. Não devemos ter expectativas ilusórias, nem esperanças injustificadas.

Esta realidade não pode ser revogada, nem refeita. Vai se sentir a inércia da política americana. Todavia, o poder, de que o presidente dos EUA dispõe, é suficiente para superar esta inércia. A história ensina que cedo ou tarde virá novamente a troca do algoritmo das nossas relações e que elas serão “sintonizadas” por uma onda mais positiva. É indubitável que o ponteiro do barômetro vai subir novamente. E quanto à resposta à questão “quando?” – esta depende totalmente dos americanos.

**Armen Oganecian:** Serguei Alekseevich, será que certas declarações conhecidas de Trump significam que o auditório americano está cansado da retórica anti-russa e da linha anti-russa rígida e que Trump atrai desta maneira mais uma parte do eleitorado?

**Serguei Ryabkov:** Preferiria não exagerar a importância das declarações que se fazem em diversas etapas da campanha eleitoral tanto pelos próprios candidatos, como pelos representantes dos seus quartéis-generais pré-eleitorais. Não porque estas declarações deixem de refletir certas disposições mentais. É sabido que a prática sociológica americana é bastante avançada e os métodos de sondagem da opinião pública permitem descobrir mesmo a “aragem” mais tênue. Todavia prefiro não exagerar a importância

das declarações que se fazem no processo da campanha eleitoral, pois a distancia entre as declarações e os feitos práticos é bem grande. Certamente, é bom que existem pessoas empenhadas em reanimar o tema de estabelecimento e de desenvolvimento de relações construtivas com a Rússia, – um tema um tanto esquecido nos EUA. Falando a propósito, nós não renunciamos a este tema, nós repetimos como estribilho que o nosso objetivo é precisamente este e que quem toma a decisão final são os nossos parceiros de Washington. Mas ninguém sabe ao certo se o slogan “É preciso fazer amizade com a Rússia” desempenhe ou não um papel positivo nas eleições.

O quanto é real o fator de cansaço do eleitorado americano da retórica anti-russa? É bem provável que uma certa parte do eleitorado busque a alternativa positiva ao anti-russismo que rola solto. Todavia o cansaço geral do eleitorado americano deve-se muito mais aos problemas que crescem dentro da própria sociedade americana. E os políticos atuantes, o “establishment” washingtoniano, os senadores e os membros do Congresso, os “manda-chuvas” do Monte Capitólio, empenhados em fazer lobby das corporações transnacionais, a sua comitiva, que toma lanches em inúmeros restaurantes de Washington e resolve lá as suas questões tomando água sem gás, todos estes “decididores” e “spin doctors” (tecnólogos políticos – inglês), todos estes escribas dos jornalecos – toda esta camarilha e superestrutura que produz a política interna e externa dos EUA não dá, infelizmente, resposta ao círculo cada vez mais vasto de questões referentes, em primeiro lugar, ao atual estado nada simple da sociedade americana e perspectivas do seu desenvolvimento. É esta a raiz de crescimento de tendências de protesto do eleitorado americano. Quanto à Rússia, ela está neste caso mais no segundo plano. Mas vamos ver o ulterior desenrolar de acontecimentos.

**Armen Oganecian:** Há quem afirme que talvez não seja preciso aguardar importantes notícias na esfera de relações russo-americanas até a eleição do novo presidente dos EUA. Mas de repente vem a Moscou o secretário de Estado John Kerry e trava durante muitas horas conversações, inicialmente com o presidente Vladimir Putin e, a seguir, com o ministro

das relações exteriores Serguei Lavrov. Logo, os americanos necessitam de algo já agora?

**Serguei Ryabkov:** O secretário de Estado revelou isso em público e eu não quero assumir o papel de intérprete das intenções e tarefas da administração americana. Faço lembrar apenas que mesmo antes da visita de julho a Moscou e durante a conferência de imprensa conjunta com S.V. Lavrov na noite de 15 para 16 de julho ele ressaltava que para Washington é sumamente importante conseguir progresso na questão da Síria. O problema das conversações de julho e a causa da sua duração excepcional – 14 horas – consiste em que nós e os EUA encaramos de diversas maneiras aquilo que se deve fazer a fim de criar premissas para a estabilização da situação na Síria.

Somos da opinião de que é preciso, afinal, garantir a delimitação prática e não declarativa entre EIIL, Estado Islâmico do Iraque e do Levante, que tinha sido proibido na Rússia, e já se rebatizou sob o nome de “Jabhat al-Nusra”, e a chamada oposição moderada, é preciso dar uma possibilidade de concentrar esforços da coligação encabeçada pelos EUA, esforços da Rússia e das forças governamentais sírias na luta contra os terroristas, criando desta maneira premissas complementares para que a oposição moderada possa dar início a conversações reais e diretas, e prosseguir na participação do processo, coordenado por S. De Mistura.

Infelizmente, os EUA abordam esta questão de uma maneira um tanto diferente e têm uma outra seqüência de prioridades. Para Washington importa que nós e Damasco não façamos nada que representa, na opinião deles, consolidação das posições do atual poder legítimo da Síria, incluindo esforços no plano de luta contra a oposição. Eu diria que os americanos insistem num regime um tanto unilateral e não equilibrado de cessação de operações militares. O alto comando das forças armadas americanas quer que as tropas sírias fiquem imobilizadas em grande parte pelos acordos russo – americanos. Naturalmente, para nós isso é inadmissível.

E, como é natural, continuam a existir divergências sobre o futuro papel de B. Assad. Foi por isso que durante a estadia de John Kerry em Moscou se deu um “cabo de guerra” – vamos chamar as coisas

com os seus próprios nomes – tão pesado e longo. Mas se conseguiu chegar ao acordo a respeito de alguns momentos e um progresso lento existe. O encontro seguinte do nosso ministro com J. Kerry em Vientiane, no quadro da atividade da ASEAN, é mais um passo rumo à estabilização da situação na Síria. Prosseguem no trabalho intenso os militares – eles mantêm contatos diretos.

Temos constatado que para a administração dos EUA importa, independentemente do prazo da sua permanência no poder, conseguir mudanças, de que ela necessita, na Síria e na Ucrânia – pode-se falar também disso – e no tocante a algumas outras questões. Washington considera que isso será herança positiva de B. Obama e o secretário de Estado trabalha muito ativamente neste setor. Quanto a nós, fazemos avançar as nossas prioridades e defendemos os nossos interesses.

**Armen Oganecian:** O Ocidente continua a adotar uma posição intransigente no tocante ao destino de B. Assad e exige que a Rússia renuncie ao seu apoio. Falando a propósito, ouvi alguns jornalistas ocidentais afirmarem que nesta posição do Ocidente falta a coerência. B. Assad é qualificado de ditador. Quanto a R.T. Erdoğan, que vai agora introduzir a pena de morte no país, este, a julgar por tudo, não o é. Seria possível resolver o problema sírio com B. Assad permanecendo no plano político?

**Serguei Ryabkov:** Tenho que constatar, infelizmente, que a idéia de que o futuro da Síria com B. Assad é inimaginável, não desapareceu. Além disso, continuam a insistir conosco que é extremamente problemático não somente o futuro da Síria com B. Assad: afirma-se também que a solução da questão da chamada “fase transitória” com a participação de Assad seria impossível. Aí temos divergências com os americanos não somente no plano terminológico, mas também conceptual. Nós falamos do processo político, pois o chamado “período de transição” é uma ambigüidade que aumenta ainda mais o estado de incerteza em vez de estimular aquilo, a que exortamos, isto é, busca de soluções



na base de acordos feitos voluntariamente entre as principais forças políticas da Síria moderna.

Há quem nos diz: “Quanto mais continua o conflito, tanto menores são as chances de que os sírios consigam chegar ao acordo entre si”. Nós dizemos: “OK, e o que é que vocês fizeram para que este conflito termine mais rapidamente?”. Por exemplo, ainda em fevereiro foi nos prometido que seriam tomadas medidas reais que permitissem compreender, onde se encontram os terroristas das duas estruturas, que eu tinha mencionado, e onde se encontram os grupos dispostos a aderir ao regime de cessação de operações militares e participar da continuação do processo político, isto é, buscar o acordo. O volume de informações sobre os adversários de B. Assad à nossa disposição é menor do que o mesmo volume à disposição dos EUA, Grã Bretanha, Arábia Saudita, Qatar e outros países que fazem parte da coligação contra EIIL, chefiada pelos EUA. O mesmo se pode dizer sobre a Turquia. Pois bem, dêem-nos estas informações, expliquem com quem vocês mantêm contato e trabalham. Então iremos colaborar com vocês mais intensamente e, inclusive, coordenar as nossas ações, e vocês, colegas americanos, terão menos motivos para acusar-nos de que fazemos algo errado. Não, nada disso acontece. Não nos participam as suas informações. O que significa isso? Uma única coisa: em Washington existem certos fatores limitantes internos, – esta é minha interpretação dos acontecimentos – fatores limitantes impostos pela impossibilidade de pôr a oposição síria à mostra. Ela deve constituir uma força, capaz, caso for necessário, atacar novamente o governo de Damasco. Portanto, tenho dúvidas bem fortes a respeito das afirmações dos americanos de que “nós, todos, estamos a favor do processo político”, que eles repetem com bastante frequência. É que na prática tudo resulta bem diferente.

**Armen Oganecian:** Serguei Alekseevich, há tantos eventos dramáticos em torno que não se pode deixar de pensar que a maioria das crises do dia de hoje, ou, inclusive, todas elas, têm certas raízes únicas, fundas e causais. Está de acordo de que a globalização tornou o mundo muito interligado tornando realidade o “efeito borboleta”?

**Serguei Ryabkov:** Com efeito, o mundo está muito interligado. Será bom se não for “monocrômico”, se o mesmo teleseriado não for transmitido por diversos canais de televisão, mesmo se a “CNN”, “Al-Jazira”, “Rússia Today” ou o canal chinês “CCTV” comentem de diversas maneiras o mesmo evento. É indesejável que toda gente, nem sei, desde Spitzbergen até Punta-Arenas, no extremo sul do Chile, assista aos mesmos filmes e prenda os mesmos pokemons. Por enquanto, resulta que os fluidos de idéias e certas imagens indistintas que circulam nas redes sociais, certas modas percorrem o mundo inteiro, proliferam-se num abrir e fechar de olhos, como uma pandemia ou a gripe espanhola. E a humanidade não tem, infelizmente, não só antídotos e antibióticos, mas nem sequer simples respiradores para se defender, pelo menos um pouco, destas epidemias duvidosas e fugir delas, desde que lhe reste ainda um pouco de juízo. Talvez não valha a pena falar disso se tudo se limitasse à paixão total pela tatuagem em todo o corpo ou ao uso de calçados obrigatoriamente com sola branca mas nem se sempre com meias. Está chegando a “moda de violência”.

Tenho impressão, às vezes, que os numerosos desvairados ou semidesvairados dos nossos dias, estas pessoas ofuscadas por superidéias, que vestem os cintos de shahid, sentam ao volante para esmagar turistas numa avenida de beira-mar, ou correm com facas na mão nos locais mais incomuns, seja uma instituição para inválidos no Japão, um trem na Baviera, etc., etc., estas pessoas contaminam de alguma maneira uma a outra. E todas elas seguem, conscientemente ou não, o credo formulado por Fedor Mikhailovich Dostoievsky no romance “Crime e Castigo” para o seu personagem Rodion Raskolnikov: “Sou uma criatura tremante ou tenho o *direito*?” Direito a que? Implantar uma das religiões mundiais no mundo inteiro, inclusive à custa do sangue alheio, uma vez que a “bandeira virtual” desta religião esteja nas minhas mãos? Ou o direito de “purificar” a sua própria nação das pessoas que não se inscrevem em certos cânones. Tenho certeza de que estes cânones estão encravadas firmemente, por exemplo, na cabeça de Breivik e permanecem agora, juntamente com ele na prisão.

Eu não afirmo que a resposta a esta questão é obrigatoriamente idêntica àquela que o próprio Dostoievsky tinha dado: sem Deus

na alma “tudo é permitido” e Rodion vai matar ao certo a velha usurária a golpe de machado. Não estou absolutamente certo de que a interligação seja precisamente esta, mas admiro a apresentação genial desta ideia principal no grande romance. Está evidente que o imperativo categórico de Kant torna-se para muitos não tão categórico e a maioria esmagadora dos que passam 24 horas por dia mergulhados em seus “facebook” e “WhatsApps”, jamais ouviu falar deste imperativo. Normas morais e limitadores éticos foram destruídos, importantes lacres e selos foram retirados e os freios falham cada vez mais rapidamente. Tudo isso atingiu tal ponto que por vezes me sinto alarmado. Creio que esta é uma das conseqüências negativas da globalização.

Independentemente do meio cultural em que as pessoas vivem, – quer seja uma sociedade multicultural que é apresentada como objetivo e é imposta cada vez mais à população pelos políticos do Ocidente, uma sociedade monocultural, mais tradicional, ou, inclusive, uma sociedade arcaica – as deformações seguem o seu curso, embora as religiões tivessem sugerido durante séculos a pessoas humanas o código de conduta e as idéias do humanismo tivessem penetrado aparentemente nos poros da civilização. Apesar disso, assistimos à repetição da seqüência de eventos trágicos e alarmantes. Temos aí um motivo não somente para discussões. Trata-se de uma advertência potente, como o golpe de um sino, que é preciso, afinal, unir os esforços e recursos políticos – recursos intelectuais, materiais, policiais e jurídicos – a fim de impedir as eclosões pandêmicas de ódio e violência.

**Armen Oganecian:** Ultimamente o esfriamento das relações entre os EUA e a Turquia tem assumido os mais diversos formas e aspectos. À luz disso impõe-se a questão: talvez a tentativa do golpe de Estado na Turquia fosse resultado de artimanhas de certas forças externas ou inspirada por estas forças?

**Serguei Ryabkov:** A resposta a esta questão é difícil e eu prefiro não me entregar a especulações infundadas. Creio, todavia, que neste caso o principal e o mais importante são certas molas internas.

Vemos, ao mesmo tempo, o quanto são sérias as questões que tinham surgido já depois do fracasso da tentativa do golpe de Estado.

O Sr. sabe que a Rússia bem desde início adotava e adota de uma forma muito coerente e firme a posição de apoio ao legítimo poder deste país. Declaramos isso reiteradas vezes em público. Vou assinalar, antecipando, talvez, alguns comentários irônicos, que esta posição do nosso país não é algo conjuntural: a Rússia está na vanguarda dos esforços internacionais com fim de reconhecer de ilegais as tentativas anticonstitucionais de golpes de Estado. Apresentamos e continuamos a apresentar propostas concretas nestes termos na ONU. Temos feito análise profunda nos planos político e jurídico da concepção de rejeição de golpes de Estado como método de troca do poder. Esta questão é complicadíssima e implica discussões graves nos palcos internacionais. No entanto, nós seguimos esta linha, pois vemos o quanto no mundo está difundida a instabilidade perigosa. Construimos a nossa posição em relação à Turquia no momento difícil, em que este país ficou, guiando-se precisamente por este enfoque e apoiando-se nele.

**Armen Oganecian:** Se R.T. Erdoğan não apresentasse desculpas pelo avião russo abatido, iríamos apoiar, apesar disso, o poder oficial da Turquia?

**Serguei Ryabkov:** Vou dizer – sim. Além disso, saudamos os passos dados pelo Presidente R.T. Erdoğan e por toda a direção da Turquia a fim de normalizar as nossas relações bilaterais. Sem perder um único dia nós seguimos a via de restabelecimento de relações no sentido direto desta palavra. Os países como a Rússia e a Turquia, isto é, vizinhos diretos, exercem influência sobre muitos processos e simplesmente não podem perder uma chance de edificar relações positivas. Depois da tragédia que se deu no ano passado, Ancara acabou por tirar certas conclusões. Alegramo-nos disso e esperamos que o desenvolvimento positivo das relações continue no próximo período.

**Armen Oganecian:** Serguei Alekseevich, a NATO demonstrou por meio de manobras “Anaconda” a sua capacidade de

concentrar uma grande força militar junto da fronteira russa. A NATO justifica estas suas ações pela ameaça à Europa por parte da Rússia. Temos visto a aproximação permanente das forças armadas da NATO das fronteiras russas, especialmente nas repúblicas do litoral báltico. A pressão vem também do mar Negro. O Sr. acha que isso é apenas uma demonstração da força ou existe o risco da guerra que não será somente “fria”?

**Serguei Ryabkov:** Ficamos preocupados com as conhecidas decisões na esfera de incremento da presença militar rotante, o que representa, na realidade, o alojamento das forças permanentes de vários Estados- membros da NATO nas proximidades imediatas das nossas fronteiras – na Lituânia, Letônia, Estónia e Polónia. Gostaria de apontar que o caso não se restringe a quatro batalhões multinacionais: nos próximos anos na Europa serão criados depósitos avançados do material de guerra para várias brigadas mecanizadas das forças terrestres dos EUA. Além disso, estão sendo criadas estruturas de quartéis-generais. É reforçado o grupo aéreo, cujos aviões irão patrulhar o espaço aéreo local, incluindo os céus dos países bálticos. De acordo com as nossas observações, a marinha de guerra dos países da NATO treina a simulação de operações militares de patrulhamento nos aquatórios e regiões que se encontram muito mais perto das fronteiras russas do que anteriormente. A intensidade dos treinos da NATO também aumenta e a sua envergadura é muito grande.

Fazem-se tentativas de incutir-nos – e o comunicado final da reunião de cúpula da NATO em Varsóvia está repleto de “passagens ameaçadoras” – que tudo isso é resposta à “conduta agressiva” da Rússia, em particular, ao “seu apoio aos separatistas” do sudeste da Ucrânia, etc. Falando francamente, estamos totalmente perplexos com este “lado de lá do espelho” da NATO. Os milicianos de Donbass (quanto ao termo “separatistas”, que o pessoal da NATO continue a mastigá-lo entre si) atuam nas regiões em que desde épocas imemoráveis vivia e vive a população russa e população russófona. Isso ocorre no fundo do espaço euro-asiático, onde durante séculos as famílias se entrelaçaram a tal ponto que já não se pode compreender

quem é natural de um certo território, quem veio de um tal lugar, quem casou com quem, etc.

Mas quando vemos um torpedeiro classe “Arleigh Burke”, munido de foguetes antimísseis, mísseis de cruzeiro e mísseis de ataque “Tomahawk” de raio médio de ação, a 30 milhas marítimas de Kaliningrado ou quando vemos no quadro de manobras navais ordinárias “Sea Breeze” toda uma esquadra de navios de guerra da NATO, incluindo grandes navios da marinha de guerra EUA no porto de Odessa, quando vemos os caças mais modernos dos países da NATO pousando numa base situada a 7 – 10 minutos de tempo de vôo até Petersburgo, impõe-se a questão: foi a “Rússia agressiva” que tinha convidado toda esta força militar a ficar a esta distância? Ou fizemos algo semelhante a 30 milhas da base naval dos EUA em Norfolk, ou instalamos os nossos aviões à distância de cinco minutos de vôo até Long Island no estado de Nova Iorque?

Neste caso também se verifica uma padrão duplo..... Uma vez que da consciência dos que “estão do lado de lá” não se pode arrancar o “NATO-centrismo” e o “americanocentrismo”, nem este seu sentimento inato de que a civilização ocidental teria se tornado agora o “centro do mundo”, a gente começa a compreender, como eles chegaram a afirmações de que é a Rússia “que se aproxima das fronteiras da NATO”.

Então tem-se a vontade de perguntar aos estrategistas, cheios de si, da NATO: se existe o “NATO-centrismo”, por que vocês negam o nosso direito à “Rússia-centrismo”? Isto é como uma projeção no globo. De acordo com o ponto de vista, no centro ficam diversas regiões e territórios. Por isso, para nós é evidente e indiscutível que os potenciais militares se aproximam precisamente da Rússia, que as bases militares e sistemas de defesa antimíssil são criados precisamente em torno do nosso país. Esta forma de encarar a questão não somente tem direito de existir: é única forma possível de encarar a questão desde que a gente cuide realmente da sua segurança. Tal é o nosso ponto de vista e ele não pode ser “revogado”.

**Armen Oganecian:** Serguei Alekseevich, gostaria de recordar o documento assinado pela Rússia e a NATO

em maio de 1997 – o Ato Fundamental de Relações mútuas, Colaboração e Segurança entre a Federação Russa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Toda a tonalidade deste documento sintonizava para relações de parceira estreitas. Seria possível afirmar que a NATO renuncia a disposições consagradas neste Ato?

**Serguei Ryabkov:** Sim. E mais do que isso. Na véspera da reunião de cúpula da aliança em Varsóvia e durante esta cimeira alguns dos nossos vizinhos exortaram a renunciar oficialmente ao Ato Fundamental. Isto é, queriam que a NATO declarasse unilateralmente que este documento não está mais em vigor. Tem-se a vontade de dizer para eles: "Agradecemos a honestidade". Não tivemos a menor dúvida de que o objetivo destes países é o agravamento conscientizado e bem orientado de relações de toda a comunidade ocidental, incluindo a Aliança do Atlântico Norte, com a Rússia.

Outrora, quando os países do Centro e do Leste da Europa se encontravam na fase de preparação para o ingresso na NATO, os membros mais antigos da Aliança diziam-nos que era preciso esperar, que depois da sua entrada na aliança tudo ficaria nos seus eixos, e a sua atitude para conosco seria totalmente diferente – tranqüila e normal. Mas vemos o contrário – a intensificação da tensão e rejeição da política russa e da Rússia já na qualidade de vizinho. Eu nem falo da percepção da Rússia na qualidade de parceiro. Na realidade, esta linha manifesta-se de uma forma especialmente patente na atitude de todos estes países para com as questões de segurança rígida e segurança militar. É um fato lamentável.

Quanto ao compromisso, que consta no Ato Fundamental de não instalar em regime permanente nos territórios dos novos membros da NATO forças militares substanciais, faço lembrar que nós propomos muitas vezes à NATO chegar ao entendimento mútuo a respeito do conceito "formas militares substanciais". Dissemos na ocasião que o nível de brigada seria, provavelmente, suficiente para esta definição geral. Esta idéia não teve apoio por parte da NATO. Agora vemos a envergadura que as respectivas preparações atingiram. E estes preparativos estão emcobertos

por um invólucro verbal ladino. Afirma-se, em particular, que a instalação destas forças militares não tem um regime permanente. Mas na nossa opinião, esta rotação é pior do que a presença permanente, pois a rotação significa que um número muito maior de militares e de contingentes de diversos países “explora estas regiões”, adquire os respectivos “hábitos operativos” e sabe como se deve trabalhar lá. Resulta, afinal, que os países-membros da OTAN violam de uma maneira direta e clara o compromisso que consta no Ato Fundamental, procurando, ao mesmo tempo, demonstrar o contrário.

**Armen Oganecian:** E a nossa reação?

**Serguei Ryabkov:** A nossa reação é tranqüila e eficiente. Não dramatizamos o fundo político geral. Falando a rigor, não se podia esperar que os atuais membros da NATO procedam de alguma outra maneira. Mas levamos em consideração estes acontecimentos no nosso planeamento militar. Infelizmente, a situação no setor estratégico ocidental começou a agravar-se novamente após um longo período de relativa calma e ausência de motivos para preocupação. Tiramos disso certas conclusões. Note-se que o Presidente da Federação Russa V.V. Putin declarou na recente Conferência dos Embaixadores e Representantes Permanentes da Federação Russa que não deixaremos que nos impliquem numa nova confrontação e corrida armamentista.

**Armen Oganecian:** Afinal de contas, estas ações da NATO são preparação para a guerra ou uma tentativa de atemorizar a Rússia para que faça concessões na esfera da política externa e, talvez, na política interna?

**Serguei Ryabkov:** Estou convencido de que a guerra não haverá e os eventos a que assistimos são mais uma tentativa habitual do Ocidente de “bombear os músculos” e de “indicar à Rússia o seu lugar”. Ao mesmo tempo, esta é uma tentativa de agradar aos países do leste e do nordeste da NATO que procuram aproveitar o atual



período difícil nas relações entre a Rússia e o Ocidente em prol dos seus interesses conjunturais estreitos, isto é, obter para si uns certos bônus em forma de presença física maior dos militares dos outros países, construção de certos objetos, etc. Os políticos destes países agarram-se a esta conjuntura a fim de garantir a si e ao seu eleitorado uma ligação mais firme à “raiz ocidental”, à “raiz da comunidade ocidental”.

Não existem razões para um conflito de grande envergadura, mas eu não posso deixar de dizer que existe e, inclusive, cresce o risco de incidentes despropositados. Não foi por acaso que reagimos positivamente à iniciativa do Presidente da Finlândia C. Niiniste e o presidente da Rússia V.V. Putin apoiou durante a palestra com o seu colega finlandês esta proposta. É preciso ver, o que se pode fazer para a organização mais segura de vôos de aviões militares sobre o mar Báltico. Participamos as nossas idéias aos países-membros da NATO. Este tema foi discutido também na reunião do Conselho Rússia-NATO em julho. Estamos à espera da reação. Estamos interessados em que o nível de prognosticabilidade suba.

**Armen Ogancian:** Serguei Alekseevich, o Sr. é vice-ministro que coordena a atividade do setor latino-americano, incluindo o BRICS. Tenha bondade de explicar, quais serão os passos básicos seguintes com vista a consolidar ainda mais esta aliança?

**Serguei Ryabkov:** Este formato deve ser encarnado em feitos concretos e ações práticas. No quadro do nosso projeto-piloto, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, foi aprovado há pouco o financiamento de desenvolvimento de centrais elétricas pequenas na Karelia. É um momento importante que mostra o que será feito a fim de estabelecer e consolidar o BRICS.

Quanto à esfera política, na ordem do dia está a ampliação do número de temas da nossa atividade. Neste plano temos mantido contato estreito com a presidência indiana. Creio que a reunião de cúpula, a realizar-se em outubro em Goa, vai demonstrar que o BRICS continua a fortalecer-se e a avançar.

**Armen Oganecian:** O que pensa sobre o futuro da colaboração russo – cubana?

**Serguei Ryabkov:** O recente aniversário nonagenário de Fidel Castro é recordação do glorioso caminho que os nossos países percorreram na época que se seguiu à revolução em Cuba. Em breve serão postos em ação grandes projetos na esfera de siderurgia e produção e distribuição de energia elétrica, os nossos contatos políticos são muito intensos e produtivos. A direção de Cuba, chefiada por Raul Castro e pelo comandante Fidel, leva a cabo uma política sábia, no quadro da qual a Rússia deve desempenhar um papel excepcional, totalmente diferente. Estamos-lhes gratos por isso e procuramos responder de uma maneira igualmente construtiva.

**Armen Oganecian:** O que é preciso fazer para que na esfera de relações econômico-comerciais com a América Latina se verifique não a atual recessão mas, sim, o incremento?

**Serguei Ryabkov:** É preciso eliminar barreiras no comércio, – e não somente barreiras tarifárias, – e diversificar a exportação e importação apesar da flutuação das cotações monetárias. Contatos diretos entre os representantes do business têm proporcionado resultados importantes. Estamos estudando agora uma série de idéias novas, incluindo a cooperação nas esferas de tecnologias de ponta, como, por exemplo, a farmacêutica e as biotecnologias. Estes projetos serão postos em ação até o fim de ano. Vai ver que nas relações com a América Latina surgirão não somente novos matizes, mas também uma qualidade nova.

**Palavras – chaves:** relações russo-americanas, campanha eleitoral nos EUA, D. Trump, H. Clinton, globalização, BRICS, América Latina.



## Parceira estratégica confiável entre a Rússia e a China: formula do século XXI

### Vitali Vorobev

Colaborador científico sênior do Centro de pesquisas da Ásia Oriental e da Organização de Colaboração de Xangai junto do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário  
vorobev@mgimo.ru

É hábito considerar o ano de 1976 como fim do tumulto de dez anos, gerado pela chamada “revolução cultural” na China. Em princípios de setembro morreu Mao Tsé-Tung, inspirador e “responsável artístico” principal deste “espetáculo de massas”, que tinha traumatizado profundamente toda a sociedade chinesa. Um mês depois foi preso o chamado “bando dos quatro” – portadores mais fervorosos da ideologia e prática ultra-esquerdista. O país começou a tranquilizar-se e a refletir na via que devia seguir, na posição que devia adotar com o máximo de vantagem no palco internacional.

Naquela época as relações soviético-chinesas tinham aspecto tão gélido, que o seu simples degelo parecia a muitas pessoas algo especulativo ou, inclusive, ilusório. Porém um ditado sábio chinês reza: “quando dois brigam, os dois saem perdendo; quando os dois colaboram, ambos saem ganhando”. Mas as necessidades vitais reais de ambos os países, alimentadas ainda mais pelo fator do seu confinamento, fizeram com que o desenrolar de acontecimentos seguisse um rumo otimista. O encontro entre M.S. Gorbachov e Deng Xiaoping em maio de 1989, em Beijing, delineou claramente a conclusão do período de normalização de relações e a sua transferência para a trajetória de avanço firme do passado

para o futuro. E esta passagem foi tão firme que mesmo a saída imprevista da União Soviética do palco histórico em dezembro de 1991 não diminuiu o dinamismo do processo. Pode-se afirmar que a formação do Estado Russo novo e autônomo atribuiu-lhe novos matizes e sonidos.

Em abril de 1996 B.N. Yeltsin visitou a República Popular da China. Achou oportuno mandar durante o vôo uma mensagem dando tônica especial à característica do nível alcançado e da qualidade de relações russo-chinesas. Foi assim que nasceu a fórmula – parceria estratégica confiável voltada para o século XXI. Esta mensagem transmitida com urgência do bordo do avião presidencial para Beijing, através de Moscou, teve imediatamente apoio da direção chinesa. Esta fórmula, introduzida pela primeira vez no léxico político dos dois países, define já há vinte anos de uma maneira exata e ponderada as relações bilaterais como um formato não somente de aliança, mas, sim, como um formato dialeticamente móvel de relações bilaterais. O tratado de amizade, colaboração e boa vizinhança, assinado em 2001 no mandato presidencial de V.V. Putin, consagrou a lógica de interação e alargou os horizontes da colaboração, tornando-a universal e lançando metas do seu desenvolvimento construtivo para a perspectiva de mais longo prazo. “Sempre amigos, jamais inimigos” – é assim, de uma forma aforística e ponderável, os líderes de Beijing definem a sua posição.

A envergadura realmente sinfônica e a multivariada instrumental rica das atuais relações russo-chinesas é encarnação impressionante de toda uma série de esforços bem orientados ao encontro um do outro. A sondagem cautelosa das intenções e da possibilidade de conseguir pelo menos pequenos avanços, inerente aos princípios da década de 1980, teve gradualmente o caráter de uma repercussão ressonante. Inicialmente as reações mútuas eram embaraçadas pela toxicidade de aditivos quase-ideológicos, fazia-se sentir a existência de antolhos em forma de chavões e receios, em grande parte artificiosos, mas encravados nas mentes, fazia-se sentir o fardo de rótulos impostos um a outro e de alcunhas pessoais. Nesta “competição” de rótulos e alcunhas ambas as

partes alcançaram grandes êxitos nos anos anteriores. Na medida em que se acumulavam quantitativamente “passos pequenos”, que estimulavam o crescimento de rebentos de confiança mútua, eles se transformavam qualitativamente em alternativas criativas, adquiriam traços de focos de estabelecimento de colaboração mutuamente vantajosa e de corredores de incremento de vínculos em mais diversas esferas, incluindo a política externa. Já em 1984 foi dado início a encontros regulares e produtivos dos ministros das relações exteriores no quadro de reuniões da Assembléia Geral da ONU em Nova Iorque.

O livro do diplomata – sinólogo G.V. Kireev “Rússia – China. Páginas desconhecidas de conversações fronteiriças”<sup>\*</sup> oferece uma análise profunda de como se vencia o isolamento, prevenção e ceticismo, como se criava a carcaça das relações russo-chinesas de um tipo novo, como se criavam e se consolidavam os seus pontos de referência. Este livro pequeno quanto ao volume e à tiragem (700 exemplares) saiu há dez anos, no verão de 2006, tornando-se logo objeto de interesse especial por parte de pesquisadores e continua a sê-lo até hoje, o que, aliás, não é de se surpreender. O seu autor chegou para a sinologia prática ainda na década de 1950 e continuou fiel a esta via até o fim da sua vida. Não foi mera testemunha, mas textualmente deixou passar através de si todas as “marés altas e baixas” das relações bilaterais. Desempenhou um papel ativo e notável na época da sua normalização, no lançamento das pedras angulares da parceria estratégica ao cumprir missões governamentais de solução de toda uma série de questões delicadas com a República Popular da China. Teve que lidar tanto com problemas herdados do passado, como com os que estavam voltados para o futuro.

O autor apresenta a trama factológica dos eventos sob o ponto de vista de análise analítica dos “bastidores” dos eventos que se passavam, o que torna a sua obra especialmente valiosa e

---

<sup>\*</sup>Kireev G.V. “Rússia – China. Páginas desconhecidas de conversações fronteiriças”. M.; Enciclopédia política russa, 2006, p. 416.

atraente. Põem-se a nu os momentos cruciais de formação e de formalização das posições nas conversações, o que, por vezes, é mais difícil de que travar um diálogo combinatório à mesa de conversações. Delineiam-se sutilezas da busca da estilística destinada a convencer o parceiro, ao par da espera paciente de consecução de resultados convenientes para todos, por maiores que fossem os esforços e o lapso de tempo, necessários para isso. Algumas considerações do autor, incluindo as que dizem respeito ao tema da fronteira, aproximam-se da reapreciação séria de alguns pontos de vista estereotipados e importunos chegando a excitar a curiosidade do leitor.

O ano do vigésimo aniversário da parceria estratégica entre a Rússia e a República Popular da China é uma data que não somente ajuda a ver melhor a importância daquilo que tinha sido feito, mas também gera motivo para estender fios de ligação para o dia de hoje das relações russo-chinesas.

### *Invariabilidade da geometria da fronteira*

A solução das questões da fronteira na sua parte russa – um problema crucial da ordem do dia das relações bilaterais já a partir dos princípios da década de 1960 – levou 40 anos (1964 – 2004). No plano histórico não é muito, desde que se leve em conta que a sua extensão é igual a 4300 quilômetros, que o relevo do terreno, pelo qual esta fronteira passa é difícil e, especialmente, a amplitude de vacilações na atmosfera e no caráter de relações interestatais àquela altura, assim como o fato de que a fronteira é sempre um barômetro sensível destas relações.

Os três acordos ratificáveis, celebrados em 1991, 1994 e 2004, isto é, os instrumentos que têm a mais alta força jurídica para documentos contratuais, deram por totalmente fechadas todas as questões que provocavam desavenças, reproches e choques mútuos e serviam de enredo para conversações minuciosas e por vezes langorosas e difíceis de muitos anos.

A fronteira russo-chinesa, destinada sob o ponto de vista jurídico-formal para delimitar claramente os territórios dos dois

Estados, serve agora na qualidade de símbolo de boa-vizinhança transformando-se cada vez mais em faixa que liga duas maiores potências mundiais e os seus povos. Hoje pode-se constatar com firmeza que as relações de parceria estratégica dispõem na qualidade de um dos seus alicerces principais os problemas fronteiriços resolvidos e uma fronteira demarcada (isto é, balizada) em conjunto em toda a sua extensão.

Às vezes escapa do campo de visão um fator de importância de princípios – a geometria da atual fronteira russo-chinesa conserva invariável a configuração que tivera há 150 anos, ou seja, a configuração acordada por meio do Tratado de Beijing de 1860.

Nos novos acordos foi concatenado ainda em 1964 que a linha divisória nos rios navegáveis passa no meio da hidrovia. Esta cláusula substituiu o princípio anterior incômodo, formulado no Tratado de Beijing, segundo o qual a linha divisória passava pela margem-matriz. Isso tomava ambígua a questão de posse das ilhas situadas nestes rios, incluindo as que se encontravam em frente à cidade de Khabarovsk. Todavia, todos os pontos de referência básicos e marcos topográficos, feitos em 1860, continuam absolutamente mesmos. Portanto, no decurso das últimas conversações não houve nenhum litígio territorial, nem discussões sobre concessões territoriais. Foram acordadas questões da linha fronteiriça já existente e que ninguém punha em dúvida.

Da mesma maneira que o Tratado de Nerchinsk de 1689, o primeiro ato jurídico na história de relações bilaterais, que abordava, em particular, a questão de delimitação territorial, o Tratado de Beijing partia da prioridade de divisão e distribuição dos territórios em que cada um dos Estados exercia realmente o poder, e já a partir daí estabelecia a fronteira. Neste plano ele cancelava em grande parte as respectivas cláusulas do Tratado de Nerchinsk, embora este momento não seja abordado abertamente no documento.

Com efeito, em 1860 o Império Russo foi acrescido de mais de um milhão de quilômetros quadrados de terras, incluindo toda a parte norte da bacia do rio Amur e o Território de Primorye, que pertenciam de acordo com o Tratado

de Nerchisnk ao Império Chinês. O tratado de Beijing foi sancionado na íntegra pelo imperador chinês. O governo da República Popular da China sempre reconheceu a imutabilidade jurídica deste documento, independentemente dos epítetos político-morais que se lhe atribuíam neste país.

Por outro lado na China é comum recordar e fazer lembrar os numerosos “territórios perdidos” no século XIX, incluindo os que a China tinha cedido sob a pressão da política externa da Rússia czarista. A Rússia, da mesma maneira que outros países ocidentais, fazia o seu próprio jogo no Extremo Oriente, aproveitando-se das “fraquezas” da China daquela época e da conduta da corte imperial. São editados e expostos mapas de possessões imperiais da China e dos seus limites, de caráter, amiúde, hipotético, nas épocas de diversas dinastias. Existem também mapas- esquemas que mostram os “territórios perdidos” pela China a favor da Rússia. O objetivo de publicação destes materiais é mostrar e ilustrar de uma maneira patente os conceitos, arraigados de há muito na China, de particularidades da formação do seu território e de integração de diversas nações no seu maciço estatal desde as épocas mais remotas. Seria insensato e inútil ignorar ou rejeitar semelhantes pontos de vista, pois neste caso resulta dificultada a compreensão da lógica de estruturas mentais chinesas, quer se trate da esfera científico-acadêmica ou puramente prática. Isso não exclui absolutamente enfoques críticos imparciais em relação a alguns aspectos destes conceitos.

Uma vez que depois da formação da República Popular da China as autoridades oficiais não utilizaram estes mapas como motivo para reclamar a restituição de territórios, seria pelo menos incorreto identificar a sua existência como apresentação real de pretensões territoriais e chamar de “agressão cartográfica”, especialmente depois da assinatura do tratado de 2001, em que as partes constataram, em forma de compromissos mútuos, a ausência de pretensões territoriais uma a outra.

Não se pode fugir ao fato de que cada país escreve e interpreta a história nacional à sua maneira publicando respectivos mapas históricos (basta ver a maioria dos Estados do espaço pós-



soviético). Este fenômeno tem, às vezes, o caráter de extravagância conjuntural. É de se crer, todavia, que o mais importante é impedir o envolvimento de semelhantes coisas nas discussões políticas sobre as relações com outros países, impedir a queda na esfera de artimanhas propagandísticas ostentosas mas inúteis em prol da consecução de certos interesses efêmeros.

Cumpra assinalar que na época soviética um tema de exame minucioso nas conversações com a República Popular da China foi o segmento da fronteira na Ásia Central, que se estende desde a Mongólia até o Afeganistão. Na época de formação deste segmento da fronteira, na segunda metade do século XIX, a corte imperial chinesa recusou-se várias vezes a aceitar os textos contratuais já assinados por executivos. O governo czarista da Rússia admitia a sua revisão compromissiva séria (o que vem a comprovar que Beijing daquela época não era tão assim dócil e disposto a obedecer à pressão estranha no tocante ao traçado da fronteira).

Uma vez que o relevo deste local é montanhoso e de acesso difícil, a fronteira foi demarcada em vários locais “a olho”, por meio da chamada “geografia conjetural”. Tudo isso resultou em incongruências intrincadas. Por exemplo, surgiram dois picos Han-Tengri. Quanto ao setor de Pamir, este simplesmente ficou sem a demarcação no plano jurídico-internacional. Nestas conversações foi resolvido um grande número de questões, mas mesmo assim não faltaram numerosos “buracos”, isto é, problemas por resolver.

Convém assinalar que o regime em vigor na época soviética não previa a participação das autoridades locais, incluindo as autoridades das repúblicas federadas, na solução de problemas fronteiriços. Tudo e em todas as etapas era resolvido em Moscou, por uma via estritamente centralizada. De acordo com o hábito, a última palavra sempre pertencia ao órgão superior do partido. Neste contexto hoje afiguram-se realmente providenciais os seguintes momentos. Em primeiro lugar, o reconhecimento naquela época como inconvenientes algumas propostas de fazer acordos a respeito de certos segmentos difíceis da fronteira, situados em diversas repúblicas federadas, em forma de “um só

pacote”, e, em segundo lugar, a iniciativa da delegação soviética, apresentada no limiar da década de 1990, de informar os dirigentes estatais e dos partidos das repúblicas da Ásia Central sobre os resultados obtidos e os embaraços existentes, tendo em vista, em particular, a possibilidade de completar a bagagem da delegação com novas variantes de busca de compromissos.

Tem-se a impressão de que estes passos desempenharam o seu papel no fato de que depois do desmoronamento da União Soviética os Estados recentemente criados, – o Cazaquistão, Quirguízia e Tajiquistão – aceitaram de bom grado a idéia de formar juntamente com a Federação Russa uma delegação única, encarregada de problemas fronteiriços, e concordaram com os acordos preliminares, celebrados nas conversações soviético-chinesas, a respeito do segmento da fronteira na Ásia Central. Este último momento criou uma certa tensão nas relações entre Moscou e Beijing, pois em cada um dos Estados da Ásia Central havia forças influentes e barulhentas que interpretavam a independência inesperada como motivo para se apartar ostentadamente de toda a herança soviética. Estas decisões clarividentes ajudaram, certamente, os vizinhos da China na Ásia Central a encontrar durante a década de 1990 desenlaces perfeitas e por vezes muito originais, partindo das suas necessidades e tarefas do seu desenvolvimento. Isto inclui o “novelo de problemas” em torno de Pamir.

Este mecanismo interestatal inovador, em forma de uma delegação conjunta, no quadro da qual ninguém fazia pressão sobre outro, ninguém lançava reproches, mas, pelo contrário se cultivava a comunidade conceptual com atitude respeitosa para com a individualidade nos enfoques concretos, mostrou-se instrumento eficiente não somente na solução de problemas fronteiriços. Este mecanismo estimulava o espírito e a atmosfera de criatividade conjunta, a orientação das discussões pela consecução de um resultado ponderável e contribuiu para o desenvolvimento da cultura do consenso, o que teve naquela época alto valor unificador. Mais tarde ele exerceu influência positiva no plano político mais amplo estimulando, em particular,

a formação da Organização de Colaboração de Xangai que completou 15 anos de existência em junho deste ano.

### *Preenchimento do reservatório de confiança*

O avanço tão rápido de relações bilaterais por uma trajetória que leva do passado para o futuro e a obtenção por este processo de traços e características de parceria estratégica universal não podia realizar-se sem ampliação continua do espaço de entendimento mútuo e de criação da atmosfera de benevolência amistosa mútua nos contatos formais de todos os níveis e nas relações sociais.

Hoje está fora de dúvida que o progresso na regularização de problemas fronteiriços era não somente um sinal da crescente confiança como tal: foi um potente catalisador do reforço e da consolidação deste processo no tocante a todas as esferas de colaboração russo-chinesa.

Para tornar o campo energético de confiança íntegro e estável, era preciso, de acordo com toda a lógica do desenrolar de acontecimentos, fazer com que a esfera militar fosse incorporada na torrente geral. Aí o papel de precursor coube a conversações sobre assuntos fronteiriços. No quadro destas conversações em fins da década de 1980 foi realizada por iniciativa da China a fotografia aérea de segmentos bastante extensos da fronteira por aviões militares, especialmente equipados, dos dois países, que penetravam, inclusive, a uma certa distância no território do Estado confirm. Aparentemente não foi um evento de destaque – antes, algo rotineiro, mas na situação daquela época esta foi uma ação sem precedentes. Em primeiro lugar, porque as partes admitiram corajosamente este levantamento aerotopográfico sem ter ainda a perspectiva clara do resultado final das conversações. Em segundo lugar, pela primeira vez durante várias décadas interagem unidades de forças armadas, habituadas, até agora, a “ver” um a outro somente através da alça de mira de um fuzil ou canhão. A experiência foi realizada sem qualquer embaraço. Ficou claro no plano político que a extensão da confiança para a esfera de defesa era perfeitamente possível e realizável.

Em breve as conversações de regularização de questões fronteiriças “brotaram” no limiar da década de 1990 um ramo de conversações sobre a distensão militar ao longo da fronteira, que era naquela época soviético-chinesa. Estas conversações resultaram em dois acordos amplamente conhecidos – acordo sobre medidas de consolidação da confiança na esfera militar, de 1996, e acordo de 1997 sobre a redução das forças armadas e dos armamentos nas regiões que confinam com a fronteira da China. Estes documentos foram assinados já por cinco Estados – Rússia, Cazaquistão, Quirguízia, Tajiquistão e China (na época pós-soviética os respectivos projetos foram elaborados por uma delegação especial conjunta).

Inicialmente o processo de entendimento mútuo entre peritos militares foi bastante difícil – era algo insólito para eles. Foi especialmente difícil a confrontação das informações e dados concretos sobre a existência de diversos tipos de material de guerra e sobre o apetrechamento das tropas. No entanto, o ambiente político geral, incluindo o estabelecimento rápido e bem-sucedido da colaboração técnico-militar com a China, viagens de dignitários e as primeiras aquisições pela China de modelos mais modernos de material de guerra dissipavam de uma forma natural a sombra de desconfiança e atribuíam ao processo de conversações um tom estritamente racional. Tudo isso acrescentava novos tijolos sólidos no fundamento de confiança, reforçando especialmente o seu “canto militar”.

O processo de ratificação no parlamento russo do acordo multilateral de 1997 tornou evidente, o quanto era difícil erradicar as sobrevivências relícticas de desconfiança e como foi longo o espaço de tempo durante o qual se tentava reduzi-las a temas especulativos. Um exemplo disso é um dos deputados, coronel-general A. Makachov, famoso naquela época por declarações altissonantes extravagantes e por se considerar conhecedor profundo do potencial militar da China. Este deputado fazia colegas perder o tino tecendo intermináveis considerações sobre grandes acumulações de tropas chinesas nas proximidades da fronteira. Na realidade, nada disso teve

lugar e não se verifica até hoje. Precisamente na parte russa o grosso do contingente militar do Extremo Oriente era forçado a aproximar-se o máximo da fronteira por força de circunstâncias físico-naturais.

Embora no título do acordo de 1997 fosse utilizado o termo “redução”, os limites que constavam neste documento eram tais que na realidade nas zonas de 100 quilômetros do seu efeito, que se estendiam ao longo de ambos os lados da fronteira, não foi preciso reduzir nada. O documento não exigia igualmente o recuo das tropas da fronteira, ou, digamos, o “desnudamento” da fronteira no plano de defesa.

Os acordos celebrados em 1997 continuam, antes, a linha do acordo de 1996 sobre as medidas de confiança. O elemento novo que eles contêm consiste em prever o intercâmbio anual de sinopses sobre a atual quantidade de material de guerra e efetivos de contingentes militares, assim como a criação de um mecanismo de inspeções regulares mútuas na base de paridade, e formação com este objetivo de um órgão de supervisão – grupo de controle conjunto constituído por peritos diplomáticos e militares. Durante os anos passados todos os itens de ambos os acordos eram cumpridos infalivelmente e sem omissões. A prática de medidas de confiança na esfera militar, aplicada pela primeira vez na Ásia, na fronteira da China com a Rússia e com Estados da Ásia Central, veio a ser uma espécie de modelo e exemplo a imitar. Esta prática serviu de base, em particular, para desenvolver medidas de confiança entre a China e a Índia, embora o seu litígio fronteiriço estivesse longe da solução.

O “reservatório” de entendimento mútuo e de confiança entre a Rússia e a China foi preenchido, naturalmente, também à custa de outras medidas e acordos – grandes e não muito grandes – incluindo entendimentos de colaboração militar que já chegou ao ponto de ensaios de interação operativa. Todavia, as decisões alcançadas na esferas sensíveis e emocionalmente inerciais, isto é, solução das questões fronteiriças e afrouxamento da tensão militar ao longo da fronteira, continuam pedras angulares do processo. Foi precisamente daí que brotaram os principais rebentos de

estabelecimento da parceria estratégica que se tornou mais tarde, tanto na Rússia, como na China, um dos componentes básicos da sua política externa, um padrão da qualidade de relações bilaterais com outros países.

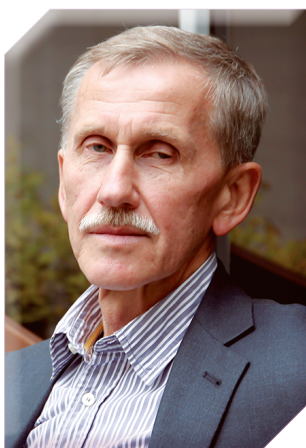
Boas relações entre os Estados que, quanto à sua forma devem, segundo F. Engels, recordar no caso ideal relações no seio de família, não podem ser equiparadas a um idílio ou metidos neste “leito de Procusto”: este seria um ato precipitado, sem resultados. Na vida acontece de tudo, especialmente agora, quando a colaboração russo-chinesa adquiriu uma envergadura vastíssima e a interação realiza-se textualmente em regime cotidiano, caindo, por vezes, na teia da rotina e do ordinário.

Mesmo as relações mais próximas e profundas não pressupõem em hipótese alguma a identidade de idéias perfeita, nem revogam os interesses, intenções e pontos de vista próprios. No caso de grandes países, potências de âmbito mundial, como a Rússia e a China, da outra maneira nem pode ser. A busca permanente da sua harmonização, o cálculo de denominadores comuns na base da igualdade de direitos e respeito à opinião alheia, a visão de riscos e busca de chances de manutenção de uma tônica regular e mutuamente favorável no meio social, e, o que é o mais importante, avanço ininterrupto – é assim que se divisa a matriz da parceria estratégica que deve determinar as ações das partes no tumulto de diversas circunstâncias e eventos do mundo em vias de globalização no caso de saltos da temperatura interna e externa.

**Palavras – chaves:** relações russo-chinesas, geometria da fronteira, reservatório de confiança.



## Rússia e países bálticos: contornos da concepção de relações bilaterais



### Vladimir Olenchenko

Colaborador Científico Sênior do  
Centro de Pesquisas Europeias do  
Instituto de Economia Internacional e de  
Relações Internacionais da Academia de  
Ciências da Rússia. Mestre em direito  
olenchenko.vladimir@gmail.ru

### *Notas preliminares*

**A**o analisar os Países Bálticos a partir do ponto de vista russo é preciso especificar vários momentos. Por exemplo, é preferível evitar os extremos, em particular, uma atitude depreciativa em relação aos Países Bálticos sem exagerar, ao mesmo tempo, a sua importância. Convém levar também em consideração que um importante período de história destes países foi não somente ligado à Rússia mas constituiu uma parte integrante da história russa e que o atual potencial destes países representa, em todos os sentidos desta palavra, um resultado das oportunidades oferecidas pela Rússia. Neste quadro afigura-se correto interpretar os Países Bálticos como uma parte pequena mas invariavelmente integrante da política externa russa.

Hoje em dia os Países Bálticos suscitam basicamente na consciência social russa e internacional a imagem de um irritador coerente do anti-russismo. A propaganda dos Países Bálticos e os seus círculos governantes posicionam agressivamente a Rússia como principal ameaça para a estabilidade na região e no mundo e não param de repetir a tese de que a União Soviética seria responsável pelos atuais problemas de desenvolvimento dos Países Bálticos. Em 2016 completam-se 25 anos desde a separação oficial

dos Países Bálticos da União Soviética\*. As constatações acima representam uma razão ponderável para a realização da análise da situação no litoral báltico. Parecem prospectivas os seguintes rumos da análise: formação dos Estados Bálticos na qualidade de Estados autônomos; desenvolvimento de relações entre a Rússia e os Países Bálticos; o futuro dos Países Bálticos na política externa européia e russa.

### *Estabelecimento dos países bálticos na atual etapa*

Nos Países Bálticos é popular a tese de que a independência conquistada por eles em 1991 seria resultado exclusivo do seu desenvolvimento autônomo. Tira-se do campo de visão o fato de que o movimento pela independência foi tão somente uma das correntes sociais que tinham surgido sob a influência da renovação da União Soviética, conhecida como “perestroika”. Por exemplo, as datas da “perestroika” coincidem com as datas apresentadas pelos historiadores do movimento pan-báltico pela independência (1988 – 1991). As organizações nacionais daquele período, que personificam hoje os partidários da independência, inicialmente nem sequer mencionavam o tema de separação da URSS mesmo nos seus nomes: Frente Popular da Estônia (Rahvarinne), Frente Popular da Letônia (Tautas Fronte), Movimento pela reforma da Lituânia (Sąjūdis). Eles buscavam o apoio um do outro e somente mais tarde, depois da sua Unificação, proclamaram a idéia de independência em forma da Assembléia Báltica Conjunta dos Movimentos pela Independência (Assembly of the Baltic Independence Movements)<sup>1</sup>. O seu

---

\* Em setembro de 1991 o Presidente da URSS assinou decreto sobre o reconhecimento da independência das repúblicas bálticas. Portanto, foi consagrada juridicamente a sua separação da União Soviética. A base desta decisão foram a resolução do Conselho de Estado da URSS de 06.09.1991 e as Resoluções dos Sovietes Supremos das Repúblicas Bálticas, ou seja, a Declaração sobre o Restabelecimento da Independência da República da Letônia de 04.05.1990, o Ato de Restabelecimento da Independência da Lituânia de 11.03.1990 e a resolução “De independência estatal da Estônia” de 20.08.1991.



programa comum de obtenção da independência tinha um caráter moderado e era atraente aos olhos de amplas massas populares.

O desenvolvimento dos Países Bálticos depois da conquista da independência estatal atravessou várias etapas. Em princípios da década de 90 do século passado deu-se a desestatização da propriedade por meio da privatização e da restituição. No período de 1995 a 2004 eles preparavam-se a entrar na NATO e na União Européia. A partir do ano 2004 e até hoje os Países Bálticos são membros da NATO e da União Européia e participam energeticamente da atividade de ambas as organizações. A partir de 2011 verifica-se a consolidação da sua integração na União Europeia mediante a incorporação na zona do euro: a Estónia, a partir do dia 1 de janeiro de 2011, Letónia, a partir de 1 de janeiro de 2014 e Lituânia, desde o dia 1 de janeiro de 2015.

Em princípios da década de 90 do século XX os Países Bálticos, já na qualidade de Estados autônomos, vacilavam entre a tendência de preservação dos vínculos histórico-geográficos tradicionais, o que incluía também as relações com a Rússia e a Bielorrússia, e o desenvolvimento paralelo de contatos com os Estados da Europa Ocidental. Mas foi resolvido dar tónica à política de aproximação da Europa Ocidental que se tornou gradualmente o rumo exclusivo da sua política. Em 1995 a Letónia, Lituânia e Estónia fizeram requerimentos sobre a filiação à União Europeia, mas as conversações sobre o seu ingresso começaram apenas no ano 2000. A pausa de cinco anos devia-se ao fato de que as concepções de desenvolvimento, em vigor naquela época da União Europeia, não previam a extensão desta organização para o Leste. A decisão principal foi tomada na reunião de cúpula da União Europeia de 2000, em Nice, França. A partir do dia 1 de maio de 2004 os Países Bálticos passaram a ser membros da União Europeia. Um mês antes disso, em 29 de março de 2004, eles filiaram-se à NATO.

Atualmente os Países Bálticos têm um perfil próprio na União Europeia e na NATO. No quadro da Aliança do Tratado do Atlântico Norte a Letónia, Lituânia e Estónia posicionam-

se como Estados limítrofes tendo em vista a fronteira geográfica com a Rússia. Esta posição dos Países Bálticos é inspirada pela direção da NATO que promove a idéia de alojamento no território do litoral báltico de contingentes militares e de armamentos dos principais países-membros desta aliança (os EUA, Grã-Bretanha e Alemanha). O fator de ameaça externa é utilizado ativamente também na política interna dos Países Bálticos, em particular, na luta interna dos partidos políticos. No quadro da União Europeia os Países Bálticos formam blocos com a Grã-Bretanha e com a Polônia no tocante a duas questões mais atuais: a regularização do problema de migração e sanções anti-russas. Os Países Bálticos dão provas de atividade intensa também na realização do programa “Parceira Oriental”, gerando iniciativas de promoção deste programa. Nas demais esferas da atividade corrente da União Europeia os Países Bálticos participam basicamente da solução de questões de relações com a Rússia, seguindo, de um modo geral, uma linha comum.

De acordo com as estatísticas da União Europeia, os atuais índices de desenvolvimento dos Países Bálticos correspondem à sua envergadura e status e encontram-se aproximadamente no mesmo nível que os índices dos países da Europa Oriental que tinham se filiado à União Europeia nos anos 2000. O promotor principal da formação do seu PIB são companhias estrangeiras. São também elas que consomem o lucro, descontando-se os impostos e os pagamentos ao fisco. Os números da população dos Países Bálticos refletem basicamente o seu lugar na União Europeia.

População dos Países Bálticos e a sua parcela na União Europeia  
(dados correspondentes ao dia 01.01.2015)

	União Europeia (28 Estados)	Zona do euro (19 Estados)	Estónia	Letónia	Lituânia
Milhões de pessoas <sup>2</sup>	508,450	338,471	1,313	1,986	2,921
Porcentagem <sup>3</sup>	100	66	0,3	0,4	0,6

### *Status atual de países bálticos*

O acima exposto impõe uma questão natural: qual seria a qualificação correta dos Países Bálticos? Por força de uma certa inércia, continuamos a chamá-los pós-soviéticos, tendo em vista a sua proveniência da União Soviética. Daí vem a vontade de aplicar em relação a estes países os critérios dos países pós-soviéticos, como se eles fossem membros da CEI (Comunidade de Estados Independentes) e deparassem por vezes dificuldades ao escolher as vias do ulterior desenvolvimento. Porém, a estrutura dos Países Bálticos e das suas economias, assim como a sua política externa são determinadas pelo fato de que eles são membros plenipotentes de uma organização político-militar, a NATO, e de uma organização econômica, a União Europeia. Ao mesmo tempo não existem plenas razões para considerá-los univocamente como países do mesmo tipo que a Europa Ocidental.

Vejamos a correlação de forças políticas na Letônia, Lituânia e Estônia. É característico que em todas as eleições ao nível parlamentar ou municipal tanto os partidários da via histórico-geográfica tradicional, como os partidários da opção ocidental jamais conquistaram a maioria absoluta. Os governos dos países bálticos representam normalmente uma coligação constituída pelas alas radicais de ambos os lados e pelas forças moderadas. Daí vem que nos Países Bálticos existe o equilíbrio aproximado entre os partidários e adversários das vias de desenvolvimento ocidental e do desenvolvimento histórico-geográfico tradicional. Uma análise retrospectiva mais profunda do dinamismo deste equilíbrio comprova que ele tinha se formado há muito tempo e já adquiriu a forma de uma espécie de tradição. Portanto, os Países Bálticos podem ser qualificados como países de um tipo misto, em que estão presentes numa medida relativamente igual o princípio russo (isto é, histórico – geográfico) e o ocidental.

A julgar por tudo, seria razoável para nós e para os ocidentalistas aceitar esta verdade, reconciliar-se com ela e edificar em consonância com este fato as ulteriores relações com os Países Bálticos de ambos os lados. É indubitável que a Rússia

e o Ocidente operam com diversas imagens dos Países Bálticos. Quanto à parte russa, aí se verifica a aspiração de avaliar objetivamente o papel destes países na política e economia internacional, o que provém do seu potencial modesto, enquanto que a parte ocidental está empenhada em difundir as imagens de Davi e Golias, subentendendo-se que o primeiro personagem corresponde aos Países Bálticos, e o segundo, à Rússia. Um passo na aproximação das interpretações russa e ocidental da importância dos Países Bálticos poderia ser uma certa unificação do seu nome. Na Rússia é amplamente difundido o conceito de “litoral báltico”, o que reflete a percepção russa real desta região, associada basicamente ao veraneio. Em inglês o análogo mais apropriado em vista da posição geográfica e da envergadura do litoral báltico seria o conceito de “Baltic strip”.\*

A sua introdução no vocabulário do Ocidente afigura-se um ato prático, pois ajudaria os parceiros ocidentais sempre conscientizar de forma correta na sua retórica anti-russa de que é que se trata concretamente e compreender o quanto são infundadas as afirmações de que a Rússia teria algum proveito prático no caso da realização das suas chamadas “pretensões” ao litoral báltico. O conceito de “Baltic strip” no sentido mais amplo seria também útil para a opinião pública internacional a fim de compreender o assunto em torno do qual se faz a histeria política e militar.

Ao mesmo tempo, requer um estudo complementar o chavão da chamada “comunidade consolidada dos Países Bálticos” – bastante difundido tanto no espaço pós-soviético, como na Europa e nos EUA. Este “chavão” está relacionado basicamente à semelhança das suas posições no tocante a vários assuntos internacionais, especialmente no que diz respeito à edificação e manutenção da confrontação com a Rússia. Mas se deixar este aspecto à margem, será bastante difícil descobrir os elementos

---

\* “Strip” significa em inglês “faixa”. A denominação proposta leva em conta a configuração geral dos Países Bálticos, situados um junto do outro ao longo do litoral do mar Báltico. A sua posição geográfica faz lembrar realmente uma faixa entre a Rússia (no caso da Lituânia e da Bielorrússia) e o mar Báltico. A envergadura dos seus territórios permite encarar este território precisamente como uma faixa.

que unem os Países Bálticos. Eles diferem um do outro no plano étnico (por exemplo, a Estónia pertence ao grupo fino-úgrico, que é próximo da Finlândia, mas está longe da Letónia e Lituânia); existem também diferenças confessionais (os lituanos são católicos, a população da Letónia é constituída por protestantes clássicos, na Estónia predomina o ramo luterano de protestantismo); os pontos de referência das elites governantes são diferentes (para a Estónia esta meta é a Finlândia, para a Lituânia, a Polónia e para a Letónia, a Alemanha). Fronteiras invisíveis existem também ao nível do dia-a-dia. Por exemplo, o número de habitantes de cada um dos Países Bálticos que vivem permanentemente nas repúblicas bálticas vizinhas varia ao nível de 3%. O órgão parlamentar comum – a Assembléa Báltica – tem um carácter bastante formal pois discute basicamente as relações com a Rússia.

### *Recursos de mão-de-obra dos países bálticos*

Depois da conquista da independência o movimento da mão-de-obra nos Países Bálticos seguiu vários rumos. O fenómeno mais patente foi o êxodo de especialistas russófonos da litoral báltico, o que se devia à influência de dois fatores. Por um lado, a discriminação da população russófona, por outro, a desindustrialização que resultou no fechamento de estruturas económicas em que estes especialistas trabalhavam. Um outro rumo foi a emigração provocada pelo desemprego e queda do nível de vida. Neste caso a maioria do fluxo migratório era constituída pela população nativa que emigrava basicamente para a Grã-Bretanha, Irlanda e Alemanha, onde achava empregos ao nível de trabalho não qualificado.

Nível de desemprego nos Países Bálticos em 01.01.2015,  
em percentagem da mão-de-obra<sup>4</sup>

União Europeia (28 Estados)	Zona do Euro (19 Estados)	Lituânia	Estónia	Letónia
9,4	10,9	9,1	6,2	9,9

Quanto ao nível de emigração, a legislação dos Países Bálticos não contém definição precisa do conceito de emigrante, adotando neste caso duas formas diferentes. Pode ser qualificado emigrante o cidadão que está ausente no país durante mais de um ano. Segunda definição – é emigrante o cidadão que se apresenta a autoridades locais na qualidade de emigrante. Está claro que esta atitude torna impossível uma estatística clara. Os oponentes das atuais autoridades dos Países Bálticos aumentam os índices da emigração, enquanto que os seus partidários, abaixam-nos. Ambas as partes concordam em que o nível da emigração não é inferior a 10 – 15% da população. Uma vez que emigram pessoas aptas ao trabalho, pode-se perfeitamente somar estes dois números obtendo, como resultado, que de 20 a 25% da mão-de-obra está permanentemente fora da esfera de atividade laboral. Impõem-se questões a respeito da estrutura das economias dos Países Bálticos, perspectivas do número dos seus habitantes, fontes de formação do PIB e verbas da sua distribuição.

### *Tentativa de enfoques conceptuais para com relações entre a Rússia e os países bálticos*

Depois do desmoronamento da União Soviética as partes russa e báltica propuseram uma a outra as concepções de manutenção de relações bilaterais. A Rússia partia da concepção de primazia das relações econômicas sobre as relações políticas e incrementava investimentos nos Países Bálticos considerando que o seu volume e envergadura iriam servir na qualidade de argumento convincente a favor da manutenção pelos Estados Bálticos de amplas relações com o vizinho russo. Porém, os Estados Bálticos popularizavam a tese de que por força da sua antiga proximidade da Rússia eles podiam constituir uma “ponte” natural (tem-se em vista um elo de ligação) nas relações entre a Rússia e o Ocidente.

As duas concepções resultaram em fracasso. A primeira a fracassar foi a concepção báltica. Os Países Bálticos não

conseguiram adotar o tom certo no diálogo com a Rússia passando a desempenhar em vez disso não o papel de intermediário, mas de retransmissor peremptório das opiniões ocidentais. Esta concepção perdeu por completo o seu valor depois da filiação dos Países Bálticos à NATO e à União Europeia, pois as relações da Rússia com as ambas as organizações eram reguladas por acordos especiais e não havia necessidade de completá-los com mecanismos da “ponte báltica”.

A concepção russa de primazia de relações econômicas também não suportou a prova, o que se tornou evidente depois do surgimento do “Terceiro Pacote Energético” da União Europeia, adotado em 2009. Este documento gerava premissas para a liquidação da presença econômica russa no litoral báltico. A concepção de primazia de relações econômicas chegou à fase de ineficiência evidente em 2014, depois da introdução de sanções anti-russas pela União Europeia. Pode-se apontar na qualidade de um momento consolador que a inconsistência da concepção que proclamava a primazia das relações econômicas abrangia não somente os Países Bálticos, mas também as relações com o Ocidente em geral.

### *População russófona do litoral báltico*

Um aspecto especial das relações entre a Rússia e os Países Bálticos é o tema de população russófona deste litoral. A população russófona vive em muitos países do mundo, mas somente a jurisdição dos Países Bálticos estipula a discriminação coerente da população russófona na qualidade de uma etnia à parte. Portanto, as autoridades oficiais implantam e mantêm a divisão da população em nativa e russófona.

Na opinião de alguns peritos, em particular, de peritos alemães, a divisão da população nos Países Bálticos teve um caráter artificial, destinado a isolar a população russófona do processo de desestatização da propriedade socialista e criar no processo de privatização direitos especialmente vantajosos para a população nativa. Além disso, é cultivado o isolamento

informativo tanto da população russófona, como de toda a população dos Países Bálticos, da mídia russa. De um modo geral, procura-se criar e manter artificialmente um ambiente de russofobia. As principais estruturas europeias (o Conselho da Europa, a União Europeia) esquivam-se da avaliação objetiva dos aspectos acima que caracterizam a situação da população russófona nos Países Bálticos.

A transfusão insignificante da população nativa entre a Letônia, Lituânia e Estônia, diferenças confessionais e históricas e a política de heroização do nazismo fazem com que a população russófona seja praticamente o único fator de consolidação dos Países Bálticos, especialmente na esfera de cultura, educação e política social, o único portador do bom senso e do equilíbrio interconfessional.

Para a Rússia é natural cuidar dos seus compatriotas, prestar-lhes ajuda, contribuir para a defesa dos seus direitos e para a superação da discriminação, assim como para a mudança do ambiente de dissensão

implantado pelas autoridades locais e forças radicais. Apresenta-se prospectiva, em particular, a ulterior atividade com vista a restabelecer os direitos da população russófona, pisoteados no decurso da privatização, e a exigência a autoridades que paguem uma compensação aos especialistas russofónos das empresas privatizadas pelos benefícios que lhes tinham sido negados no processo de privatização.

### *Pretensões dos países bálticos à Rússia*

Quase imediatamente depois da conquista da independência alguns políticos dos Países Bálticos, que não dispunham do potencial necessário para proporcionar um conteúdo construtivo à autonomia dos seus países, concentraram os seus esforços na apresentação de pretensões à União Soviética e, mais tarde, à Rússia, na qualidade da sua legatária. A essência destas pretensões foi formulada da seguinte maneira: se não fosse a filiação à União Soviética, o desenvolvimento socioeconômico



dos países do litoral báltico estaria ao nível da Suécia, Finlândia ou, inclusive, da Alemanha. De acordo com esta lógica, era preciso exigir à Rússia uma compensação financeira correspondente à respectiva diferença dos PIB.

Entre os partidários desta idéia destacava-se pela sua atitude especialmente odiosa o presidente da Lituânia V. Landsbergis que aproveitava o slogan de pretensões à URSS e à Rússia a fim de promover a Lituânia para o papel de líder dos países do litoral báltico. Mas a tese de que a União Soviética freava o desenvolvimento das repúblicas do litoral báltico não foi confirmada – durante os 25 anos da independência dos Países Bálticos no seu fomento socioeconômico não se deu um salto qualitativo forte: eles apenas estabeleceram-se firmemente no grupo de países mais atrasados da União Europeia e da Europa em geral.

A apresentação de pretensões subentende a questão de responsabilidade. Portanto, seria razoável adotar como ponto de partida do aprofundamento no tema eventual de compensações, exigidas da Rússia, o programa de independência, apresentado na década de 90 por vários políticos bálticos, que serviu de base para a separação do litoral báltico da União Soviética.

### *Execução real do programa dos movimentos bálticos pela independência*

Vale a pena recordar a nós, à elite política dos Países Bálticos e aos patrocinadores externos destes países o conteúdo dos programas dos movimentos pela independência das repúblicas do litoral báltico:

1. Luta pelo direito à autodeterminação e à soberania nacional.
2. Restabelecimento e consolidação da independência dos países do litoral báltico.
3. Desmilitarização por etapas do litoral báltico.
4. Segurança econômica dos Países Bálticos e a formação do seu mercado comum.

5. Política externa e comércio externo harmonizados.

6. Formação do espaço informativo comum para todos os países do litoral báltico<sup>5</sup>.

Durante os 25 anos da existência do programa de movimentos pela independência nenhum dos seus itens foi realizado na íntegra e a maior parte do programa foi modificada. Por exemplo, a atividade dos políticos bálticos no tocante aos primeiro e segundo itens foi interrompida com a separação da URSS e não teve devida continuação mediante a formação da independência real e soberania nacional de verdade, isto é, formação de uma política autônoma que corresponda aos interesses nacionais. Os Países Bálticos ficaram sob o protetorado econômico do Norte da Europa e a seguir, da União Européia, e quanto ao aspecto político, deixaram-se diluir na NATO e na União Européia.

Foi deturpado grosseiramente o terceiro item sobre a desmilitarização do litoral báltico. A despeito deste programa, os Países Bálticos entraram no bloco militar da NATO e atualmente realizam as disposições desta aliança sobre a transformação do seu território em “praça de guerra” na confrontação com a Rússia. Em vez da segurança econômica, formulada no item quatro, os países nórdicos da Europa proclamaram o litoral báltico um “segmento” do seu mercado interno (home market) e os governantes dos Países Bálticos jamais ousaram contestar isso. A maioria dos peritos bálticos e internacionais reconhece que a segurança econômica dos Países Bálticos agora depende em grande parte da situação financeira e econômica dos países setentrionais da Europa.

Quanto à idéia do mercado comum do litoral báltico, o volume do comércio entre os Países Bálticos continua no mesmo nível que na época da sua filiação à União Soviética, isto é, de 5 a 8% do comércio externo de cada uma das repúblicas bálticas. Quanto ao item cinco, aí se verifica um paradoxo clamante. Pode-se afirmar que a política interna e externa dos Países Bálticos era harmonizada somente quando eles faziam parte da União Soviética: naquela

época esta política era equilibrada e não era confrontadora. Na esfera externa as repúblicas bálticas mantinham relações de trabalho normais com todos os países. Na esfera interna existia a combinação correta dos aspectos social, econômico e ideológico. Hoje em dia, tanto os políticos dos Países Bálticos que exercem o poder, como a oposição destes países nem pensam em afirmar que as políticas interna e externa dos Países Bálticos estejam harmonizadas.

Quanto ao item seis, os governantes dos Países Bálticos escolheram entre numerosas interpretações da palavra “comum” a mais estreita – “cercado, isolado”. Tal é o aspecto atual do espaço informativo do litoral báltico. Mais do que isso: cuidaram de conferir-lhe o matiz do espaço informativo militarizado, pois a sua formação se realiza de acordo com os preceitos da NATO.

Em vista disso é conveniente precisar as causas do fracasso do programa de independência. Talvez os autores do programa não fossem sinceros e enganassem a população ou acreditavam sinceramente no programa, mas não conseguiram manter o poder nas suas mãos. Neste caso o que importa é que a decisão sobre a separação das repúblicas bálticas da União Soviética foi tomada na base do programa acima mencionado. Afigura-se idôneo estudar a questão, se o menosprezo do programa de independência pode servir ou não de pretexto para examinar a possibilidade de revogação da decisão sobre a concessão da independência. Neste contexto as exigências das repúblicas bálticas à Rússia de pagar uma compensação material pela época da sua filiação à URSS não significam outra coisa senão a aspiração oculta de isentar-se da responsabilidade pela incapacidade de gerir os Países Bálticos de acordo com os interesses da sua população e pelo menosprezo do programa de independência. Os pesquisadores objetivos dos Países Bálticos reconhecem esta forma de abordar a questão. Um deles, por exemplo, achou possível, inclusive, dedicar o seu livro a esta questão<sup>6</sup>.

### *Vetores ocidentais de relações da Rússia e dos países bálticos*

Contra este pano de fundo surgiram há pouco vários fatos inesperados. Primeiro: no decurso da fase inicial das eleições presidenciais nos EUA a participante do pleito eleitoral pelo Partido Democrático H. Clinton apontou que os EUA não podem diminuir a atenção em relação aos Países Bálticos. Afirmou que caso contrário, eles irão volver imediatamente para a Rússia. Acrescentou que o país mais vulnerável neste plano é a Letônia.\* Segundo fato: os representantes da elite báltica começaram a utilizar novamente a tese de que a Rússia teria lutado pouco pelos Países Bálticos e que foi por isso que eles tinham se apartado dela. Terceiro fato: ao nível acadêmico começou a circular a tese de que a cultura e a mentalidade dos Países Bálticos não seriam totalmente idênticos à cultura e mentalidade da Europa Ocidental e que não se pode excluir o seu movimento reversivo rumo à Rússia. A tese foi formulada por Andrejs Plakans, cientista americano de origem letã<sup>7</sup>. A julgar por tudo, ele não é único a tirar esta conclusão pois tinha solicitado a opinião sobre o seu livro de um grande número de representantes dos Países Bálticos, nos círculos acadêmicos dos EUA, dos países escandinavos e da Alemanha. Da mesma categoria que estes fatos é a recente declaração de D. Trump, candidato oficial pelo Partido Republicano nas eleições presidenciais a realizar-se nos EUA em 8 de novembro de 2016. O candidato afirmou que se for eleito presidente dos EUA não irá reagir aos apelos dos Países Bálticos em regime automático.

A declaração de D. Trump dá motivo e cria base para travar no mesmo tom o diálogo com a elite do litoral báltico. Agora ela está habituada a nossas exortações e à atitude que pode ser qualificada em linguagem figurada como paternalista. Nestes

---

\* No congresso do Partido Democrata dos EUA, em julho de 2016, H. Clinton foi aprovada como candidata deste partido para as eleições presidenciais de 08.11.2016.

casos os pais perdoam muita coisa aos adolescentes caprichosos, mas infelizmente este tratamento faz com que os filhos adquiram amiúde hábitos maus. Está na hora de chamar à ordem! Pelos vistos, esta idéia ganha vulto não somente na Rússia mas também nos EUA e na União Européia.

O acima exposto pode ser avaliado como tentativa de estimular a Rússia a competir pelos Países Bálticos. É pouco provável que valha a pena aceitar este convite. Ele é contraproducente para todos os participantes potenciais: quer seja a Rússia, o Ocidente ou os Países Bálticos. A segunda intenção dos “salamaleques” à Rússia parece evidente

– os países ocidentais, em primeiro lugar os EUA, necessitam de argumentos para reforçar a sua presença junto das fronteiras russas. O principal defeito da atual situação dos Países Bálticos é a sua orientação por um único vetor de desenvolvimento, isto é, eles apartam-se parcialmente das relações histórico-geográficas tradicionais. Neste contexto a competição eventual entre a Rússia e o Ocidente adquire o caráter de luta pela afirmação de um único vetor para os Países Bálticos, – o vetor que seja apenas o seu. Mas para a Rússia afigura-se mais prospectiva a ajuda para o retorno dos Países Bálticos para a política externa “polivetorial” e aplicação no litoral báltico do princípio de neutralidade, começando pela sua desmilitarização, o que serviu, falando a rigor, na qualidade de pedra angular do programa pan-báltico de conquista da independência estatal em 1988 – 1991. Se a questão fosse abordada desta maneira, os Países Bálticos seriam realmente autônomos, estáveis, prognosticáveis e não seriam vistos como fonte de agressividade. Por outras palavras, os Países Bálticos iriam curar-se da idéia obsessiva de buscar as causas dos fracassos na política interna e externa nas fantasias inspiradas pelo tema de ameaça por parte da Rússia.

Em termos grossos, a Rússia não precisa seguir a via da União Européia transformando os Países Bálticos em seus “papa-jantares” . Os EUA realizaram outrora uma manobra elegante encarregando a União Européia de todos os cuidados de sustento dos seus aliados políticos – os países do litoral báltico e

da Europa Oriental. É pouco provável que a Rússia necessite de aliados políticos com status de “papa-jantares” econômicos.

### *Possibilidades do business russo nos países bálticos*

Para avaliar as possibilidades do business russo no litoral báltico convém confrontar a retórica e as ações concretas da Rússia e dos Países Bálticos nas relações bilaterais. É indubitável que no diálogo prevalece a confrontação mas os Países Bálticos ultrapassam visivelmente à Rússia no tocante a passos práticos nesta esfera. Eis alguns exemplos mais patentes. Os Países Bálticos, ao par da Polônia e da Grã-Bretanha, não somente estão a favor da prorrogação do regime de sanções da União Européia contra a Rússia mas propõem transformar estas sanções em relações de trabalho “normais”. As autoridades lituanas fizeram “Gazprom” vender os seus ativos na Lituânia. Leva-se a cabo a política de criação de cercas em forma de linhas de barreiras na fronteira russo-letã. As autoridades estonianas preparam-se a proceder da mesma maneira. Esta lista pode ser continuada. Aliás, os sintomas destas ações divisavam-se já em princípios da segunda década do atual século.

Em vista disso, os investimentos diretos da Rússia não têm uma perspectiva clara. No litoral báltico o capital russo está como que “apertado”. No plano político ele sofre pressão maciça por parte das autoridades locais que utilizam amplamente os instrumentos de russofobia e de discriminação. Quanto ao plano econômico, aí os investidores russos dispõem da possibilidade de desenvolver-se somente nos ramos e esferas em que não fazem concorrência ao capital dos países nórdicos da Europa e a prática comprova que este último recorre a métodos desonestos para reprimir os seus competidores.

Até há pouco o capital russo era investido basicamente no complexo de combustível e energia, (Letônia, Lituânia e Estónia), nos transportes ferroviários (Estónia) e na indústria metalomecânica (Letônia). Depois de posto em ação o chamado

“Terceiro Pacote Energético”, o capital russo, investido no complexo de combustível e energia foi retirado da Lituânia e está saindo da Letônia e da Estônia.

As transações de fusão e de absorção realizam-se basicamente à custa da absorção das empresas pertencentes ao capital russo. Um exemplo raro de criação de uma base para penetração no mercado da União Européia é demonstrado pela companhia russa “Pobeda” (Vitória) que tinha formado uma Zona de Comércio Livre em Ventspils. De acordo com as estimativas de peritos bálticos, neste ambiente a maior esfera de presença de investimentos russos no litoral báltico são imóveis, especialmente os habitacionais. Os investimentos em portfólio da Rússia estão presentes em todos os países, mas não constituem concorrência para o capital local, nem para o capital dos países setentrionais da Europa que predomina no litoral báltico.

### *Perspectivas da evolução da situação no litoral báltico*

É preciso partir de várias características-chaves da sua situação atual. Afigura-se como principal constatação o fato de que a atual política dos Países Bálticos tem um caráter notoriamente “univertorial”. Uma outra tendência indiscutível é o crescimento da concorrência entre a Letônia, Lituânia e Estônia. Este fenômeno tem uma base natural, pois as estruturas econômicas dos PIB dos Países Bálticos pertencem ao mesmo tipo: aí predominam os serviços nas esferas de transportes, comércio e finanças, um importante papel pertence à agricultura. Uma outra fonte de concorrência consiste em que os Países Bálticos são economias subvencionais e a sua capacidade de manobra depende em grande parte do financiamento proveniente de fora.

Além disso, os pesquisadores bálticos constataam que as instituições financeiras dos países nórdicos da Europa têm exercido influência cada vez maior sobre a capacidade de concorrência dos produtores do litoral báltico, dando preferência

a alguns e relegando outros. Um exemplo desta concorrência são companhias confeitarias “Kalev” da Estônia e “Laime” da Letônia. Os financistas dos países setentrionais da Europa impedem o fornecimento de créditos para a segunda para que não possa ultrapassar a primeira.

Vem a ser um fato que o capital dos países nórdicos da Europa, que se instala de uma forma profissional e competente no mercado do litoral báltico, já esgotou os recursos de manobra livre e chegou ao limite de concorrência dentro da espécie. Por exemplo, a Finlândia obteve posições predominantes na Estônia mediante a instalação de cabos elétricos no seu território. A Suécia procede de maneira análoga na Lituânia – também mediante a colocação de cabos elétricos. Em ambos os casos trata-se do fornecimento da energia elétrica produzida pelas centrais atômicas da Finlândia e da Suécia. Estes dois países não fazem segredo dos seus planos de dominar também o mercado energético da Letônia atuando a partir dos territórios da Estônia e da Lituânia. De acordo com as estimativas de peritos, espera-se o agravamento da concorrência entre os fornecedores suecos e finlandeses, o que irá influenciar de uma ou outra maneira a vida econômica e política dos Países Bálticos.

No plano político-militar verifica-se a formação de uma “praça de guerra” da NATO no litoral báltico. A introdução do elemento militar e a difusão do ambiente de confrontação militar irão acarretar o encrudelecimento das condições internas da vida social e política dos Países Bálticos. Sintomas de restrição da dissensão multiplicam-se na Letônia e na Lituânia.

Os Países Bálticos estabelecem-se cada vez mais no espaço pós-soviético na qualidade de portadores e veículos da ideologia da “Parceria Oriental” da União Européia, isto é, da ideologia de reorientação das antigas repúblicas soviéticas da filiação à CEI (Comunidade de Estados Independentes) para a associação à União Europeia.



### *Estratégia russa nas relações com os países bálticos*

Sob o ponto de vista da Rússia as melhores condições de manutenção e desenvolvimento das relações com os Países Bálticos são seguintes. Estimular os países do litoral báltico a elaborar e publicar uma política interna transparente nas esferas social e econômica, no quadro da qual seria delineado bem claro o lugar e o papel de relações com a Rússia. Atualmente, a Rússia não consta na lista oficial de prioridades dos Países Bálticos na política externa. É preciso exigir permanentemente que os Países Bálticos garantam condições propícias para os investimentos russos nesta região e cuidem de que estas condições estejam isentas da conjuntura política. É preciso garantir-lhes concorrência em pé de igualdade com outro capital estrangeiro, em primeiro lugar, com o capital dos países nórdicos da Europa.

É preciso fazer esforços a fim de atribuir ao desenvolvimento dos Países Bálticos no aspecto regional um caráter “polivetorial” que isente o capital nacional do litoral báltico e os investidores russos da necessidade de ter sempre em vista as nuances ideológicas e a presença econômica dos países nórdicos no litoral báltico quando do estabelecimento de contatos bilaterais. O fomento “polivetorial” dos Países Bálticos estimularia o turismo na região, o movimento de capitais, serviços e mercadorias. Vale a pena acentuar mais o momento de que a população russófona é um fator seguro de consolidação dos Países Bálticos e não se limitar aos cuidados com a regularização do atual regime da sua habitação.

Afigura-se na qualidade do momento de partida o restabelecimento dos direitos da população russófona espezinhados na década de 90 do século XX. É preciso, em particular, levantar a questão de pagamento de uma compensação a especialistas russos, afastados dos processos de privatização e de restituição. Oferece boas perspectivas a redução ao mínimo da atividade militar no litoral báltico tendo como ponto de referência o status neutro dos Países Bálticos.

É preciso ter em vista que no contexto mais amplo isto diminuiria o número de motivos que geram a tensão nas relações Rússia – Ocidente e no contexto mais estreito permitiria à elite e à população dos Países Bálticos concentrar-se na garantia do bem-estar nacional.

Os países vizinhos, entre os quais há países neutros (Finlândia), países-membros da NATO (Polônia) e países-membros da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (Rússia e Bielorrússia), poderiam assumir o papel de garantes da neutralidade. Seria gerada uma experiência interessante de consolidação da confiança entre os países europeus de diversas orientações políticas. Num plano mais amplo seria conveniente incluir na ordem do dia do diálogo geral com os Países Bálticos o tema de execução do programa dos movimentos pela independência das repúblicas bálticas, estimulando os parceiros ocidentais e a elite dos Países Bálticos a encarar o estado e as perspectivas da situação no litoral báltico através do prisma deste programa.

### *Roteiros do futuro dos países bálticos*

Primeiro roteiro – manutenção das tendências que predominam agora no litoral báltico e a sua cristalização. Os limites desta variante visualizam-se bastante bem – recessão gradual dos ramos que formam o sistema de economias nacionais (isto é, serviços, transporte em regime de trânsito e agricultura) devido à diminuição da sua demanda e a sua transformação gradual em setores relegados ao papel de prestadores de serviços ao capital estrangeiro. Esta variante é perfeitamente possível. As realidades do relacionamento entre a Rússia e a União Européia mostraram e demonstraram que para os nossos parceiros o componente econômico não é apenas algo secundário mas, inclusive, um fator sem importância.

Segundo roteiro – equilibração das relações com a Rússia e a sua manutenção ao nível que permita travar o diálogo político e

desenvolver relações econômicas. Neste caso existe um potencial sólido de realização, pois esta variante corresponderia também aos interesses da Rússia.

Terceiro roteiro – aproximação da Rússia e formação de relações com ela semelhantes a relações entre a Rússia e a Bielorrússia. Esta variante pode ser analisada somente na qualidade de hipotética.

Os fatores de formação de roteiros são numerosos. Os mais importantes entre eles são interesses do capital nacional, a atividade da elite política local, a estratégia da NATO nesta região, os horizontes de desenvolvimento da União Europeia, a situação nos Países Bálticos aos olhos do capital dos países nórdicos da Europa e metas euro-atlânticas para a Europa. O mais provável, portanto, que irá dominar o roteiro de preservação da situação atual. A sua mudança pode ocorrer depois de alterações estratégicas nas relações entre a Rússia e o Ocidente.

Ao mesmo tempo não se deve subestimar o crescimento inevitável da autoconsciência nacional dos povos do litoral báltico e a aspiração cada vez mais intensa ao poder por parte de políticos bálticos – partidários do poder estatal forte e da conservação de um Estado uno – isto é, por parte de pessoas que consideram a “tônica” da sua política não as disposições vindas de fora, mas precisamente as aspirações da população, sem dividi-la em nativa e outra. Cedo ou tarde entre os políticos do litoral báltico irão surgir personalidades realmente independentes, capazes de defender decididamente os interesses nacionais de verdade, o que pode alterar rápida e radicalmente a situação no litoral báltico e em seu torno e, por conseguinte, restabelecer o seu prestígio regional e internacional e elevar a sua atratividade na qualidade de parceiro independente.

---

1. Ver.: Site da Assembléia Báltica // <http://baltasam.org/en/history/pre-histor>

2. <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tps00005&plugin=1>

3. Ibidem.
4. Ibidem..
5. Ver.: Site da Assembléia Báltica ...
6. *Zelmenis J.* Pêndulo da riqueza. Riga: Goldberg Trust, 2015.
7. *Plakans A.* História concisa dos Países Bálticos. M.: Mundo inteiro, 2016.

**Palavras – chaves:** Rússia e Países Bálticos, programa dos movimentos pela independência, business russo, estratégia russa no tocante aos Países Bálticos.





## Guennadi Gatilov

Vice-ministro do  
exterior da Rússia

GMGatilov@mid.ru

## Crise humanitária na Síria: como as tragédias humanas são utilizadas para fins políticos

**P**ode-se afirmar que a crise humanitária na República

Árabe da Síria – resultado do conflito civil demorado neste país – é crise da maior envergadura na história moderna. Eis apenas alguns números, por trás dos quais estão vidas e destinos de pessoas humanas.

A partir de março de 2011 a guerra civil encarniçada na Síria vitimou um total de 250 mil pessoas, mais de um milhão de pessoas foram feridas e 4,8 milhões tornaram-se refugiados (na Turquia encontram-se cerca de 2 milhões de pessoas, no Líbano, mais de um milhão e quinhentos mil, na Jordânia, mais de 600 mil, no Iraque cerca de 300 mil e no Egito, 130 mil pessoas). Além disso, 6,5 milhões passaram a ser pessoas deslocadas internamente.

De acordo com os dados da ONU, em 2016 mais da metade da população, isto é, 13,5 milhões de pessoas, incluindo 6,5 milhões de crianças, necessitavam da ajuda humanitária. Além disso, 11,5 milhões necessitam da assistência médica. 12,1 milhões

não dispõem da água potável pura. Um de cada dois migrantes que vieram aos países europeus é sírio (ao todo – cerca de 600 mil pessoas). A tragédia continua neste país, outrora próspero, do Próximo Oriente, já pelo sexto ano consecutivo.

O conflito na Síria adquiriu um caráter interconfessional patente: os grupos terroristas “Estado Islâmico” (EI) e Jabhat an-Nuṣrah (JaN)\*, assim como unidades armadas ilegais (UAI), em que maioria absoluta é representada por jihadistas que professam o islã radical, fazem o máximo de esforços a fim de destruir as tradições seculares de coexistência pacífica de membros de diversos grupos étnicos e adeptos de diversas confissões.

Agora é hábito recordar que durante séculos na Síria viviam lado a lado sunitas, xiitas, cristãos, alauitas, drusos, ismaelitas, armênios, gregos, etc. Todavia, o objetivo dos islamitas aguerridos consiste em criar o chamado califado islâmico em que não haverá pluralismo, democracia e igualdade. Em resultado disso, nos territórios que se encontram hoje sob o controle de JaN e EI quase não há mais cristãos, alauitas, yazidas, drusos, assírios e xiitas. Os que não concordam em viver em conformidade com o modo de vida medieval dos jihadistas, fogem para regiões controladas pelo governo sírio.

È preciso, constatar, infelizmente, que tanto as operações militares de grande envergadura, como a catástrofe humanitária na Síria não conseguiram unir a comunidade internacional a fim de ajudar num ímpeto único a população necessitada. Os princípios de humanismo e de compaixão foram relegados para o segundo plano. Por exemplo, os países, cujo objetivo principal é a troca do regime político na República Árabe da Síria, tentaram durante todo o tempo de duração do conflito aproveitar o tema humanitário a fim de denegrir as autoridades e exercer pressão sobre a Rússia. Promoviam-se iniciativas que contrariam os princípios internacionais consagrados de prestação de ajuda humanitária, incluindo a observância da soberania e da integridade territorial dos Estados.

---

\* Proibidas na Rússia e incluídas nas listas sancionais da ONU.

Ao apertar o cerco em torno do governo sírio, o Ocidente cuidava de acentuar o tema humanitário no Conselho de Segurança da ONU, pois os adversários de Damasco pretendiam utilizar para os seus fins políticos precisamente este órgão, autorizado, de acordo com os Estatutos da ONU, a tomar decisões que implicam o uso da força. Então, o Ocidente poderia alegar o não cumprimento destas decisões para realizar a intervenção externa na Síria sob o pretexto de violações em massa de direitos humanos e prática do genocídio. No caso de desobediência seria possível também a imposição de sanções (o que, aliás, muitos países ocidentais fizeram mas em forma de uma ação unilateral). O Ocidente empreendeu várias tentativas de implicar outros no seu jogo indecoroso mas todas elas foram rechaçadas rigidamente pela Rússia, que tivera o apoio neste plano por parte da China.

É muito característico que os países ocidentais revelavam um “empenho” especialmente intenso no setor humanitário na véspera e durante eventos internacionais importantes, destinados a estimular as partes a regularizar a crise síria. Por exemplo, foi isso que ocorreu depois da inauguração da Conferência Internacional sobre a Síria em Montreux, em fins de janeiro de 2014 (foi precisamente nesta ocasião que começaram as conversações entre o governo e a oposição) quando os chamados “amigos da Síria” precisaram exercer pressão complementar sobre o governo da República Árabe da Síria.

Estava evidente que uma nova resolução do Conselho de Segurança da ONU, como tal, não poderia ajudar de forma alguma a atividade de agências humanitárias internacionais na Síria. O trabalho destas agências já seguia o seu curso normal e para facilitar o fornecimento da ajuda não era preciso adotar novos documentos no Conselho de Segurança: era preciso, sim, fazer esforços coerentes e pacientes para que as partes sírias colaborassem com os órgãos encarregados da ajuda humanitária. Foi precisamente assim que a Rússia procedia mantendo o diálogo permanente com Damasco e com a oposição. Quanto aos Estados ocidentais, estes praticamente interromperam contatos com as autoridades da República Árabe da Síria e não puderam (ou não quiseram) exercer influência sobre os jihadistas. Foi esta impotência

que eles procuraram camuflar com a atividade ruidosa no Conselho de Segurança da ONU, dando provas de que “trabalhavam de mangas arregaçadas” a fim de aliviar a vida dos sírios.

Depois de um processo demorado de concatenações o Conselho de Segurança da ONU acabou por aprovar a resolução 2139 (em fevereiro de 2014) que exortava todos os participantes do conflito na Síria a exercer colaboração construtiva com as agências humanitárias e prestar ajuda no transporte da ajuda para regiões bloqueadas e de acesso difícil, incluindo as que estavam ocupadas por jihadistas. Falando a propósito, esta última exigência foi apresentada pela delegação russa.

Nós trabalhamos também com Damasco persuadindo a adotar uma atitude responsável para com a execução da resolução. Em resultado disso Damasco facilitou substancialmente os trâmites burocráticos e anulou muitas restrições para o fornecimento da ajuda humanitária.

Tudo isso praticamente privou a coligação anti-síria de mais um meio de pressão unilateral sobre a direção desta república árabe. Mesmo o pessoal da ONU ressaltava na ocasião que no caso de Damasco as questões relacionadas ao fornecimento da ajuda eram resolvidas quase sempre no quadro de contatos habituais, enquanto que no caso da oposição a situação era bem diferente. As “realizações” desta última reduziam-se ao roubo da ajuda humanitária, assassinato do pessoal encarregado desta ajuda e a frustrações permanentes do fornecimento de mercadorias.

Era preciso remediar a situação e passar a controlá-la. Em resultado surgiu mais uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, desta vez sob o número 2165, em conformidade com a qual foi criada uma missão da ONU encarregada de inspecionar o conteúdo de comboios humanitários que transportavam ajuda para a Síria através das fronteiras dos Estados afins.

É característico que inicialmente os Estados ocidentais tentaram insistir em que a ajuda humanitária fosse transportada através das fronteiras dos Estados que limitam com a Síria sem o consentimento das autoridades legais deste país. É evidente que semelhantes ações empreendidas sem a devida sanção do governo



iriam contrariar o direito internacional\*. Mais: dado que o controle na fronteira sírio-turca era fraco, a ausência do mecanismo de monitoração encerrava grandes riscos. Basta recordar os eventos trágicos do outono de 2014 quando dezenas de crianças na província de Idlib pereceram em resultado da inoculação da vacina anti-sarampo de baixa qualidade. O território em que se deu isso estava então sob o controle de grupos ligados à Coligação Nacional, uma organização oposicionista, e tudo comprova que a responsabilidade pela morte das crianças cabe a estruturas que estavam sob o controle desta coligação.

Os diplomatas russos conseguiram defender o princípio de transporte transfronteiriço da ajuda para a população pacífica sob o controle internacional (isto é, por parte da ONU) e de respeito à soberania e integridade territorial do país. Este sistema permitiu dar devido rumo a operações humanitárias.

Uma importante tarefa propagandística que as forças antigovernamentais procuravam resolver mediante o fornecimento da ajuda humanitária consistia em denegrir o governo de B. Assad e desacreditar os que lutavam contra o seu derrubamento. Neste plano o tema humanitário era cômodo pois permitia apelar a emoções. Para este fim encenavam-se uma após outra as “tragédias do dia”: ora se falava da fome que grassava em Zabadani, ora dos sofrimentos da população em Darayya ou Homs, ou se lamentava a impossibilidade de prestar assistência médica à população de Aleppo.

Nos palcos internacionais choviam acusações de que as autoridades da República Popular da Síria fossem “não cooperáveis”, criavam propositadamente problemas logísticos e frustravam o fornecimento da ajuda. Ao mesmo tempo passavam-se em silêncio os casos de frustração de operações humanitárias por culpa da oposição, os assassinatos do pessoal encarregado do transporte

---

\* Ou seja, Os princípios dirigentes na esfera de prestação da ajuda humanitária. Trata-se da resolução 44/182 da Assembleia Geral da ONU que estipula o consentimento obrigatório do Estado que aceita a ajuda com os parâmetros de fornecimento da ajuda humanitária, o respeito de normas básicas do direito internacional quando do planeamento de operações humanitárias, em primeiro lugar, dos princípios de integridade territorial e de soberania do Estado.

desta ajuda, o saque dos comboios humanitários por jihadistas e o caos que reinava nos territórios ocupados por eles.

Organizações não Governamentais, que estavam sob o controle do Ocidente e dos Estados árabes do golfo Pérsico, faziam esforços textualmente tremendos a fim de penetrar nas regiões de combates encarniçados, recolher lá o material e apresentá-lo na forma que lhes convinha. O risco de vida era grande e se o governo demorava com a sua admissão nos “pontos quentes” por razões de segurança, nos palcos internacionais começavam lamurias de que “as autoridades sírias restringiam o regime da liberdade dos observadores imparciais a fim de ocultar os seus próprios crimes”.

Nesta campanha de agravamento do fundo informativo em torno da situação humanitária estavam implicados todos os mecanismos, em primeiro lugar, o Escritório do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos. Por iniciativa dos Estados Ocidentais ele chegou a redigir o informe intitulado “A vida no bloqueio” que, como é natural, responsabilizava os círculos oficiais de Damasco pela situação da população nos territórios ocupados<sup>1</sup>. Neste mesmo tempo foi publicado o informe da Comissão Independente para Inquérito da Situação na Síria, que anteriormente jamais tinha abordado este tema. A maior parte deste documento também foi dedicada à questão de bloqueio<sup>2</sup>. Organizações Não Governamentais do Ocidente também armavam barulho, especialmente na véspera de cada discussão pelo Conselho de Segurança da ONU da situação humanitária na Síria. Está perfeitamente claro que todas estas ações eram coordenadas a partir de um centro único e os brados sobre o tema de “fome e ausência de remédios para habitantes pacíficos” eram um encargo político. Note-se que neste contexto eram mencionadas apenas as cidades sitiadas pelo exército da República Árabe da Síria (Macadamia, Guta Oriental, Duma e outras). Mas ninguém recordava os povoados Nubul, Zahra, Fuá, Kafraia e Haceke bloqueados por jihadistas.

Seria muito conveniente mencionar aí as conclusões da Organização Não Governamental italiana “Rede Contra a Guerra” (No War Network) que tinha efetuado inquérito de casos mais

badalados de ataques contra instituições médicas na República Árabe da Síria. O documento dá por infundadas as acusações feitas a Forças Aerocósmicas da Rússia e à Força Aérea da Síria de ter infligido golpes aéreos contra objetos médicos. Afirma-se que a maioria das informações sobre ataques contra hospitais na Síria provém das regiões que estão sob o controle dos jihadistas. Assinala-se que a maioria destas instituições médicas são hospitais de campo secretos, que funcionam em casas residenciais, escolas e outras construções que não têm nada a ver com o sistema de saúde. Além disso, elas não estão marcadas com emblemas adotados na prática mundial (Cruz Vermelha e Meia-Lua Vermelha), o que não permite identificá-las como instituições médicas a partir do ar e da terra.

Ao mesmo tempo é criticado o próprio método de recolha de informações sobre os supostos ataques aéreos contra instituições médicas. Em particular, os respectivos Estados e organizações “de direitos humanos” internacionais, a mídia utilizam na qualidade de canal básico de obtenção de informações os jihadistas que mantêm sob o seu controle diversas regiões da Síria. Mas as unidades armadas ilegais são participantes do conflito e estão diretamente interessados em desacreditar a Rússia e o governo da República Árabe da Síria. Portanto, não se pode encará-las como fontes de informação imparciais. As informações que elas fornecem não são objetivas, nem verídicas.

Este é um exemplo típico confirmando que os países que choram mais de todos a situação humanitária na Síria, na realidade guiam-se por padrões duplos, isto é, sanções anti-sírias unilaterais da União Europeia, EUA e Liga dos Estados Árabes. O único resultado destas medidas é o agravamento da situação econômica na República Árabe da Síria e, por conseguinte, o agravamento geral de problemas humanitários. Devido a estas restrições, o PIB do país diminuiu 60%, o comércio e indústria, 80%. Milhares de pessoas perderam empregos, foi afetado o setor de saúde, foi destruída a indústria farmacêutica. Em comparação com o ano de 2010, último ano do período anterior à crise, a inflação atingiu em 2015 quase 400%. O mínimo mensal

necessário para uma família de cinco pessoas atingiu um nível – recorde para a Síria – 550 dólares. O número de desempregados ultrapassou 3,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 57% da população apta ao trabalho (o respectivo índice de 2010 foi igual a 8,6%)<sup>3</sup>. As sanções geram a economia informal ou economia de contrabando, o que favorece os fornecedores de mercadorias e de serviços, interessados na continuação eterna do conflito à custa do povo martirizado da Síria.

Mas as sanções são prolongadas regularmente apesar dos informes da ONU e das instituições analíticas internacionais em que se demonstra a sua influência nefasta. Alguns países do Ocidente e do golfo Pérsico insistem em afirmar que precisamente o governo sírio seria obstáculo que não permite remediar a situação humanitária, enquanto que os terroristas da JaN e da EI não teriam nada a ver com o caso. Alguns membros do Grupo Internacional de Apoio à Síria, em primeiro lugar, os europeus, não estão prontos a reconhecer que a crise de migração na Europa não teria proporções tão horríveis se a União Europeia tivesse tomado a única decisão correta – revogar as sanções.

A Rússia presta ajuda humanitária ao povo da República Árabe da Síria bem desde o início da crise. Note-se que esta ajuda jamais foi condicionada por certas exigências preliminares, nem por motivos de conjuntura política. Trata-se da ajuda humanitária a todos que necessitam dela, independentemente das convicções políticas, religião, etnia ou território de habitação (quer seja território que está sob o controle das estruturas governamentais ou dos grupos antigovernamentais).

Eis apenas alguns dados sobre a ajuda russa à República Árabe da Síria. Em conformidade com o encargo do Presidente da Rússia, somente no período desde janeiro de 2013 até outubro de 2015 o Ministério para Situações de Emergência da Rússia realizou 35 vôos para a Síria e para os países vizinhos (Líbano e Jordânia) tendo transportado mais de 600 toneladas de carga humanitária para a população síria sinistrada

A partir do início de 2016 as Forças Aerocósmicas da Rússia realizam operações humanitárias prestando ajuda à população

de Deir ez-Zor, bloqueada por jihadistas. Um empresário russo utiliza aviões militares de transporte e ajuda técnica e logística das Forças Aerocósmicas da Rússia para transportar e lançar de pára-quadras alimentos, artigos de primeira necessidade e medicamentos. Já foram transportadas, ao todo, mais de 300 toneladas de cargas humanitárias.

A partir do dia 10 de abril de 2016 o Programa Alimentar Mundial da ONU também deu início a operações de transporte aéreo da ajuda para Deir ez-Zor sitiada. A própria operação é realizada por uma companhia russa contratada que dispõe da ajuda técnica e logística das Forças Aerocósmicas da Rússia. Já foram realizados mais de 70 vôos. O total de cargas transportadas para Deir ez-Zor ultrapassou 1140 toneladas.

Em Ham os russos instalaram um acampamento para pessoas internamente deslocadas. O acampamento dispõe do refeitório, de uma cozinha de campanha, do equipamento para acumulação de água e de chuveiros. Os sírios recebem ajuda em forma de alimentos, medicamentos e artigos de primeira necessidade.

Até março de 2016 a Rússia forneceu à Síria mais de 620 toneladas de ajuda humanitária, medicamentos e artigos de primeira necessidade. Ao mesmo tempo a parte russa manifestava invariavelmente a disposição de colaborar com organizações internacionais e com a comunidade mundial e cooperar com elas na prestação da ajuda aos sírios.

A Igreja Ortodoxa Russa também ajuda os sírios. A ajuda recolhida pela Igreja Ortodoxa é transferida ao Patriarca da Igreja de Antioquia e de todo o Oriente João X e ao Supremo Mufti da Síria B. Hassun. A Síria recebe também ajuda por parte da Organização Pan-russa de Veteranos “Fraternidade combativa” e da Associação Ortodoxa Imperial da Palestina que fornecem alimentos, remédios e meios pecuniários, recolhidos pela interbancada de deputados de defesa de valores tradicionais, pelo fundo “Russar” e pela comunidade ortodoxa síria na Rússia a fim de distribuir estes meios entre os necessitados.

O nosso país é também grande doador dos projetos de agências humanitárias da ONU ( Alto Comissariado das Nações

Unidas para refugiados, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, Programa Alimentar Mundial da ONU, Programa de Desenvolvimento da ONU) e Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Funciona à parte o canal de assistência aos governos do Líbano e da Jordânia, ajudando-os a receber os refugiados sírios e providenciar-lhes todo o necessário.

A operação russa de prestação da ajuda humanitária aos sírios adquiriu uma envergadura realmente grande e um caráter estável depois da criação em fevereiro de 2016 do Centro de Conciliação das Partes Beligerantes na base aérea russa “Hmeimim”. São precisamente militares russos que transportam, arriscando permanentemente a própria vida, os alimentos e artigos de primeira necessidade tanto para as chamadas “regiões quentes” da República Árabe da Síria, como para os povoados que tinham aderido ao regime de reconciliação. Atualmente o número de cidades que tinham assinado o acordo de reconciliação já chegou a 760<sup>4</sup>. O trabalho do Centro de Reconciliação consiste em esforços práticos cotidianos que se encarnam na ajuda real aos necessitados.

Mais: os especialistas do Centro Russo de Reconciliação providenciam a passagem de comboios humanitários para muitas regiões, atualmente bloqueadas, do país. Os nossos homens estão presentes fisicamente nos postos que controlam o ingresso nestes locais. Foi isso que ocorreu, por exemplo, com a coluna humanitária que tinha transportado em junho de 2016 a sua carga a Darayya, um subúrbio de Damasco de importância especial precisamente para a oposição síria. Os caminhões da ONU conseguiram entrar neste território exclusivamente graças à presença de militares russos nos postos de controle. O fato de que a Rússia contribuiu para o transporte de ajuda humanitária a Darayya, tomada por grupos antigovernamentais, comprova que Moscou procura aliviar a vida de todos os sírios pacíficos, independentemente do território em que residem. O nosso país não tem uma ordem do dia política no tocante a questões de ajuda humanitária.

Um importante passo no plano de coordenação de esforços internacionais na solução de problemas humanitários da população

síria foi a atividade do Força-Tarefa Humanitária, criada em fevereiro de 2016 no quadro do Grupo Internacional de Apoio à Síria (GIAS) que engloba os países mais influentes no plano de solução do conflito sírio, incluindo os países de âmbito regional.\*

Um resultado da atividade desta estrutura consiste em que as agências da ONU obtiveram com ajuda do governo sírio o acesso humanitário a todas as 18 regiões sitiadas. Não se pode deixar de reconhecer que nas operações humanitárias da ONU verifica-se um importante progresso. No período de 2014 a 2015 as regiões de acesso difícil receberam respectivamente 50 e 34 comboios humanitários mistos (isto é, comboios da ONU e da Cruz Vermelha Internacional), mas durante os seis meses de 2016 já chegaram mais de 80 comboios. A partir do início do ano em curso já se conseguiu providenciar a ajuda humanitária a mais de 6 milhões de pessoas, incluindo 290 mil que se encontram nas regiões sitiadas ou nas regiões de acesso difícil do país. Além disso, realiza-se em regime normal o trabalho humanitário nos territórios controlados pelo governo. Aí o perigo de fome praticamente não existe mais.

Este resultado deve-se em grande parte ao trabalho da Rússia com as autoridades sírias com vista a facilitar o fornecimento da ajuda humanitária para os povoados bloqueados.

E o que fizeram os chamados “amigos da Síria”? Na realidade, nada. Continua sem solução a questão de acesso humanitário para Fuá e Kafraya (província de Idlib), sitiados por grupos terroristas. Os jihadistas bloquearam o escritório da Sociedade Síria da Meia-Lua Vermelha em Aazaz. A Turquia (que, falando a propósito, é membro do Grupo Internacional de Apoio à Síria) recusa-se sem qualquer explicação a abrir o posto de controle fronteiriço Nussaibin-Kamichli.

---

\* Membros do Grupo Internacional de Apoio à Síria: Austrália, Argélia, Grã-Bretanha, Alemanha, União Europeia, Egito, Jordânia, Iraque, Irão, Espanha, Itália, Canadá, Qatar, China, Líbano, Liga de Estados Árabes, Neerlândia, Emirados Árabes Unidos, Oman, Organização da Cooperação Islâmica, Organização das Nações Unidas, Rússia, Arábia Saudita, Estados Unidos da América, Turquia, França e Japão.

Depois de fracassar nos seus “deveres de casa”, o Ocidente e alguns países de âmbito regional começaram a alardear, no entanto, mais uma “tragédia humanitária” desta vez, nos subúrbios orientais de Aleppo (dominados por terroristas). Eles conseguiram incorporar nesta campanha também as agências humanitárias da ONU.

Todavia, a Rússia adotou uma posição flexível nesta questão anunciando em 28 de julho de 2016 o início da sua própria operação humanitária de grande envergadura em Aleppo. Foi criado o regime de “janelas humanitárias” de três horas, durante as quais cessam todas as operações militares, os ataques da aviação e da artilharia. Os militares russos manifestaram a prontidão de garantir o fornecimento seguro da ajuda aos habitantes de Aleppo. Mais tarde a duração e a frequência destes “períodos de silêncio” foi aumentada de acordo com as exigências da ONU, o que melhorou substancialmente a situação na cidade.

Com efeito, esta decisão não foi simples, dado que neste mesmo tempo se realizava a operação antiterrorista ativa da Força Aérea da República Árabe da Síria com apoio das Forças Aerocósmicas da Rússia tanto na parte norte de Aleppo, como na parte sudoeste (subúrbio de Ramus), onde tinham se entrincheirado os jihadistas de “Jabhat an-Nusra” e numerosos grupos armados da chamada “oposição moderada” (na interpretação dos americanos) – “Ahrar ash-Sham”, “Feiliak ash-Sham”, “Jaish al-Mujahideen”, “Adjnad ash-Sham” e outros. No entanto, o fogo foi cessado para que a ajuda humanitária da ONU chegasse aos subúrbios de Aleppo, controlados por jihadistas. Foi também satisfeita a exigência da ONU de que os caminhões com ajuda humanitária partissem do território da Turquia (para que a sua carga fosse inspecionada antes pela ONU). O governo da República Árabe da Síria concordou em não revistar pela segunda vez os comboios humanitários da ONU a fim de reduzir os prazos de realização da operação humanitária. Devia ser verificada apenas a integridade de lacres da ONU nos veículos.

E, finalmente, parecia que o documento russo-americano “Abaixamento do nível de violência, restabelecimento do acesso e criação do Centro Executivo Conjunto”, adotado em 9 de



setembro de 2016, abria uma possibilidade real e criava uma atmosfera favorável para o avanço rumo à regularização e, em primeiro lugar, para a solução de questões humanitárias.

Mas a reação a este documento por parte dos que durante semanas textualmente lamuriavam a catástrofe humanitária, foi, usando palavras bem medidas, desavergonhada. Vários grupos e estruturas da oposição publicaram imediatamente declarações refutando a iniciativa russo-americana. O chamado Conselho Local de Aleppo Oriental, um “governo provisório” impostor (situado na cidade turca de Gaziantep) e a coligação de grupos “Fath Haleb”, impediram o transporte de cargas pelo trajeto “Castello”, anteriormente acordado, e exigiram utilizar a estrada “Ramus”, que está sob o controle de terroristas, isto é, simplesmente colocar o pessoal da ONU sob o seu fogo.

Está perfeitamente claro que isso foi feito a fim de frustrar a operação de transporte de cargas para bairros de Aleppo controlados por terroristas. Estes facínoras não se preocupam absolutamente com a população civil, utilizada na qualidade de “escudo vivo”.

Neste contexto chamou atenção a grande entrevista concedida por um dos comandantes de campo de “Jabhat an-Nusra” ao eminente publicista independente alemão J. Todenhöfer. Ele escreve, em particular, que os terroristas não reconhecem o regime de cessação de operações de combate na Síria. Acrescentou que isso diz respeito a todos os grupos que integram “Jabhat an-Nusra”, incluindo “Jaysh al-Islam”. O comandante de campo adota o mesmo ponto de vista em relação a conversações entre diversas forças sírias. Referiu os representantes da oposição síria que participam destas conversações como pessoas fracas e venais (incluiu na oposição também o Exército Livre da Síria, tido como “moderado”). O terrorista não faz segredo do fato de que “Jabhat an-Nusra” soube aproveitar o tempo de armistício – promoveu reagrupamento das suas tropas e preparou um golpe potente contra as forças governamentais da Síria. Mas o mais importante é, provavelmente, o seguinte: o “nusrahista” tornou bem claro que os seus jihadistas não pretendem deixar passar os caminhões com carga humanitária

através do seu território enquanto o exército sírio não abandonar a estrada “Castelo” e as regiões setentrionais de Aleppo.

Um outro exemplo de padrões duplos é a reação do Ocidente à regularização da situação em Darayya (um subúrbio de Damasco). Em fins de agosto, os jihadistas que controlavam este povoado e os militares sírios chegaram ao acordo sobre a evacuação voluntária de habitantes pacíficos para regiões seguras. Este plano foi realizado na íntegra e sem excessos. Os ônibus com mulheres e crianças, acompanhadas pelo pessoal da ONU e da Sociedade Síria da Cruz Vermelha, chegaram tranquilamente ao lugar seguro.

Mas os países do Ocidente submeteram esta operação à crítica, qualificando-a de “capitulação” e por pouco não chegaram a chamá-la de “expurgo étnico”, embora fossem eles próprios que exortavam a levantar o bloqueio. Todavia, imediatamente depois do levantamento do bloqueio – o que foi feito mediante o acordo recíproco das partes – o campo de adversários de Assad pôs-se a criticar esta operação humanitária.

As Organizações Não Governamentais corruptíveis incorporaram-se ativamente nesta campanha de frustração de esforços, destinados a remediar, pelo menos, um pouco, a situação humanitária na Síria. Em 9 de setembro deste ano o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, em Genebra, recebeu a declaração coletiva de um grupo de organizações não governamentais sobre a suspensão da sua colaboração na esfera humanitária com as instituições da ONU que atuam na Síria. O documento foi enviado em nome de 73 Organizações Não Governamentais financiadas basicamente pelos EUA, Arábia Saudita, Qatar e Turquia. O documento contém acusações a missões internacionais humanitárias da ONU, instaladas em Damasco, e à Sociedade Síria da Meia-Lua Vermelha de ter exercido “colaboração excessiva e parcial” com o governo da Síria. Declarava-se em forma ultimativa que as estruturas não governamentais acima mencionadas recusavam-se a trocar informações sobre os problemas-chaves e a fornecer à ONU infamações sobre a sua atividade no país, incluindo informações sobre fornecimentos humanitários transfronteiriços.

Está perfeitamente claro que o objetivo básico da ação empreendida por este grupo de Organizações Não Governamentais é a intenção de controlar a atividade humanitária da ONU na Síria e não deixar escapar das suas mãos os canais de abastecimento das unidades armadas ilegais na República Árabe da Síria, criados sob o pretexto de colaboração com as estruturas prestigiosas da ONU.



Quando se escreviam estas linhas, já se soube que Washington tinha tomado decisão de interromper o diálogo russo-americano sobre o restabelecimento da paz na Síria. A declaração do Departamento de Estado sobre a cessação do trabalho conjunto com a Rússia com vista a regularizar o conflito na Síria não pode deixar de suscitar o sentimento de profunda desilusão, pois além dos esforços destinados a restabelecer o regime de cessação de operações de combate tinha-se em vista o acordo de 9 de setembro sobre o fornecimento da ajuda humanitária para a parte leste de Aleppo. As autoridades da Síria deram provas de boa vontade e estavam prontas a dar este passo de acordo com a respectiva proposta russa. Começaram, inclusive, a retirar as suas tropas da estrada “Castello”, pela qual devia passar a coluna humanitária. Mas Washington não pôde naquele caso e não quis agora garantir que as tropas da oposição, que estão sob o seu controle, fizessem o mesmo. Não se sabe, se fez isso porque encara com indiferença as necessidades humanitárias da população síria, aproveitando este tema somente para alcançar os seus próprios objetivos puramente políticos, ou simplesmente não está em condições de exercer influência sobre as unidades da oposição.

Portanto, toda a história da “dimensão” humanitária do conflito sírio e da interação da comunidade internacional no tocante aos problemas humanitários na Síria tornou evidente que a Rússia continua praticamente o único Estado que cuida de uma forma responsável da solução de tarefas concretas de acesso da ajuda humanitária. Foi precisamente graças aos esforços russos que a ajuda chegou a todos os povoados sírios bloqueados. Foi precisamente

Moscou que elaborou juntamente com a ONU o plano detalhado de operações humanitárias em Aleppo, cuja realização foi frustrada por jihadistas. A Rússia contrapôs o trabalho tranqüilo e coerente com as autoridades sírias e com a ONU no tocante a todo o conjunto de questões de garantia de acesso da ajuda humanitária à intensificação da tensão nos palcos internacionais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU. De nada adiantam as declarações altissonantes e incursões através do Conselho de Segurança da ONU a fim de exercer pressão sobre as autoridades sírias e a Rússia.

A politização das questões humanitárias, a confrontação e as tentativas de denegrir as autoridades oficiais – tudo isso não ajuda a resolver problemas concretos, prejudica a ONU e exerce influência negativa sobre a atmosfera política. E, certamente, não aproxima a regularização política de prolongado conflito sírio. A colaboração em prol da suavização da vida dos sírios simples e renuncia a enfoques conjunturais devem passar a ser o estímulo unificador para os Estados que se encontravam até agora dos lados opostos das “barricadas políticas”.

1. Living Under Siege. The Syrian Arab Republic // OHCHR. 2014. February 14.
2. Report of the International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic. 12 February 2014 // UN document A/HRC/25/65
3. Syria at war. Five years on //UNESCWA. University of St. Andrews, 2016.
4. Boletim informativo do Centro Russo de Reconciliação das Partes Beligerantes no Território da República Árabe da Síria. 10 de outubro de 2016. // [www.mil.ru](http://www.mil.ru)

**Palavras – chaves:** Síria, ajuda humanitária, Estado Islâmico (EI), Jabhat an-Nusra (JaN), Conselho de Segurança da ONU, Forças Aerocósmicas da Rússia, Grupo Internacional de Apoio à Síria (GIAS).



## Metamorfozes de conflitos e guerras no mundo moderno

### Kamaludin Gadjiev

Colaborador Científico – Chefe do Instituto de Economia Internacional e de Relações Internacionais da Academia de Ciências da Rússia,  
Professor titular, doutor em história

**Um** mundo livre de guerras e de conflitos sangrentos foi um ideal que os espíritos mais lúcidos da humanidade preconizavam em todos os tempos. Esta posição ganhou grande popularidade também na história moderna à medida que amadureciam gradualmente a economia de mercado e a democracia política. Já no despoitar da época nova as pessoas faziam a si próprias questões sacramentais: o que é que trazem consigo o liberalismo e a liberdade, o comércio e a concorrência livre, a democracia e a economia de mercado – o conflito ou a colaboração, a guerra ou a paz? Qual é a correlação entre a democracia e a liberdade política por um lado, e conflitos e guerras, por outro? E será que a democracia pode vir a ser o estimulante de conflitos e guerras?

### *Fim da história que não se deu?*

Em cada época histórica diversos autores davam, em conformidade com numerosos fatores, diversas respostas a estas questões. Aí convém apontar apenas o seguinte: ao entrar na Primeira Guerra Mundial na sua fase final o então presidente dos EUA W. Wilson proclamava que o seu objetivo era nada mais, nada menos senão “a salvação do mundo para a democracia”. Supunha-se que esta guerra mundial fosse o último conflito militar, destinado a pôr fim a todas as guerras. No entanto, apenas duas décadas depois da conclusão do Tratado de Paz de Versalhes todo o planeta virou palco de

uma carnificina humana, sem precedentes na história tanto no tocante à sua envergadura, como à sua crueldade.

Quando em 9 de novembro de 1989 caiu o muro de Berlim, muitas pessoas esperavam que a Europa e o mundo em geral iriam entrar, afinal, na época de harmonia e ordem geral. Formava-se a convicção de que a tendência de estabelecimento da democracia num número cada vez maior de países e regiões iria resultar, afinal, na alteração radical da própria natureza das relações políticas internas e externas no âmbito mundial. Na opinião de muitos pesquisadores e observadores o principal resultado deste processo seria o desaparecimento das guerras da vida da humanidade por força da formação de um sistema internacional baseado na transformação social, econômica, política e ideologia fundamental do mundo moderno nas vias de economia de mercado e de democracia política.

Surgiram numerosas obras, cujo leitmotiv era a tese de que na época moderna, à medida que no mundo inteiro se estabelece o modelo ocidental de democracia política, os conflitos e guerras de toda sorte entre Estados passam a ser um apanágio da história<sup>1</sup>. Mais do que isso: alguns falsos profetas chegaram a anunciar a vitória final dos valores liberais do Ocidente na escala mundial e, por conseguinte, a vinda de um certo “fim da história”.

Supunha-se que a globalização resultaria na unificação do mundo moderno na base dos princípios do liberalismo, economia de mercado e comércio livre e do consenso de Washington. Considerava-se que a globalização relega para o segundo plano ou simplesmente elimina a soberania nacional-estatal. Vai ocorrer a desnacionalização dos povos o que tornará, como é natural, a identidade nacional um relíquia do passado. É sabido que na União Européia discutia-se seriamente a questão de cidadania europeia e de identidade europeia que deveriam substituir a cidadania do Estado nacional e a identidade nacional.

Na realidade, a globalização e as tecnologias de informação, tidas como veículos da democracia política no âmbito mundial, contribuem, por um lado, para a intensificação da interação de diversas culturas e, por outro, para a ulterior fragmentação e

diversificação das culturas, o que constitui o lado inverso da globalização. Neste plano a globalização tornou-se fator de destruição e de fragmentação do mundo moderno. Embora a própria idéia de soberania nacional-estatal tivesse sofrido uma transformação substancial, um dos paradoxos do mundo, que se globaliza cada vez mais, consiste na tendência, inversa à globalização, de desagregação dos Estados multinacionais. Exemplos disso são a desagregação da URSS, da Jugoslávia e da Checoslováquia, a formação nos seus destroços de um grande número de novos Estados nacionais, a politização e a ideologização da etnicidade e do nacionalismo, fobias de diversos tipos e várias formas de fundamentalismo, tribalismo, e do radicalismo da direita e da esquerda que tinham inundado, aparentemente, o mundo inteiro. Ao avaliar estes processos e tendências, alguns autores começaram a falar, inclusive, do início da “fragmentação” ou da “balcanização do mundo”.

A importância destas tendências e de outras tendências semelhantes será especialmente evidente se levar em consideração que o traço característico da arena mundial, apesar de toda a atratividade dos modelos culturais do Ocidente, é a difusão cada vez maior da guerra global de idéias, estalões de vida e de doutrinas sócio-filosóficas. Desdobrou-se a concorrência de imagens e de ratings pela redistribuição de mercados mundiais e pela liderança mundial de diversos modelos de auto-organização econômica e política dos povos e regiões.

A partir do ponto de vista em questão adquire uma importância especial o fato de que as transformações que se deram nas últimas décadas, não revogam a experiência histórica e nem sequer a experiência atual do mundo, e que esta última comprova que em certas condições a democracia combina-se freqüentemente com os princípios inerentes ao império, com o agravamento de relações internacionais, contradições, conflitos e guerras. É sabido que os Impérios Britânico e Francês estendiam-se exteriormente, enquanto na esfera política interna se estabeleciam valores e instituições democráticos. A epopéia de formação e de institucionalização da democracia no continente

norte-americano era acompanhada por uma outra epopéia, frequentemente sangrenta, de povoamento de vastidões enormes das chamadas “terras livres” do continente norte-americano através da expulsão e eliminação física de povos e tribos autóctones. Dois princípios, o imperial e o democrático, que à primeira vista parecem contraditórios, estiveram interligados indissolúvelmente quase logo desde os primeiros passos da história americana, vinham a completar e reforçar um a outro. Foi a sua interação estreita que garantiu a formação dos valores, disposições e idéias que constituíram em conjunto a base das teorias da exclusividade americana, da “predeterminação do seu destino” e tornaram a América a “Cidade no Monte” e exemplo para todos os demais povos do globo.

Hoje em dia, depois do desaparecimento das confrontações sistêmica frontal, ideológica e político-militar dos dois principais atores da política mundial, como que desapareceram as premissas para a utilização de conflitos e de guerras na qualidade de instrumento da solução de contradições e litígios interestatais e internacionais, de defesa dos interesses nacionais e de garantia da segurança nacional e internacional. Todavia, é preciso constatar com tristeza que as transformações radicais das últimas três ou quatro décadas, incluindo a passagem de um número cada vez maior de países para a via de economia de mercado e de democracia política, não diminuíram o risco de guerras e de conflitos armados. Soube-se que a ampliação da área de difusão dos valores, disposições e instituições da democracia prática não conduz sempre, nem obrigatoriamente, para o estabelecimento de princípios democráticos nas relações entre os Estados.

Mais do que isso: à primeira vista parece paradoxal o fato de que simultaneamente com o aumento do número de Estados que tinham enveredado, aparentemente, pela via de desenvolvimento democrático, aumentou também o número de países em que vieram à tona as forças, antes como que adormecidas, de divergências entre comunidades, etnias, tribos, clãs, confissões e outros apegos e xenofobias. Estas forças servem na qualidade



de caldo de cultura para o desencadeamento de conflitos étnicos e territoriais, de guerras civis, religiosas e interestatais que adquirem nas condições de globalização e da revolução na esfera de informações e telecomunicações formas, que são novas mesmo em comparação com o passado recente<sup>3</sup>. Analisemos os aspectos, mais notáveis na opinião do autor, destes processos e tendências.

### *“Guerras híbridas” na qualidade de fenômeno da política mundial*

No contexto de deslocamentos tectônicos e de transformações que se deram durante as décadas passadas no mundo, têm adquirido um aspecto totalmente novo muitos problemas de defesa dos interesses nacionais e de garantia da segurança nacional. Enquanto que durante toda a história anterior da humanidade considerava-se que o principal instrumento de execução desta função era o poderio militar, nas condições do dia de hoje têm adquirido uma importância cada vez maior novas formas, métodos e meios.

A. Gramsci, um dos fundadores e ideólogos do Partido Comunista Italiano, tinha elaborado ainda na década 30 do século passado a teoria de chamada “hegemonia cultural” – uma tentativa de fundamentar a tese de que a vitória pelo poder político requer, em primeiro lugar, a conquista da hegemonia no espaço cultural. Este modo de encarar a questão tornou-se especialmente significativo e atual nas condições de globalização e de revolução na esfera de informação e de telecomunicações. Em vez das formas e métodos tradicionais de propaganda ideológica vêm as “PR tecnologias” detalhadamente preparadas, diversificadas e de vários níveis, que exercem uma influência enorme não somente no plano racional, mas, em primeiro lugar, nos planos emocional-psicológico, subconsciente e irracional.

Têm-se em vista, em particular, os meios econômico, informativo, ideológico, psicotrónico e outros de defesa e de

promoção dos interesses nacionais, de garantia da segurança nacional, de conquista do prestígio e da influência do Estado no palco internacional. Tudo isso serviu de pano de fundo para que nos últimos anos o conceito de “guerras híbridas” irrompesse impetuosamente no léxico político-militar. Embora o período de utilização deste conceito fosse muito curto, já surgiram numerosas obras que o mencionam em diversos contextos.

Este conceito não somente se estabeleceu firmemente na literatura científica e publicitária e nos meios de informação em massa, mas também se utiliza amplamente nos documentos oficiais que determinam a conduta dos Estados no palco internacional. Por exemplo, durante a reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da NATO, realizada em 1 de dezembro de 2015, em Bruxelas, foi adotada pela primeira vez a “Estratégia de Guerras Híbridas”. O secretário geral da NATO J. Stoltenberg apontou que uma “guerra híbrida abrange um vasto índice de diversos tipos de operações militares.... Este termo é utilizado para descrever a combinação de meios militares e não militares, de operações abertas e ocultas.... É uma combinação de diversos meios militares e civis”. Afirmou que um exemplo de “guerra híbrida” são ações da Rússia que resultaram na “anexação da Crimeia”, assim como as suas ações em Donbas (bacia do rio Donets)<sup>4</sup>.

Qualquer guerra é resultado de decisões políticas com vista a alcançar certos objetivos políticos. A particularidade das “guerras híbridas” em comparação com as guerras tradicionais consiste em que aí se utiliza todo o espectro acessível de formas, meios, métodos e tecnologias, militares e não militares, da confrontação ideológica, informativa, cultural, econômica, geoeconômica, política, geopolítica, etc. Uma parte das “guerras híbridas” são provocações caricaturais, que granjearam fama escandalosa. Estas caricaturas – produtos da ilimitada liberdade da palavra – servem, realmente, na qualidade de uma das formas de manifestações da propaganda do racismo, xenofobia e de outras espécies do fundamentalismo político e ideológico que difere pouco do islamismo radical.

Pode-se qualificar como manifestações deste fenômeno amplas tentativas de desacreditar e, inclusive, revogar as Olimpíadas de Inverno de 2014, em Sochi, realizadas no processo da sua preparação, assim como, a chamada campanha antidoping contra a Rússia na sua versão politizada que se deu no inverno e verão de 2016, assim como outras campanhas da mesma laia. Pode-se afirmar que a esta mesma categoria pertence a incessante campanha pela revogação do campeonato mundial de futebol a realizar-se em 2018, na Rússia. Certamente, os chamados “homenzinhos verdes”, que tinham desempenhado um papel importante na operação muito bem-sucedida de reunificação da Crimeia à Rússia, também podem ser considerados um instrumento da “guerra híbrida”. Esta lista pode ser continuada, mas a essência das transformações em vias de realização pode ser compreendida mesmo sem isso.

Numa guerra de tipo clássico tudo está mais ou menos claro: quem está do nosso lado e quem é inimigo, quem está na ofensiva e quem se defende, quem obteve vitória e quem sofreu derrota, quais são precisamente as forças que estão por trás de cada uma das partes beligerantes. A situação é diferente no caso de uma “guerra híbrida”. Aí não existem frentes de batalha evidentes, nem o círculo claramente delimitado de participantes, não existe a linha de frente pois ela passa por toda parte, resultando, portanto, algo ilusório. A hibridização erode as linhas divisórias entre a guerra e a paz, entre ameaças internas e externas à segurança nacional, entre o golpe de Estado e a revolução, entre as formas permitidas e não permitidas de luta, entre os defensores e os destruidores do direito internacional.

Torna-se cada vez mais atual o postulado de John F. Dulles, secretário de Estado norte-americano em princípios da década de 50 do século passado, de que a “economia passa a ser a nossa primeira linha de defesa.... Se não existe estabilidade no setor econômico, não se pode afirmar que a segurança da nação esteja em devido nível”. Gradualmente estabeleceu-se o conceito de

“segurança econômica” que se tornou especialmente atual depois do fim da guerra fria e início da intensificação dos processos de globalização. Neste caso têm adquirido uma importância cada vez maior as questões referentes a condições do comércio e fluxo de recursos, isto é, capitais, tecnologias, mercadorias, serviços, etc. Os litígios entre Estados são resolvidos cada vez mais frequentemente com ajuda de taxas percentuais, cotações de divisas, capacidade de concorrência das economias nacionais nos mercados mundiais, etc.

Vamos deixar à margem numerosos aspectos que não foram estudados de forma devidamente profunda na geopolítica nacional e estrangeira. Creio que uma das manifestações da “guerra híbrida” nesta esfera são sanções econômicas, que merecem uma atenção especial. As sanções econômicas podem ser chamadas de pleno direito de guerra de sanções travada por um certo país ou grupo de países contra um país-adversário a fim de destruir a sua economia e, por conseguinte, reprimir a sua vontade de resistência. As sanções tornaram-se um meio sério e cada vez mais usado de pressão política e econômica contra o inimigo.

Uma guerra deste tipo, desencadeada pelo Ocidente contra a Rússia na qualidade de resposta à sua resistência à expansão da NATO, é considerada um meio de repressão da sua força de vontade e do seu isolamento, aplicado como que na qualidade da punição pela reunificação da Crimeia com a Rússia e pelo apoio à aspiração do povo de Donbass (região da bacia do rio Donets) de defender os seus interesses vitais. Pode-se afirmar, parafraseando a conhecida fórmula de Carl von Clausewitz, de que “A guerra é continuação da política por outros meios”, que as sanções são uma forma de desencadeamento e de condução da guerra fria por outros meios. Contudo, a experiência de todo o período de vigor das sanções torna evidente que a Rússia demonstrou que as tentativas de destruição da economia nacional e de isolar o país com ajuda de semelhantes métodos estão destituídas de qualquer perspectiva.

## *“Força branda” na qualidade de antecessora da “guerra híbrida”*

Ainda antes do surgimento do próprio conceito de “guerra híbrida” na literatura político-militar, científica e publicitária surgiu o termo “força branda” (soft power) que abrange todo o complexo de recursos e vantagens do Estado não relacionados à força armada, chamada também “força rígida” (hard power). Enquanto que o objetivo da “força rígida” é punir e atemorizar o inimigo por meio de armas, a “força branda” é destinada a atraí-lo para o seu lado ou, em qualquer caso, neutralizar através de alguns meios pacíficos, sem derramamento de sangue. A “força branda” tem como base a cultura e valores, idéias, símbolos, mitos, etc. Ficou evidente que nas condições do dia de hoje as mais importantes características e prioridades da política mundial nem sempre e nem obrigatoriamente são determinadas e transformadas com ajuda de bombas e de baionetas, através de triunfos militares e capitulações. Às vezes as mudanças radicais manifestam-se sem quaisquer sanções visíveis ou, por outras palavras, os chamados “cisnes negros” podem aparecer no horizonte geopolítico como que inesperadamente para todos os sujeitos da política mundial.

Neste plano a “força branda” tornou-se um dos componentes básicos do poderio e dos recursos do Estado. “Quando você pode induzir os outros a desejar o mesmo, que você mesmo quer, escreveu um dos autores desta concepção J. Nye, vão-lhe custar mais barato chicotes e cenouras, necessários para fazer as pessoas avançar no sentido desejado. A sedução é sempre mais eficiente do que a coação e os valores como a democracia, direitos humanos e possibilidades individuais são muito sedutores. Mas a atração pode resultar também na aversão desde que na política se sinta a arrogância ou hipocrisia”<sup>5</sup>.

Aliás, a “força branda” em diversas formas e combinações, não é absolutamente uma invenção da nossa época. A propaganda, embuste, diplomacia, lendas e mitos de toda sorte, documentos falsos do tipo do chamado “Testamento de Constantino”,

“Testamento do Pedro, o Grande” e outros documentos semelhantes eram utilizados desde épocas imemoráveis pelos detentores do poder a fim de conquistar e defender o seu poder. Falando a propósito, os americanos conquistaram o Médio e Extremo Oeste utilizando não somente os fuzis “Winchester” e revólveres “Colt”: resultaram igualmente eficientes bugigangas de diversos tipos e a chamada “água de fogo”.

Soube-se que existem coisas, cuja existência não pode ser explicada de uma forma adequada apenas pela vantagem econômica ou poderio militar. O alto nível do bem-estar e, inclusive, o poderio militar sem precedentes não são garantia certa e permanente do êxito ou vitória. Como se sabe, os impérios e civilizações poderosos resvalaram para a recessão e desaparecimento do palco histórico quando estavam no auge da prosperidade econômica e do bem-estar material. Nos nossos dias o poderio absoluto resulta por vezes na grande ineficiência e incapacidade desde que não seja reforçado pelo respectivo ideal, missão, força de vontade, pois somente estes fatores podem garantir a transformação do poderio econômico e militar em dividendos políticos. Sem eles, a eficácia de um gigante com pernas de armas nucleares ou de armas de alta precisão pode resultar igual à eficácia de um gigante com pernas de barro. Uma prova disso é a experiência dos EUA no Sudeste da Ásia e no Grande Próximo Oriente, a experiência da União Soviética e da NATO no Afeganistão, etc.

À luz disso convém recordar que a URSS, que parecia um império poderoso e invencível, caiu sem um único tiro. Ele perdeu ao Ocidente a guerra fria, o que se deve em grande parte ao fato de que nas condições de incremento da revolução na esfera de informação e telecomunicações a arma informativo-ideológica que estava nas mãos do Ocidente resultou mais potente. Um importante papel no desmoronamento do sistema soviético e do campo socialista em geral foi desempenhado pela erosão gradual da cortina de ferro e pela infiltração de idéias, valores, disposições e estilos de vida ocidentais. Este aspecto adquiria proporções cada vez maiores à medida em que na segunda metade da década

de 1970 se desdobrava a revolução na esfera de informação e de telecomunicações tornando ineficientes, inconsistentes e, inclusive, contraproducentes os métodos e meios tradicionais de propaganda e de contrapropaganda.

A partir deste ponto de vista é especialmente importante o fato de que nas condições da revolução na esfera de informação e telecomunicações os conhecimentos e a informação tornam-se os mais importantes componentes da força, da riqueza e do poder. A. Toffler apontava com toda razão que o poder máximo é acessível aos que são capazes de utilizar, quando necessário, todos os seus três instrumentos – a força, a riqueza e o conhecimento, “cominando-os habilmente um com outro, alternando a ameaça de punição e promessa da recompensa com persuasão e compreensão rápida”. Note-se que entre as três fontes mencionadas tem adquirido importância cada vez maior o conhecimento, de que passam a depender a força e a riqueza: “O conhecimento deixou de ser um anexo ao poder do dinheiro e ao poder da força: o conhecimento passou a ser a sua essência. Na realidade, o conhecimento é o seu “reforçador” máximo. É a chave para a compreensão das futuras metamorfoses do poder e isso explica porque a batalha pelo controle sobre os conhecimentos e meios de comunicação está ganhando vulto em todo o espaço mundial”<sup>6</sup>. Em resultado disso, os conhecimentos “resultam não somente uma fonte do poder de mais alta qualidade, mas também o mais importante componente da força e da riqueza”<sup>7</sup>.

### *Conhecimentos e informação*

O conhecimento virou uma força poderosa não por si próprio, mas à medida em que se convertia em informação. Ao avaliar estes processos e tendências, muitos pesquisadores chegam à conclusão de que o poder na sociedade passa gradualmente para as mãos dos que criam, processam e controlam os conhecimentos e informações. O cientista político americano J.Barber apontou com toda a razão que os que criam

mitos e imagens do mundo moderno “exercem o poder que não é outra coisa senão o poder de determinar os rumos de desenvolvimento da civilização”<sup>8</sup>. Com efeito, os produtores e divulgadores da informação transformam-se em criadores das razões, mitos, símbolos, normas e regras de jogo e de conduta de amplas massas populares na escala de toda a Oikumenê, o que os torna portadores reais do poder econômico e político. Pode-se afirmar, sob este ponto de vista, que a famosa fórmula de F. Bacon “Conhecimento é força” pode-se parafrasear da seguinte maneira: “A informação é força e poder”.

Semelhantes transformações tornam-se cada vez mais importantes e atuais contra o pano de fundo da expansão informativo-cultural e informativo-ideológica global do Ocidente. Uma atividade especialmente intensa neste setor revelam os EUA que pretendem ao status do líder absoluto do mundo moderno, procurando estabelecer o seu domínio no espaço informativo mundial e não somente aí.

D.Rotkopf, antigo dignitário da administração de B. Clinton, apontava que “na época de tecnologias de informação a tarefa principal da política externa dos EUA deve ser vitória no mercado de fluxos informativos mundiais. Os EUA devem conseguir o domínio semelhante àquele que a Grã-Bretanha tinha outrora no mar”. Afirmou que “no caso da difusão no mundo de uma só língua, esta língua deve ser precisamente o inglês; no caso de difusão de normas comuns na esfera de telecomunicações e de segurança, estas normas devem ser obrigatoriamente americanas; no caso de utilização no processo de unificação de diversos grupos sociais de televisão, rádio e música, o papel principal deve desempenhar aí precisamente a mídia americana; no caso de elaboração de valores comuns, deve ser adotado o sistema em que os americanos reconhecer-se-iam a si próprios”. Na opinião de Rotkopf, esta política seria um bem não somente para a América, como tal, mas também para o mundo inteiro. “Aquilo que é bom para os Estados Unidos, afirmava ele, é bom para toda a humanidade”<sup>9</sup>.

Nas próprias “guerras híbridas” adquirem uma importância enorme as questões da sua fundamentação ideológica ou



informativo-ideológica. Já os neoconservadores americanos da primeira onda da década de 1980, como, por exemplo, I. Kristol, N. Podgorets, D. Moynihan, D. Kirkpatrick e outros, afastaram-se dos conservadores tradicionais, que negavam a necessidade de quaisquer estruturas ideológicas, e defenderam a idéia de reideologização da política e de rearmamento ideológico da estratégia dos EUA na política externa. Eles declaravam, como que parafraseando à sua maneira a tese acima citada de A. Gramsci, que para conquistar o poder e a influência na comunidade mundial e, ainda mais, para conquistar e manter as posições de liderança ou de hegemonia no mundo, é preciso garantir para si a hegemonia ideológica e ideológico-informativa. Eles declararam pela boca de I. Kristol que a “política não ideológica é uma política desarmada”.<sup>10</sup>

É evidente que o objetivo principal é a alteração – nem mais, nem menos – da própria mentalidade, da base mental ou paradigmática do modo de vida de todo o mundo não ocidental. Juntamente com a cultura, idéias e ideologia são exportados e impostos a outros povos não somente entretenimentos, mas também valores, disposições, estereótipos, imagens e a filosofia de vida.

Por exemplo, a fim de justificar a participação da Grã-Bretanha na agressão contra o Iraque soberano, T. Blair, que era então primeiro ministro do país, afirmava, em particular, que esta guerra “não é apenas uma questão de segurança e de tática militar. É uma batalha de valores, que pode ser ganha em resultado da vitória da tolerância e da liberdade. O Afeganistão e o Iraque são pontos iniciais indispensáveis desta batalha”. Mas o êxito nestes países deve ser combinado com a promoção corajosa e coerente de valores globais sob a direção de Washington. Por isso, declarava Blair, ao declarar a guerra contra o terrorismo, o Ocidente escolheu na qualidade do campo de batalha não a segurança mas, sim, valores, pois é impossível vencer uma ideologia fanática prendendo ou eliminando os seus dirigentes – é preciso eliminar os seus valores. “Podemos vencer demonstrando que os nossos valores são mais fortes, melhores e mais justos do que os valores

alternativos”<sup>11</sup>. O sentido básico de semelhantes intervenções consistia não somente na troca de regimes, mas na alteração dos sistemas de valores, pelos quais se guiam os respectivos países. “Se queremos defender o nosso modo de vida, então não existe alternativa à luta por ele. Isto significa que devemos defender os nossos valores não somente nos nossos países mas no mundo inteiro”, concluiu ele<sup>12</sup>.

Esta disposição adquiriu um matiz fundamentalista nos círculos de neoconservadores atuais dos EUA, que são chamados habitualmente, ao contrário dos seus antecessores da década de 1980, os “neocon”. Na qualidade de principais autores da base ideológica da política externa da administração de J. Bush Junior, eles incumbiram-se da missão de fundamentação ideológica da política de exportação da revolução democrática e dos direitos humanos para o mundo inteiro a fim de alterar a mentalidade e os valores dos países, considerados objeto desta exportação.

Em vista dos eventos e processos, relacionados à realização da estratégia de exportação da revolução democrática, as chamadas “guerras híbridas” não podem prescindir da ameaça de uso ou do uso real da chamada “força rígida”. Não se pode esquecer o fato evidente de que em todas as épocas acabavam por sobrepujar as idéias que se apoiavam na força, venciam os profetas armados que eram capazes de atrair a força para concretizar as suas idéias. Nas condições do dia de hoje a “força rígida” real não perdeu o seu valor na qualidade de recurso-chave do Estado, recurso que garante o seu status geopolítico e a sua influência no mundo. Mais do que isso: nas condições que se formaram durante as últimas décadas, o fator de “força rígida” tem adquirido um valor cada vez maior em novas formas e manifestações.

Uma espécie orgânica peculiar de simbiose da “força branda” e da “força rígida” formou-se na estratégia de exportação da revolução democrática, o que se encarnou numa série de guerras, desencadeadas pelos países do Ocidente, com os EUA à testa, no Próximo Oriente e no Norte da África, assim como na chamada “primavera árabe” e nas “revoluções coloridas” no

espaço pós-soviético. Muitas vezes diversos tipos de “revoluções coloridas” e de “maidans” serviram na qualidade de biombo para golpes de Estado bem preparados e financiados. Eis alguns exemplos: a “revolução de rosas” na Geórgia e a “revolução laranja” na Ucrânia em 2004; o chamado “Euromaidan” no inverno de 2013/2014, novamente na Ucrânia, que resultou no golpe de Estado inspirado e apoiado praticamente pelos países ocidentais. E por mais que este golpe fosse disfarçado com as considerações sobre a revolução popular e realização da vontade do povo, ele pode ser considerado uma parte da “guerra híbrida” contra um adversário real ou inventado.

As guerras, desencadeadas pelo Ocidente, a “primavera árabe” e as “revoluções coloridas” alteraram irreconhecivelmente o quadro geopolítico de ambas as regiões, assim como, de uma parte do Leste da Europa e da parte sul do Cáucaso. Se admitir que o seu principal objetivo consistisse em implantar em diversos países e regiões a democracia aos moldes ocidentais, o seu resultado deve ser avaliado como fracasso com conseqüências catastróficas. Mas se supuser que o seu principal objetivo era a difusão do caos, eles alcançaram indubitavelmente o “êxito”. Com efeito, na maioria dos casos, os países que se tornavam objetos de experiências de exportação de revoluções democráticas viravam palco de caos, de permanentes conflitos sangrentos e de guerras. Aliás, isto é perfeitamente natural, pois, como dizia outrora o grande córsico, que entendia bem de coisas deste tipo, “as baionetas podem fazer tudo – não se pode apenas sentar nelas”.

Não foi por acaso que muitos representantes do “establishment” político e intelectual dos EUA, ao avaliar estas realidades, chamavam a J. Bush Junior e a alguns principais membros da sua administração de revolucionários e a sua política, de revolucionária. Um dos patriarcas da diplomacia mundial H. Kissinger escreveu a este respeito o seguinte: “Tenho impressão que os neoconservadores estão muito afins dos trotskistas”<sup>13</sup>. Outros cientistas políticos americanos, por exemplo, D. Simes e R. Alsworth, apontaram que as ações dos EUA no Afeganistão

e no Iraque têm como base “a fé neotrotskista na revolução permanente (nem que seja democrática e não proletária)”<sup>14</sup>.

Embora estas opiniões na possam ser aceitas ao pé da letra, elas não são absolutamente uma crítica infundada dos adversários da administração de Bush. Em muitos dos seus aspectos a sua estratégia na política externa continha realmente os elementos da teoria trotskista da “revolução permanente” – teoria de difusão e de imposição a novos e novos povos dos valores e disposições do liberalismo na sua interpretação peculiar. Importa assinalar que a atual administração dos EUA não renunciou absolutamente a várias disposições desta teoria.

### *Dimensão terrorista da “guerra híbrida”*

A julgar por tudo, é sob este ponto de vista que se deve encarar também algumas manifestações do terrorismo, baseadas nos slogans de exportação da revolução islâmica. Para fundamentar este conceito pode-se mencionar um fato evidente: o estouro do terrorismo e a sua proliferação do nível interno de um só país para o nível internacional está ligado de forma mais estreita ao incremento da expansão cultural, informativa e ideológica do Ocidente que era apoiada gradualmente pelo crescimento dos métodos e meios militares e de força destinados a convencer os povos do Grande Próximo Oriente de que os valores, a filosofia e o modo de vida ocidentais não tinham alternativas.

Já na época do sistema bipolar do mundo formou-se com a benção e com o apoio das duas superpotências um sujeito peculiar, anônimo e paralelo da política mundial, capaz de exercer uma influência substancial sobre as tendências básicas do desenvolvimento geopolítico do mundo moderno. A força e o perigo deste “mundo clandestino” peculiar e agressivo, que assume as formas de grupos e organizações subnacionais, nacionais e supranacionais, terroristas, criminais e outras, consistem em que ele não reconhece as normas e restrições jurídicas e ético-morais, estabelecidas ao nível estatal e interestatal.

A dificuldade da análise e da busca da avaliação correta do terrorismo é agravada ainda mais pelo fato de que até agora não existe uma definição mais ou menos precisa do terrorismo como fenômeno sócio-político, das suas características substanciais, dos seus limites, componentes, do seu status jurídico-legal, etc. Existem centenas de definições deste fenômeno e a literatura dedicada a este assunto conta milhares de publicações. Aliás, este tema foi analisado sob todos os pontos de vista na literatura nacional e estrangeira. Creio conveniente ressaltar aí que o terrorismo moderno, quanto aos seus objetivos, métodos e meios de realização, representa uma espécie da resposta assimétrica à ofensiva agressiva dos valores e princípios sócio-culturais, político-culturais e democráticos do Ocidente, à ofensiva do modo de vida ocidental.

É possível que se trate do fenômeno qualificado na literatura científica como “guerra pequena”. O pesquisador alemão M. Goh sublinhava que a chamada “guerra pequena” desconhece fronteiras já por força da sua definição; lança-se mão de todos os meios com brutalidade, inerente a este tipo de guerra. Ela adquire traços que a aproximam do fenômeno da guerra total, ou seja, é considerado inimigo e alvo de operações de combate o adversário em todo o seu conjunto, e não somente as suas forças armadas<sup>15</sup>.

Foi contra este pano de fundo que no verão de 2014 no palco geopolítico do Grande Próximo Oriente e do Norte da África surgiu um fenômeno, sem precedentes na história moderna, o “EIL”, “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”\*. Em agosto de 2014 o EIL proclamou a criação do Califado Islâmico numa

---

\* Cumpre assinalar que a formação desta estrutura quase-estatal foi anunciada inicialmente em outubro de 2006, no Iraque. O seu nome era “Estado Islâmico do Iraque”, EII. A sua criação foi, em primeiro lugar, uma obra de “Al-Qaeda”, no Iraque. Em 2011, depois do início da confrontação armada na Síria foi criado com ajuda de “Al-Qaeda” o grupo terrorista antigovernamental “Jabhat an-Nuṣrah”. Em abril de 2013 o “Estado Islâmico” e “Jabhat an-Nuṣrah” uniram-se formando uma organização jihadista única, que passou a ser chamada “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”. Mas já em novembro de 2013 houve cisão entre a EIL e Al-Qaeda no tocante a várias questões. Considera-se que a cisão devia-se basicamente a ambições pessoais dos seus líderes.

parte bastante grande do território da Síria e do Iraque, tendo conservado o nome “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”. Os seus cabecilhas empreendem gradualmente esforços com vista a estender a sua influência para outros países – a Líbia, Iêmen, Arábia Saudita, Indonésia, Afeganistão, etc.

A diferença qualitativa entre o EIIL e os grupos terroristas e radicais tradicionais consiste em que o “Estado” possui uma base territorial. De um modo geral, os participantes e partidários de EIIL representam a parte da comunidade terrorista que tinha saído da clandestinidade e anunciou de uma forma aberta, descarada e agressiva ao mundo inteiro a sua existência, os seus motivos e prioridades, apresentando-se como Estado baseado na ideologia de terror. Naturalmente, neste caso trata-se na realidade de um “quase-Estado” e os seus cabecilhas cuidam de transformá-lo em Estado real com os respectivos atributos, instituições, princípios e órgãos de gestão.

Uma prova disso é o documento intitulado “Princípios de gestão do Estado Islâmico” que ficou acessível a meios de informação em massa. De acordo com a informação do jornal inglês “Guardian”, o documento representa uma consolidação de leis peculiares que abordam questões de política internacional, propaganda interna e externa, controle sobre o petróleo, gás e outras esferas da economia do “califado”<sup>16</sup>.

Esta claro que independentemente do aspecto, sob o qual eles se apresentam, o EIIL demonstrou a sua aptidão de utilizar as realizações da civilização tecnogénica moderna, a habilidade de dominá-las de uma forma rápida e eficiente e de sobrepujar intelectualmente os serviços de inteligência das grandes potências, apesar das possibilidades enormes que elas possuem. Eles conseguiram unir as tecnologias mais modernas de extermínio com o fundamentalismo e fanatismo, seja este islâmico, laico ou qualquer outro. O “Estado Islâmico” procura levar a cabo a sua própria estratégia de exportação da revolução islâmica, recheada

de terror, utilizando para isso métodos e meios especiais de propaganda das suas idéias e objetivos e de mobilização dos seus partidários com ajuda de meios eletrônicos de informação em massa e de redes sociais.

O acima exposto permite tirar a conclusão de que a nova ordem mundial não é edificada no ambiente de inspiração por causa do triunfo mundial da democracia, mas nas condições de instabilidade e de incerteza, de novas formas de conflitos, de guerras e de terror que vieram ao mundo moderno nas asas da ciência, das tecnologias mais modernas e do progresso. Sob este ponto de vista pode-se afirmar que como que se confirma o prognóstico de W. Churchill de que a idade da pedra pode voltar a nós montando asas brilhantes da ciência. Numa perspectiva ao alcance da vista o mundo não irá transformar-se num certo universo único, que se caracteriza pelo domínio da paz e da concordância entre os povos. Pelo contrário, continuará a ser uma comunidade de um grande número de Estados, povos, países, culturas, confissões, alianças, coligações, etc. empenhados em concorrer e em colaborar, em confrontar-se e em cooperar.

1. Ver, por exemplo: *Mueller J.* Retreat from Doomsday: The obsolescence of major war. NY, 1989.
2. *Boniface P.* The Proliferation of States // The Washington Quarterly. Spring 1998. Vol. 2. № 3, P.110.
3. Mais detalhadamente sobre este assunto: *Gadjiev K.C.* Horizontes geopolíticos da Rússia. Contornos da ordem mundial nova. Segunda edição revista e completa. M., 2011.
4. Ver: *Polunin A.* NATO: rumo à guerra híbrida. O que é que a nova estratégia de luta contra a Rússia proporciona à aliança? // Imprensa livre // <http://svpressa.ru/politic/article/137300/>
5. *Nye J.* «Força branca e relações americano-europeus// Pensamento livre. 2004. 12 setembro; *Nye J., Jr.* Soft power // Foreign Policy. №80. 1990. Autumn. P. 167.
6. *Toffler A.* Metamorfoses do poder. Conhecimentos, riqueza e força no limiar do século XXI . M., 2002. P. 40.
7. *Ibidem.*
8. *Barber J.* The Puls of politics: electing presidents in the media age. NY, London, 1980. P. 3.

9. Rothkopf D. In Praise of Cultural Imperialism // Foreign policy. 1997. Summer. №107. P. 40.
10. Commentary. February 1984. P. 45.
11. Blair T. A Battle for global values // Foreign affairs. 2007. January/February // <http://www.feelingeurope.eu/Pages/A%20battle%20for%20global%20values.html>
12. Ibidem.
13. The Times. 2004. 19 October.
14. Simes D., Alsoworth R.. Moral do realismo americano // Rússia na política global. № 1. 2005. Janeiro – Fevereiro. P. 96.
15. Hoch M. Krieg und Politik im 21. Jahrhundert // Aus Politik und Zeitgeschichte. Beilage zur Wochenzeitung Das Parlament, 2001. 11 Mai. S. 19.
16. Soube-se que EIL tem “Princípios de gestão” // <http://vz.ru/world/2015/12/7/782398.html>

**Palavras – chaves:** “guerras híbridas“, “força branda“, “força rígida“, conhecimento e informação





## “Califado pontual” na Europa



### Armen Oganecian

Redator-chefe da revista  
“Vida Internacional”

[oganesian@interaffairs.ru](mailto:oganesian@interaffairs.ru)

A reprodução do modelo americano de “cadinho” resulta caro para a Europa. Hoje já está claro que embora a Europa pertença ao mundo ocidental, é-lhe inerente uma certa peculiaridade, o que se revela na energética especial de atração e de repulsão de culturas e civilizações alheias. Todavia, a “dissensão e a indecisão” nos altos escalões do poder na Europa no tocante a questões de migração é uma ameaça séria para a unidade da União Europeia. A Senhora Merkel, que tinha adotado a posição de transparência e de tolerância máxima em relação à nova onda de forasteiros, acabou por reconhecer há relativamente pouco o fracasso da prática do multiculturalismo. Se a situação é esta, qual pode ser o aspecto da futura política em relação a milhões de migrantes que se instalam na Europa? Berlim não tem resposta a esta questão.

Nos chamados “anos tranquilos” Bruxelas tentou elaborar uma atitude única em relação ao problema de migração, mas hoje nem sequer tenta abordar este tema, pois compreende que não pode prescrever uma receita única sem provocar uma tempestade de indignação. Outrora, a Alemanha, da mesma

maneira que muitos outros países da Europa Ocidental, seguia a ideologia de “Três As” em relação aos que vinham do “terceiro mundo”. Considerava-se que muçulmanos-migrantes deviam inicialmente adaptar-se, a seguir, assimilar-se e, finalmente, absorver-se, isto é, dissolver-se totalmente no meio humano, novo para eles. Porém, isso não se realizou por toda uma série de razões. Basta dizer que hoje em dia um de cada quatro representantes da comunidade turca, residente na Alemanha, não sabe alemão, e um de cada dois, não mantém, de um modo geral, nenhum contato com os alemães. A circular da União Europeia sobre a reunificação de famílias acabou com as esperanças depositadas no papel de matrimônios mistos: os homens preferiam convidar os parentes e as noivas da sua terra natal.

A criação de comunidades monoétnicas e monoconfessionais, que eram na realidade enclaves fechados, contribuiu para que aos muçulmanos fosse concedida permissão de construir mesquitas. A realização deste projeto em toda a Europa foi financiada basicamente pela Arábia Saudita. Uma das pesquisas do Instituto de Pesquisas Orientalistas da Academia de Ciências da Rússia revela: “As mesquitas tornaram-se centros de isolamento dos muçulmanos da comunidade da Europa Ocidental. Tudo isso se fez no quadro de direitos e liberdades, previstos pelas constituições democráticas dos países ocidentais”.<sup>1</sup> Todas as questões de educação da juventude, escolas de estudo do Alcorão, a solução de litígios entre os muçulmanos, entre os trabalhadores migrantes (gastarbaiters) e os empregadores, entre os membros da comunidade e as estruturas do poder - tudo isso era resolvido dentro dos enclaves, onde a autoridade absoluta e final sempre era o imame. Em quase todos os países da Europa Ocidental começaram a funcionar os tribunais de xária que “dominam totalmente a diáspora muçulmana afastando totalmente os órgãos judiciários estatais. Na Europa

estes tribunais são financiados basicamente pelo Catar”<sup>2</sup>. Em resultado disso, no continente europeu nasceu um termo bem expressivo para qualificar as estruturas muçulmanas fechadas da Europa – “califado pontual”.

As tentativas de diluir e de “westernizar” os migrantes muçulmanos fracassaram. “Precisamente na época que se seguiu ao ano 2000 na Europa Ocidental nasceram a terceira e, inclusive, a quarta geração de trabalhadores migrantes (gastarbaiters) que de acordo com os planos das autoridades da União Europeia deviam integrar-se na Europa. Os descendentes dos migrantes muçulmanos, que gozavam de numerosos privilégios e franquias por parte dos Estados-recipientes, começaram a recusar-se cada vez mais frequentemente a estudar as línguas locais e a assimilar a cultura europeia, demonstrando, ao mesmo tempo, a sua fidelidade ao Alcorão e a “umma”, isto é, comunidade religiosa muçulmana”<sup>3</sup>.

Imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial para a Europa Ocidental vinham todos os anos de 60 a 70 mil imigrantes, procedentes, na sua maioria dos países muçulmanos. No fim do século o número de migrantes chegou a variar entre 700 mil e 1 milhão de pessoas. No ano 2000 a parcela de forasteiros na população total chegava a 10,3%. Em 2013 esta parcela quase atingiu a meta de 15% e é possível que agora, depois de notórios eventos, este índice seja bem mais alto. Todas estas circunstâncias fazem que vários Estados-membros da União Europeia adotem uma posição mais rígida em relação aos migrantes. Por exemplo, o chefe do governo da Eslováquia R. Fico declarou numa entrevista recente: “Se admitíssemos no país alguns milhares de pessoas em conformidade com as cotas, a população local não iria recebê-las de bom grado. Seria preciso organizar para elas um centro especial, onde iriam criar o seu próprio mundo com a

sua criminalidade, ilegalidade e desemprego”<sup>4</sup>. R. Fico supõe que o processo de migração, que escapa ao controle, acarreta uma grave ameaça de terrorismo. Alega na ocasião os serviços de segurança da Alemanha que tinham reconhecido que hoje a ameaça de ataques terroristas é mais alta do que na época de queda de torres-gêmeas em Nova Iorque. O premiê eslovaco considera que os atos de agressão na cidade de Colônia tornam evidente que se trata da conduta irracional dos migrantes. Na opinião de Fico, “a melhor medida preventiva é impedir o surgimento de uma comunidade fechada”. O premiê é da opinião de que “toda a comunidade muçulmana é uma ameaça séria ao modo de vida europeu”. R. Fico chega a uma conclusão triste: “Não podemos permitir que milhares de migrantes do Norte da África e do Próximo Oriente venham para a Eslováquia. A prática dos outros Estados tornou evidente que a sua integração em outro meio humano resulta impossível”.

Certamente, o chefe do gabinete de ministros da Eslováquia corre risco chamando as coisas com os seus próprios nomes. Um dos meus colegas alemães tinha observado há pouco: “Na Alemanha, os que não compartilham a posição de Merkel em relação aos migrantes, são chamados fascistas”.

A maior parte dos migrantes são homens jovens, na idade de 25 a 35 anos. Chegam a constituir cerca de 80% dos forasteiros. R. Fico oferece um retrato peculiar: “São normalmente pessoas bem vestidas, com cartas de crédito, e que têm pouco em comum com os migrantes que fogem da fome e da sede. Admito que entre eles haja também pessoas que necessitam da ajuda e vamos prestá-la. Isto diz respeito, em particular, aos cristãos sírios, cujas vidas estavam em perigo”.

Convém apontar que a opinião pública de toda uma série de países europeus é mais favorável em relação aos migrantes

crístãos do Próxímo Oriente, que tiveram que enfrentar uma catástrofe tão grande, ou, inclusive, maior dos que os refugiados muçulmanos. É sabido que foram precisamente as comunidades cristãs que sofreram perseguições religiosas mais cruéis. É indubitável, além disso, que nos planos étnico e confessional os migrantes cristãos não oferecem grandes problemas para os europeus. Mais: a Europa secularizada pode esperar que precisamente estes refugiados, que sofreram por causa da sua confissão, talvez consigam dar uma nova vida a raízes civilizacionais dos europeus, ou pelo menos farçam com que eles se recordem delas. É sabido que até agora o quadro de relações interconfissionais entre os habitantes nativos e os migrantes muçulmanos era, usando palavras bem medidas, inadequado. Na Alemanha 500 mil alemães étnicos adotaram o islame; na França, fizeram o mesmo 300 mil franceses nativos. Tudo isso leva os peritos a tirar a seguintes conclusão: “Na realidade, o cristianismo europeu (basicamente, o catolicismo e o protestantismo) cede as suas posições”. O antigo presidente da Líbia Muamar Kadafi chegava outrora a exortar os italianos a admitir o islã.

Certamente, hoje existem numerosos peritos-otimistas, na cuja opinião a Europa é bastante forte e rica para “digerir” e dominar a torrente de refugiados forasteiros. No entanto, a história oferece outros exemplos – casos em que os mais fortes nem sempre acabavam por vencer.

“E sucedeu que, decorrido um ano, o exército da Síria subiu contra ele; e vieram a Judá e a Jerusalém, e destruíram dentre o povo a todos os seus príncipes; e enviaram todo o seu despojo ao rei de Damasco.

Porque ainda que o exército dos sírios viera com poucos homens, contudo o Senhor entregou na sua mão um exército mui numeroso, porquanto deixaram ao Senhor Deus de seus pais”. (Paralipomenos, II livro, capítulos 23 e 24).

1. <http://sov-europe.ru/2014/1/Starkenkov.pdf>
2. Idem
3. Idem
4. Hospodarske Noviy. 11.01.2016.

**Palavras – chaves:** migração, União Europeia, “califado pontual”, A. Merkel, R.Fico, refugiados - cristãos, fim do multiculturalismo.



## Da identidade euro-asiática nova da Rússia



**Mikhail  
Titarenko**

Acadêmico da  
Academia de  
Ciências da  
Rússia



**Vladimir  
Petrovsky**

Doutor em  
ciências políticas  
petrovsky@gmail.com

Dando início à virada da sua linha estratégica para o leste, a Rússia tornou mais atual a discussão científica e sociopolítica sobre a autodeterminação euro-asiática (eurásica) do nosso país, sobre a interpretação adequada da identidade eurásica da Rússia. Na nossa opinião, nós ainda temos que formular e conscientizar a verdadeira importância filosófica, geoeconômica e geopolítica do “euroasianismo” da Rússia.

O presidente da Federação Rússia V.V. Putin tinha apontado que “o euroasianismo é tradição do nosso pensamento político. Este fenômeno arraigou-se de há muito na Rússia e agora tem adquirido um caráter totalmente novo, especialmente em vista de intensificação de processos integracionais no espaço pós-soviético. Mais do que isso: o euroasianismo já passou praticamente da esfera de filosofia política para o plano político, para o plano da ordem do dia do trabalho corrente”<sup>1</sup>.

Note-se que a atualização do euroasianismo russo requer, indubitavelmente, uma digressão histórica e filosófica, o que impõe, por sua vez, a necessidade de um comentário

---

Em fevereiro de 2016 M.L. Titarenko saiu da vida. Esta publicação é último artigo que o cientista tinha escrito para a nossa revista.

substanciado sobre a essência do conceito de “euroasianismo”, no quadro da sua aplicabilidade. A situação é agravada pela história do surgimento e da evolução deste termo nas décadas de 20 e 30 do século passado, pela luta político-ideológica e pelas discussões entre diversos grupos da emigração russa na Europa (em Praga, Paris, Berlin, Sofia) e na Ásia (Harbin, Xangai). Estas discussões refletiam relações enredadas entre os representantes da antiga elite patriótica russa, que tinham deixado a Pátria, e a realidade soviética daquela época, sendo, ao mesmo tempo, busca de vias para o diálogo.

A nossa missão não inclui a descrição da história do surgimento deste termo e das suas interpretações nas décadas de 20 e 30 do século XX nas obras do graúdo cientista, príncipe N.S. Trubetskoy, dos catedráticos P.N. Savitsky, L.P. Karsavin e G.V. Vernadsky, e mais tarde, no período de 1960 a 1980, nas obras de L.N. Gumlev. Existem numerosas obras dedicadas a este assunto. Em princípios da década de 90 do século passado, depois da desagregação da União Soviética, várias idéias estatizantes e criadoras dos euroasianistas das décadas de 20 e 30 do século passado foram levadas adiante, reinterpretadas e serviram de impulso para o surgimento de diversas correntes do *euroasianismo novo*, representado na Rússia por A.G. Duguin, S.A. Panarin, M.L. Titarenko e G.A. Iugai. Um lugar à parte nesta corrente político-ideológica pertence ao projeto euroasianista do presidente do Cazaquistão N. Nazarbaiev.

O que nos interessa é a essência da novo euroasianismo, que se tornou objeto muito atual de discussões político-ideológicas depois do desmoronamento da União Soviética, assim como, a busca de uma idéia nacional que contribua para a coesão e ascenso da Rússia soberana nas condições da expansão cultural e civilizacional rígida por parte do Ocidente. Esta expansão acarretou erosão séria da auto-identificação cultural e civilizacional do povo russo e dos outros povos que integram a Federação Russa, o seu apolitismo e depressão espiritual, fez surgir idéias de separatismo local e de isolacionismo regional, gerou o agravamento de atritos entre diversos grupos étnicos.



O povo russo, juntamente com outros numerosos povos da Rússia, tornou habitável durante séculos a vastidão severa da Eurásia tendo acumulado uma experiência única de desbravamento de extensões enormes e das suas riquezas naturais. Criou, ao mesmo tempo, uma cultura e civilização riquíssimas quanto ao conteúdo e multivariada, que formam premissas histórico-naturais mais favoráveis não somente para a sobrevivência nas condições climático-naturais severas, mas também para o desenvolvimento de cada sujeito étnico-nacional, que tinha se estabelecido neste território e neste país, na base da boa vizinhança, colaboração, co-desenvolvimento, ajuda mútua, influência mútua, aprendizagem mútua e rivalidade destituída da confrontação, isto é, competição. De um modo geral, esta é uma contribuição enorme e inapreciável do povo russo e de todos os povos da Rússia para a civilização mundial.

Os traços positivos, inerentes ao povo russo – magnanimidade, benevolência, vastidão de opiniões, bondade, imponência, abertura e ausência da ambição desenfreada da ganância – são reflexão adequada das particularidades da sua epopéia histórico-natural na natureza moral e intelectual do povo.

A idéia russa é idéia de preservação, desenvolvimento e multiplicação dos aspectos positivos da cultura política, da cultura de usos e costumes e da psicologia do povo russo, da sua adaptação a particularidades geopolíticas euro-asiáticas da sua localização e à multivariada civilizacional, gerada pela interseção nesta parte da Eurásia de potentes linhas de força de várias culturas e religiões: cristianismo em todas as suas formas, islã, xamanismo, budismo, confucionismo e daocismo, judaísmo, etc.

A autoconsciência dos cidadãos da Rússia e da sua superetnia – os russos – não pode deixar de levar em consideração também o fato indiscutível de que as civilizações do povo russo e dos povos que habitam o território russo formaram-se, desenvolvem-se e manifestam o seu efeito vivificante precisamente no espaço geopolítico em que se intersecam e exercem influência mútua as grandes megacivilizações: grã-russa, eslava, bizantina,

romano-germânica, fino-úgrica, muçulmana, chinesa, indiana, turcomano-mongol, assim como as civilizações de mais de cem povos pequenos autóctones que habitam a bacia do rio Volga, os Urales, a Sibéria, o Extremo Oriente e as regiões setentrionais.

Tudo isso gerou na noosfera um poderoso campo de influência mútua, de aprendizagem mútua, de simbiose e síntese etno-social e cultural e de convergência cultural que atribuíram à cultura dos russos e dos povos que habitam o território russo, isto é, ao conjunto de realizações de culturas de todos os povos que habitam a Rússia, certas particularidades civilizacionais únicas, designadas com o termo “*eurasionismo*”.

Em vista do acima exposto, seria um erro contrapor o conceito de “idéia russa” ao “*euroasianismo* moderno ou novo”, dado que a idéia russa é poderoso fulcro e artéria vital do euroasianismo. É preciso reconhecer, infelizmente, que o termo “euroasianismo”, como tal, pode parecer bastante unilateral, pois sob um ponto de vista superficial reflete apenas um só aspecto deste fenômeno – o local, em que se formou este fenômeno espiritual e cultural-civilizacional. Isso engendra discussões de toda sorte que abordam mais frequentemente apenas alguns aspectos secundários deste fenômeno tão único.

O que é que a noção de “euroasianismo” significa? Quais são os seus traços característicos e em que consiste a sua diferença da “idéia russa”? Alguns cientistas objetaram à substituição do conceito de “idéia russa” pelo termo “euroasianismo”, alegando que, na sua opinião, isto acarreta a “diluição” do povo russo na massa amorfa de todos os habitantes do território russo. Por outro lado, neste contexto é muito conveniente a observação de E.I. Pivovarov de que o termo “mundo russo” abrange um fenômeno sociocultural multiaspectual, que envolve a Rússia propriamente dita e o campo civilizacional relacionado à Rússia<sup>2</sup>.

Os críticos da concepção do euroasianismo, procedentes do campo de “europeísmo”, procuram desacreditar o euroasianismo na qualidade do paradigma de desenvolvimento da Rússia, alegando o exemplo histórico do euroasianismo que tinha surgido depois da Primeira Guerra Mundial nas décadas de 20 e

de 30 do século passado e que tinha um caráter francamente antiocidental. Mas este “antiocidentalismo” provinha da situação daquela época.

1. A particularidade principal do “euroasianismo” é o reconhecimento da especificidade do “local geográfico de desenvolvimento”<sup>3</sup>, da situação internacional e da origem histórica da civilização russa, cuja base e fulcro é a cultura russa e o idioma de contato é a língua russa.

2. O euroasianismo reconhece o policentrismo como um princípio metodológico geral<sup>4</sup>, reconhece a interação e a complementaridade mútua das culturas e a correlação entre a sua influência mútua e a aprendizagem mútua. De acordo com o euroasianismo, as relações entre todas as culturas têm uma estrutura horizontal baseada nos princípios de concílio, igualdade de direitos, consonância e reconhecimento da unicidade das culturas de todas as etnias nacionais, incluindo as que contam somente alguns milhares de pessoas<sup>5</sup>.

3. O princípio euro-asiático de inter-relações de culturas tem como base a harmonia da sua interação. Neste plano, o eurasionismo coincide com o enfoque confuciano do desenvolvimento cultural, harmonia de multivariada (*he er butun*) e dialética daocista de interação de fenômenos contrários na natureza e na cultura (*he er er i, i fen vei er*) – isto é, fusão de contrariedades em um todo único e bipartição do único em novas contrariedades<sup>6</sup>.

4. Ao euroasianismo são inerentes vários traços característicos de formação de culturas na base dos princípios da síntese convergencial, influência mútua e aprendizagem mútua. Quanto à sua estrutura, o euroasianismo é uma unidade multilaminar, poliétnica e multicivilizacional, o que garante a coexistência de diversas etnias e de diversas culturas tanto no quadro de um determinado Estado, como no plano global.

Quanto à sua essência, o fenômeno de eurasionismo contém componentes, inerentes não somente a culturas dos povos da Eurásia. O euroasianismo, ao contrário do eurocentrismo, parte da igualdade de direitos e da estrutura horizontal de inter-

relações entre diversas culturas, enquanto que o eurocentrismo parte das inter-relações verticais entre culturas, considerando uma das culturas superior e outras, inferiores. O estratagema do eurocentrismo encara a assimilação de outras culturas e a extinção de pequenas culturas únicas como um fenómeno normal e inevitável. Este estratagema exige a substituição de sistemas originais de valores culturais por certos “valores universais”, que são, na realidade, valores da cultura de massa (ou, cultura pop) do Ocidente.

Os eurocentristas russos querem desmoralizar sob o pretexto de “ingresso na civilização mundial” os princípios espirituais das culturas russa, eslava e das culturas dos outros povos da Rússia e erodir a espiritualidade da cultura russa. Aproveitam o mesmo pretexto a fim de debilitar no plano político e económico a unidade política e a estabilidade interna da Rússia como Estado multinacional e multiconfessional uno e íntegro.

Esta mesma questão constava nas discussões e na confrontação política entre os ocidentalistas – partidários da europeização da Rússia – e os eslavófilos e, mais tarde, partidários do Estado de mais pura gema, que ressaltam o carácter único da cultura russa como simbiose e síntese de muitas culturas e da experiência histórica de muitos povos que viviam ou vivem historicamente no território da Rússia ou nos territórios vizinhos.

Agora trata-se, em primeiro lugar, da combinação convergencial e da síntese da cultura russa e eslava original com a poderosa camada de cultura humanitária e política que veio do Bizâncio juntamente com o cristianismo, assim como, com a cultura dos povos fino-úgricos, turcomanos e tártaro-mongóis, por cujo intermédio a Rússia assimilou indiretamente também os fragmentos da cultura material e política da China e da Índia<sup>7</sup>.

George Vernadsky comentou outrora da seguinte maneira este assunto :”O povo russo obteve duas heranças históricas ricas – a mongol e a bizantina. A herança mongólica é o Estado Euro-Asiático. A herança bizantina é o sistema estatal ortodoxo. Os dois princípios entrelaçaram-se estreitamente no

desenvolvimento histórico do povo russo. Mas ao desemaranhar os fios deste desenvolvimento é preciso ter em mente a presença de ambos os princípios e perceber a influência de um deles sobre outro. A correlação entre a influência mongol e a influência bizantina na história russa resulta em parte na correlação entre a ordem do fato e a ordem da idéia”<sup>8</sup>.

Prosseguindo no tema, vemos que N.S. Trubetskoy afirmava, por exemplo, o seguinte: “Quase todo o território da União Soviética atual constituía outrora uma parte da monarquia mongol, fundada pelo grande Gengiscão. A anexação pela União Soviética de Hiva e Buhara, que conservavam na época dos últimos imperadores russos uma independência ilusória, e a proclamação da república soviética na Mongólia são continuação e consolidação da ligação histórica da Rússia à monarquia de Gengiscão. Pode-se prognosticar com certeza que futuramente neste via será anexado também o Turquestão chinês. Portanto, em perspectiva histórica o Estado atual, a que se pode chamar Rússia ou União Soviética (o nome não importa) é uma parte da grande monarquia mongol, fundada por Gengiscão”<sup>9</sup>

Cumprе ressaltar à parte que o atual euroasianismo russo é um fator planetário objetivo, uma realidade geográfica, humanitária e social real, que reflete a localização geopolítica e global da Rússia. Como se sabe, a Rússia abrange uma parte do espaço europeu e asiático e une-os na Eurásia, incorporando na sua esfera os elementos da cultura europeia e asiática e sintetizando a cultura espiritual de mais alta qualidade antropocósmica.

Ao código genético da Eurásia russa corresponde também um determinado tipo da cosmovisão, que se manifesta de forma concentrada na idéia do novo eurasionismo. Esta idéia existiu sempre, desde o momento de nascimento da Rússia, mas o processo da sua conscientização era patrimônio de um pequeno círculo de pensadores. Infelizmente, esta idéia era mantida no seu verdadeiro sentido ao nível do subconsciente do povo ou assumia formas religiosas inadequadas; ela era esmagada por doutrinas políticas especulativas que vinham de

fora, era menosprezada pelo poder eurocentrista, orientado unilateralmente pelo ocidente.

Atualmente estas doutrinas extinguiram-se e a idéia do eurasionismo emerge renovada para a superfície de autoconsciência das etnias da Rússia. Sujeitos da sua ressurreição, da formação categorial e do arraigamento no solo nacional são representantes da elite científica e espiritual nacional – herdeiros dos eminentes pensadores do eurasionismo filosófico e religioso da Rússia.

Para a Rússia a idéia do novo eurasionismo é a chave da solução do problema da auto-identificação da nação russa não somente no plano geopolítico, mas também humanístico-espiritual, e de desvendamento do mistério espiritual da civilização russa, da sua teleologia e dos fundamentos que formam os seus princípios. Sem isso, ela pode ser considerada apenas epígono ou produto secundário da civilização romano – atlântica. A idéia de eurasionismo russo novo confere à cultura russa novas forças que atraem para o seu campo outras culturas dos povos da Rússia, abre para eles novos horizontes de co-desenvolvimento, de ajuda mútua e de colaboração da gente e dos povos da Rússia, abrindo o potencial de interação na base da conscientização da comunidade do destino histórico.

A idéia do eurasionismo novo no *status de princípio geral do eurasionismo* tem características não somente russas (tendo-se em vista tanto o povo russo propriamente dito, como os povos que habitam a Rússia), mas também globais. O eurasionismo indica a alternativa à absorção de algumas culturas, civilizações e etnias por outras; ele passa a ser uma das idéias-fulcros da formação da futura ordem nova das relações planetárias entre as civilizações, idéia que garante a ecologia de culturas e civilizações e a preservação da multivariiedade étnica e civilizacional. Ao estabelecer isso, o eurasionismo serve na qualidade de fator do desenvolvimento mundial e interpreta o progresso histórico precisamente como via de igualdade de direitos de cada povo, de respeito à sua opção e de enriquecimento mútuo de diversas culturas.

O eurasionismo novo assume o papel de paraninfo, continuador e conservador de grandes tradições humanitárias concionais da cultura russa. Permite superar a eterna polarização nas linhas Este – Oeste e Norte – Sul e abre via para a prosperidade de todas as nações no espaço euro-asiático. O novo eurasionismo encerra um mecanismo único de convergência, concatenação, co-desenvolvimento e co-prosperidade das culturas européia e asiática, o que eleva, vivifica e espiritualiza tradições profundas nacionais, revelando as suas fontes, mostrando a sua unidade e diferença e formando os modos da sua consonância.

O príncipe N.S. Trubetskoy, um dos fundadores do eurasionismo nas décadas de 20 e 30 do século passado, qualificou a essência do eurasionismo como reflexão da comunidade dos destinos do povos que povoam a Eurásia: “No quadro da fraternidade euro-asiática os povos estão ligados um a outro não por uma série de características unilaterais, mas pela comunidade dos seus destinos históricos. A Eurásia é uma unidade geográfica, econômica e histórica íntegra. Os destinos dos povos euro-asiáticos estão entrelaçados, estão entrançados firmemente num novelo enorme, que já não se pode desmanchar...”<sup>10</sup>

Nos planos teórico e prático o novo eurasionismo traz o código genético de toda a cultura euro-asiática, faz pousá-lo no terreno étnico e na realidade civilizacional (“localização” ou “local de desenvolvimento” da civilização) e desta maneira dessacraliza o mistério sagrado do núcleo espiritual dos sistemas civilizacionais, supera, “retira” o reflexo de vedação e predispõe para a abertura, garantindo, ao mesmo tempo, a ausência de conflitos, a preservação e a prosperidade de cada cultura étnica.

Estes traços característicos do euroasianismo divisam-se claramente na cultura da China desde as épocas mais remotas. Eles se refletem, por exemplo, nas idéias confucianas sobre o humanismo, laboriosidade, benevolência, no princípio “não faça a outro aquilo que não deseja para si mesmo”, assim como nos

dez preceitos de Mo -Tsi, como, por exemplo “amor universal e vantagem mútua”, “contra a prodigalidade, pela economia de despesas”, “o forte ajuda os fracos”, “justiça e utilidade (para a sociedade)”, etc.

Atualmente estes preceitos foram encarnados no princípio *yan u*, proclamado nas décadas de 80 e 90 do século XIX (unificação da cultura espiritual e moral perfeita da China com a “tecnologia e maquinaria do além-mar”), no princípio de assimilação criadora da experiência estrangeira – *hua si* (a “chinezização do ocidental”), desenvolvido no começo do século XIX por Sun Yat-sen, e na edificação hoje em dia do “socialismo com especificidade chinesa” na base de abertura, reformas e modernização, ao par da “edificação da cultura espiritual socialista” e da “criação do homem feito do material de alta espiritualidade”.

Tudo isso comprova a objetividade planetária do eurasionismo, o seu caráter global, comprova que muitas idéias do novo eurasionismo não estão alheias à cultura espiritual da China, da Índia e dos outros nossos vizinhos asiáticos e que existe a sua modificação culturoológica nacional.

O novo eurasionismo cria na medição cosmovisional um campo planetário, em que cada cultura concretiza, em primeiro lugar, o seu lugar em relação a outras culturas; em segundo lugar, descobre de novo as suas próprias tradições, o que estimula a atividade da consciência rumo à auto-identificação; em terceiro lugar, o novo eurasionismo obtém, em conformidade com a sua própria natureza, a sua própria via de existência e de desenvolvimento; em quarto lugar, participa juntamente com outras culturas da elaboração do dicionário mental da humanidade; em quinto lugar, todas as culturas obtêm unidade, no quadro da qual se extingue a possibilidade de conflitos entre diversas culturas e se consegue o estado de sinfonia e de diálogo construtivo das culturas que se enriquecem mutuamente.

Neste campo já se realiza e irá aprofundar-se ainda mais o diálogo de verdade entre as culturas russa e chinesa. Da parte da China vem o homem de *alta espiritualidade*, da parte da Rússia,



o portador da espiritualidade do *novo eurasionismo*, e eles é que irão travar diálogo utilizando a linguagem do vocabulário mental da humanidade.

Estamos profundamente convencidos de que a idéia de identidade euro-asiática da situação geopolítica da Rússia e da sua civilização tem uma importância fundamental para o desenvolvimento sadio do país, para garantia da sua integridade e estabilidade interna, porquanto a idéia do eurasionismo leva em consideração as raízes históricas e os componentes internos autóctones, assim como os componentes civilizacionais externos, cuja síntese resultou na formação da cultura russa. Esta última tornou-se fulcro da cultura de todas as etnias que povoam a Rússia. O elevado prestígio da cultura russa fé-lá transmissor e propulsor do incremento e do florescimento das culturas dos demais povos, portadores de outras línguas, que habitam a Rússia, e a língua russa – transmissor do contato entre as línguas e culturas nacionais de todos os povos da Rússia com a civilização mundial e cultura mundial.

Qualquer menosprezo das idéias do eurasionismo resulta na ruptura de vínculos de transmissão entre as culturas pequenas e os povos pequenos da Federação Russa com a cultura mundial, retarda o seu desenvolvimento. Os representantes da elite destas culturas vêm-se forçados a buscar de uma forma consciente ou não a substituição da cultura russa e da língua russa por outros componentes da nossa comunidade e adotar enfoques eurocentristas. Isto estimula a substituição da língua russa e da cultura russa na qualidade de transmissor de culturas dos povos pequenos pela língua inglesa e, respectivamente, a intensificação da influência da cultura americano-européia – alheia a tradições destes povos.

O menosprezo da substância euro-asiática da nossa cultura mina, na realidade, a unidade e destrói o “aro” civilizacional da Rússia, enquanto que o paradigma euro-asiático resulta na coesão dos povos que habitam a Rússia em torno da cultura russa. Foi ainda dos um dos maiores pesquisadores da civilização mundial A.J. Toynbee quem apontou que “os russos

no seu relacionamento com os não russos estão destituídos do sentimento de desprezo a outras nações”. O cientista afirma que “esta tradição russa é realmente benévola e merece admiração”.<sup>11</sup>

O povo russo é fulcro fundamental do sistema estatal russo e nação mais numerosa que tinha desenvolvido uma cultura única e unido sob a sua mão um território enorme. Os russos estabeleceram relações de boa vizinhança, de coexistência e de co-desenvolvimento com mais de 120 nações e grupos étnicos. Os autores da obra fundamental “Doutrina russa” constataam com toda razão: “A cultura russa é cultura sublime de assimilação de valores sociais. Os russos assimilam riquezas culturais de diversas tradições, preferindo não renunciar a nada, nem abjurar nada. Graças a esta qualidade da nossa cultura, na Rússia pode amoldar-se todo o valoroso que a humanidade tinha criado”.<sup>12</sup>

Na opinião dos autores da obra acima mencionada, “a doutrina russa na sua essência é mundial mas está voltada, em primeiro lugar, à própria Rússia”<sup>13</sup> Neste sentido ela é a base de formação de princípios do euroasianismo, é meta ideológica da edificação do sistema estatal, do diálogo interno mútuo entre as culturas nacionais que enriquece todas elas e dentro da civilização russa única. Alguns políticos e autores de obras científicas dedicadas à culturologia preferem não ressaltar o papel de fulcro, desempenhado pela cultura russa e pela civilização russa na formação e no desenvolvimento da civilização russa única.

Mesmo nos casos em que se trata precisamente da cultura russa, da experiências e tradições da civilização russa, eles preferem chamá-la de cultura pan-russa e civilização pan-russa, isto é, cultura e civilização de todos os povos que habitam a Rússia. Esta negligência não é absolutamente algo inofensivo e pode gerar conseqüências absolutamente indesejáveis. Este enfoque acarreta a erosão da identidade nacional do povo russo e avilta o papel histórico da cultura russa e da civilização russa tanto no quadro da Rússia, como no âmbito mundial.

A identificação das culturas propriamente russa e pan-russa, isto é, cultura conjunta de todos os povos que habitam a Rússia, rebaixa o papel das culturas dos outros povos do nosso país, acarreta o menosprezo dos traços e particularidades específicos das culturas dos outros povos que também dão uma grande contribuição para a formação da cultura russa na qualidade de compêndio de traços específicos e de realizações comuns o que gera a sinfonia de multivariada cultural e de desenvolvimento civilizacional de todos os povos da Rússia.

Outrora N.Ia. Danilevsky apontou oportunamente: "Tanto a verdadeira modéstia, como verdadeiro orgulho não permitem à Rússia considerar-se Europa... Somente os "parvenu", que desconhecem a modéstia e o orgulho nobre, cuidam de ombrear-se ao círculo, tido por eles por superior; as pessoas que conscientizam a sua dignidade continuam no seu círculo, sem o considerar (em hipótese alguma) humilhante para si, mas procuram enobrecê-lo de modo que ninguém possa invejar coisa alguma".<sup>14</sup>

Todavia, a recordação da história contraditória da Rússia czarista não permite incidir em outro exagero, quando tudo que havia de positivo na nossa história era proclamado eslavo. O já mencionado N.Ia. Danilevsky referiu a Rússia como "Europa perfilhada"<sup>15</sup>, exortando recordar a contribuição dos outros grupos étnicos na identidade russa. Precisamente o apoio neste ponto de vista permite definir a auto-identidade da etnia russa, do Estado russo e das suas elites.

A "sinonimização" dos conceitos da cultura russa, propriamente dita, e da cultura comum de todos os povos que habitam a Rússia na mídia e na prática estatal – resultado da negligência ou da ignorância do funcionalismo público – dá motivo aos representantes de outras nações acusar as personalidades da cultura russa e a grande cultura russa da falta de respeito para com culturas dos outros povos, não russos, que habitam a Rússia. É assim que intelectuais russos, personalidades da cultura e patriotas que amam o Estado russo, acabam sendo culpados sem ter culpa alguma.

A cultura russa e a cultura geral dos povos da Rússia adotaram e desenvolveram de uma maneira criativa muitas realizações das culturas ocidentais e orientais, o que lhes permitiu elaborar um sistema de valores civilizacionais, capaz de se tornar no processo de interação com outras civilizações orientais uma alternativa construtiva à ideologia agressiva e destruidora de “westernização” geral. Este sistema de valores é capaz de dar a sua contribuição para a harmonização do mundo, criar condições para a preservação e prosperidade da multivariada de culturas e civilizações e para a evolução do diálogo construtivo entre elas.

Ao falar da auto-identificação da Rússia e dos seus povos não se pode deixar de levar em consideração os fatores geopolíticos. É que dois terços do território da Rússia correspondem à Sibéria e ao Extremo Oriente. Além dos russos e dos outros povos eslavos, afins dos russos, no território da Rússia vivem ainda mais de cem grandes nações e grupos étnicos, incluindo dezenas de povos autóctones da Sibéria e do Extremo Oriente que de maneira alguma podem ser “incorporados” na Europa sem enveredar pela via viciosa de westernização ou da concepção, já falida, do multiculturalismo.

Os países e povos asiáticos atribuem a Rússia à cultura europeia, enquanto que os europeus, especialmente os do oeste da Europa, encaram-na de preferência na projeção asiática. Todavia, nenhum destes pontos de vista oferece noção completa da identidade da cultura geral dos povos da Rússia e, especialmente, da cultura propriamente russa. A ignorância da substância euro-asiática da posição geopolítica da Rússia e da sua identidade civilizacional, o predomínio do eurocentrismo na ideologia e na política e as tentativas de apresentar todo o território da Rússia como espaço da “Grande Europa” – tudo isso gera contradições no desenvolvimento do país e resulta em vacilações permanentes na sua política, mina a coesão internacional dos russos e dos outros povos da Rússia, acarreta a erosão da identidade da cultura e debilita a posição da Rússia no palco mundial.

Um exemplo ilustrativo disso é a não participação da Rússia (pelo menos até há pouco) do diálogo dos líderes da Europa e Ásia em alguns fóruns políticos mais importantes. Os representantes dos países ocidentais supõem que são os países asiáticos que devem recomendar a Rússia na qualidade de participante dos diálogos, pois a maior parte do território russo se encontra na Ásia. Mas os países asiáticos alegam que a Rússia insiste permanentemente em ser uma potência europeia, considerando, portanto, que ela deve ser apresentada por Estados europeus.

Infelizmente, a política interna da Rússia também não primava, desde a época do imperador Pedro I, pela coerência na solução de questões da identidade geopolítica e civilizacional do país e da sua cultura. O imperador Pedro I empurrava a Rússia para a Europa. Na época soviética V.I. Lênin e alguns dos seus adeptos mais próximos exortavam a lutar contra os componentes asiáticos da política e da cultura russas (contra o chamado “asiatismo”). Tudo isso reforçava o domínio do eurocentrismo na política do país, rebaixando, em particular, a importância de raízes autóctones russas e eslavas e dos componentes da civilização russa. Até agora estas tendências manifestaram-se e manifestam-se na política prática no fato de que o eurocentrismo predomina em tudo e já obteve uma forma econômica e política concreta:

- na concentração dos meios básicos e dos objetivos estratégicos na parte europeia e na transformação de Moscou em supermonopolista na esfera de recursos financeiros e outros do país;
- na transformação “de facto” de enormes regiões orientais, detentoras de recursos ricos, numa quase-colônia peculiar da parte europeia do país. A Sibéria e o Extremo Oriente foram e continuam reduzidos à condição de fontes de recursos que se fornecem através do intercâmbio não equivalente ou, inclusive, sem nenhum intercâmbio, sem devida compensação para o desenvolvimento e incremento de regiões orientais;
- no desenvolvimento unilateral disforme das regiões do Leste Russo. A orientação da economia pela produção de matérias-

primas passou a predominar nestas regiões. Apenas na década de 30 do século passado e especialmente durante a Grande Guerra Patriótica a Sibéria recebeu grandes empresas industriais, transferidas da parte europeia, assim como objetos de cultura e de ciência. Aliás, mesmo antes disso no Extremo Oriente e no Leste e Oeste da Sibéria tinham surgido gigantes industriais, como, por exemplo, o Conjunto Siderúrgico de Kuznetsk e várias empresas de maquinaria e equipamentos. No tocante à mão-de-obra, utilizada no desbravamento da região, um importante papel foi desempenhado pelo trabalho forçado e por campos de GULAG, isto é, “Administração Central dos Campos (de concentração)”. Isso atribuiu a esta região uma imagem pouco atraente, que se conserva por inércia mesmo hoje;

– no agravamento de contradições dentro da cultura russa e da civilização em geral. A pressão da “westernização” fez com que os traços nacionais da cultura russa e da cultura das outras nações se apagassem diluindo-se nas tradições civilizacionais e religiosas estrangeiras, nos modelos de cultura de massa europeia e americana – alheia e de baixo quilate. Mais: em fins do século XX a cultura e a civilização russa foram rebaixadas a tal ponto que ao nível político foi formulada a “tarefa de ingresso na civilização mundial”, o que significava, na realidade, a marginalização da cultura russa.

Ainda em meados do século XVIII, quando o Estado russo centralizado se consolidava em forma do Império Russo, M.V. Lomonosov, fundador da ciência e do sistema educacional russo e reformador da língua russa, formulou pela primeira vez o conjunto de três tarefas estratégicas que o Estado Russo devia resolver a fim de garantir o desenvolvimento normal e estável e desempenhar o papel que lhe tinha sido conferido pela história. Estas três tarefas programáticas reduzem-se ao seguinte.

Em primeiro lugar, “o poderio russo vai crescer à custa da Sibéria e do Oceano do Norte e irá atingir os principais povoados europeus na Ásia e na América”.<sup>16</sup>

Em segundo lugar, “quando....a via desejada pelo Oceano do Norte, que leva para o leste, for aberta, então será possível

consolidar e estender o poderio russo no este, juntando à via marítima a via terrestre através da Sibéria, até o litoral do Oceano Pacífico”.<sup>17</sup>

Em terceiro lugar, o grande cientista considerava que uma das tarefas-chaves do poder russo consistia em “resguardar” e “multiplicar o povo russo” no mínimo por um milhão de recém-nascidos por ano. Ao mesmo tempo, considerava muito importante o estabelecimento de boas relações entre a população russa e os povos autóctones da Sibéria e do Extremo Oriente.

Passaram-se mais de 250 anos, mas as três tarefas estratégicas, formuladas por M.V. Lomonossov na qualidade de condições do desenvolvimento bem-sucedido da Rússia, continuam, assim como antes, sem solução e excepcionalmente atuais.

Mais tarde, as inteligências mais lúcidas da Rússia também ressaltaram reiteradas vezes a importância excepcional de desenvolvimento e de desbravamento da Sibéria e da solução de tarefas acima mencionadas. Na ocasião ressaltava-se à parte que os políticos e toda a elite russa deviam conscientizar a realidade geopolítica – a situação geográfica euro-asiática muito incomum da Rússia, e sublinhava-se a importância de utilização do fator internacional – a cooperação com os nossos vizinhos do Extremo Oriente na exploração da Sibéria e do Extremo Oriente. Uma atenção especial dedicava-se na ocasião à necessidade de consolidar a interação, a compreensão mútua e, inclusive, as relações de aliança com a China.

O grande cientista e patriota russo D.I. Mendeleev na sua obra “Pensamentos Recônditos” colocava uma tônica especial precisamente na importância da colaboração russo-chinesa. Apontava que esta colaboração tem uma importância transcendente para a criação de condições favoráveis de co-desenvolvimento dos nossos países. O cientista escreveu: “A China, que sempre foi originalmente autônoma, pode crescer ainda mais e para nós isso será tanto mais vantajoso, quanto mais estreita for à esta altura a nossa amizade com os chineses”.<sup>18</sup>

Ao ressaltar a importância da cooperação russo-chinesa para a estrutura do mundo em geral, D.I. Mendeleev apontava: “A aliança

da Rússia com a China será precursor da aliança mundial geral já pela simples razão de que ela irá incorporar mais de um terço de todos os homens e não poderá ter outra forma senão puramente pacífica e protetora, tanto mais que ambos os aliados têm toda uma infinidade de problemas internos prementes e tantos recursos, que nenhum outro par de Estados possui. Além disso, ambos os aliados, a Rússia e a China, não querem, nem estão habituados a ameaçar com punhos cerrados”.<sup>19</sup>

Durante o primeiro quinquênio depois do desmoronamento da União Soviética a política russa adquiriu nas esferas econômica, humanitária e outras uma orientação pró-ocidental disforme e unilateral. As conseqüências destruidoras desta guinada são conhecidas e não requerem comentários pormenorizados. A correção gradual desta guinada unilateral grave começou na época curta em que o governo russo era dirigido pelo premiê E.M. Primakov. A seguir esta tendência teve desenvolvimento e consolidação gradual no mandato V.V. Putin. Os resultados positivos deste curso – a consolidação da estabilidade interna na Rússia e da sua situação internacional – são uma prova patente do caráter construtivo da orientação euro-asiática.

Na nossa opinião, qualquer concepção estratégica de desenvolvimento da Rússia, tanto do país em geral, como de uma das suas regiões, não pode deixar de levar em consideração e deve ter em conta a essência geopolítica euro-asiática da nossa civilização. Por isso, os planos de desenvolvimento econômico e social da Federação Russa até o ano de 2030 e os programas regionais de fomento a longo prazo devem ter como base o paradigma do eurasionismo.

A concepção da Rússia como potência euro-asiática requer uma reforma séria do atual sistema de gestão da economia e mudanças profundas nas formas e métodos de gestão das regiões a partir do centro.

Em primeiro lugar, o monocentrismo político rígido, imposto pela existência de espaços enormes e do separatismo, que surge nas regiões, e pelo papel de fatores regionais, deve



ser combinado, no entanto, com a consideração necessária da peculiaridade geográfica, cultural e social das regiões prevendo no plano econômico um importante potencial de autonomia regional e o direito das regiões ao auto-aperfeiçoamento criativo e a mudanças, deve prever o direito de adaptar as instruções gerais que vêm do centro a condições locais.

Em segundo lugar, a verdadeira solução das tarefas de desenvolvimento da Rússia na qualidade de potência euroasiática requer uma reforma séria do seu sistema administrativo e econômico e a ampliação de estruturas administrativas. A experiência de fomento econômico dos países mais evoluídos do Ocidente, dos EUA e do Japão, assim como, da China, oferece um exemplo de repartição das funções de gestão dos processos de desenvolvimento econômico entre a capital e os centros regionais.

Na América o centro político é Washington, mas os centros econômicos possuem importantes direitos na autogestão e na solução de problemas econômicos. Trata-se de Nova Iorque, Filadélfia e Atlanta na costa leste; de Chicago, Detroit e Kansas-city, no centro do país e de São Francisco, Los Angeles e São Diego na costa oeste. O centro político e econômico da China é Beijing mas a capital compartilha os direitos econômicos de gestão com os maiores centros econômicos e culturais – Xangai, Shěnyáng, Harbin, Changchun, Tiānjīn, Chóngqìng, Wuhan, Guǎngzhōu, Tàiyuán, Xī'ān e Ürümqi. No Japão, além de Tóquio, que é a capital, importantes centros de desenvolvimento econômico são Osaka, Quioto, Sapporo e Niigata. Na Alemanha as “alavancas” econômicas estão distribuídas entre Berlim, Hamburgo, Francoforte, Munique, Dusseldorf, Colônia, Leipzig, etc.

Infelizmente, na Rússia o centro que exerce domínio absoluto não somente no plano político, mas também econômico e em todos outros, é Moscou. Falando a propósito, é aí que estão concentrados os principais fluxos monetários. Outras regiões importantes, incluindo São Petersburgo, chamada segunda capital do país, desempenham neste plano

um papel tão somente secundário. Quanto aos grandes centros dos Urales, Sibéria e Extremo Oriente, a sua importância é limitada num grau ainda maior à atividade estritamente econômica numa determinada área. Os bancos da Sibéria e do Extremo Oriente não podem desempenhar devido papel na estimulação, investimento e incremento socioeconômico destas regiões por força da escassez dos meios financeiros à sua disposição, e são frequentemente reduzidos ao papel de grandes pontos de câmbio de âmbito regional.

A fim de resolver de uma forma mais eficiente os problemas de desenvolvimento socioeconômico da Sibéria e do Extremo Oriente vale a pena analisar futuramente a possibilidade de ampliação das regiões mediante a sua fusão, ou seja, mediante a criação de três centros supra-regionais de gestão não somente econômica, mas também política na Sibéria Ocidental, no Leste da Sibéria e no Extremo Oriente. A julgar por tudo, este trabalho deve ser coordenado por um estadista prestigioso, ao nível do primeiro vice-premiê.

Nos EUA, Japão, Austrália, Canadá e em alguns países latino-americanos existem estruturas estatais e ministérios especiais encarregados de regular o desenvolvimento das regiões atrasadas. Por exemplo, no Japão existia durante muito tempo o ministério do desenvolvimento de Hokkaido. Atualmente na Rússia existe a estrutura de representantes do presidente nas regiões. É uma decisão justa mas ela requer o ulterior aperfeiçoamento tanto no plano político-administrativo, como financeiro.

O paradigma do eurasionismo russo atual reflete as particularidades do desenvolvimento geopolítico e civilizacional do nosso país e não está atrelado de forma alguma a qualquer orientação pró-ocidental ou pró-asiática. Pelo contrário, precisamente a implantação do eurocentrismo é que mina as posições internacionais da Rússia relegando-a, na realidade, ao papel de parceiro inferior do Ocidente e seu apêndice – fornecedor de matérias-primas.

O neoeurasianismo é alternativa ao eurocentrismo e à westernização vulgar não somente no plano de consolidação

interna da Rússia na qualidade de Estado multinacional, mas também no plano internacional, pois impede o nivelamento de culturas nacionais e as concepções de unipolaridade, criando bases teórico-ideológicas, políticas e civilizacionais (em primeiro lugar, civilizacionais e culturais) de formação do mundo policêntrico e de prosperidade da civilização mundial na qualidade de sinfonia de culturas multivariadas.

Mais tarde o tema de pluralidade de vias de desenvolvimento passou por um certo tempo para o segundo plano – o triunfo do Ocidente depois do desmoronamento da União Soviética gerou a ilusão de onipotência do modelo euro-americano e a crise financeira de 1998 na Ásia pôs em dúvida a vitalidade dos “milagres econômicos” da Ásia Oriental. Entretanto, hoje a China, que tinha conservado nas condições da crise mundial um ritmo excepcionalmente alto de crescimento, demonstra que a consecução de objetivos de desenvolvimento e de modernização não está mais atrelada à cópia de receitas ocidentais.

A crise econômico-financeira mundial, que tinha eclodido durante a primeira década do século XXI, adquiriu um caráter sistêmico. A crise pôs a nu a inconsistência das teses básicas dos partidários do liberalismo que procuravam forçar o mundo inteiro a acreditar na “onipotência” do mercado, que seria supostamente capaz de garantir “ele próprio”, sem qualquer intromissão do Estado, o crescimento econômico e a prosperidade. Agora os governos dos principais países ocidentais não poupam forças e recursos a fim de impedir a recessão profunda das suas economias e agilizar os ritmos de restabelecimento.

A crise tornou evidente a estreiteza do modelo ocidental e o perigo da política de “westernização geral” para os países que pertencem a outras culturas. Problemas graves na economia mundial serviram de estímulo para rever a tese da “universalidade” dos valores ocidentais. A crise fez lembrar à humanidade que as raízes dos conflitos dramáticos das duas últimas décadas estão não somente nas operações militares do Ocidente, com os EUA à testa, no Afeganistão, Iraque, Líbia e

Síria, mas também nas tentativas insistentes e ameaças por parte do Ocidente de resolver por meio do uso da força os seus litígios com o Irão e com a República Popular Democrática da Coreia. Uma das razões de surgimento de todos estes focos de tensão é também a falta da vontade e a incapacidade do Ocidente de respeitar os valores civilizacionais e culturais dos outros países, o seu modo de vida e a sua via de desenvolvimento. O exemplo mais recente de manifestação desta política são acontecimentos na Ucrânia.

As afirmações do Ocidente de que seria possível criar a estabilidade global nas condições do mundo monocêntrico e do predomínio de uma só superpotência foram acompanhadas pelas considerações de que o choque entre os sistemas oriental e ocidental de valores e civilizações seria um fenômeno natural e inevitável. Estes teóricos e os políticos, inspirados por eles, estavam convencidos firmemente de que a civilização euro-atlântica e americana dispunha da supremacia indiscutível e universal e da perfeição universal, chegando a identificá-la com a civilização mundial. Os acontecimentos no Iraque e no Afeganistão evidenciaram que a coligação ocidental pode derrubar à força das armas o poder que não lhe convém em outro país.

A crise fez lembrar também o quanto são estreitos os laços que ligam os países do mundo moderno. É impossível resolver sozinho um problema de tamanha envergadura. A lição que se deve tirar da crise é a afirmação da idéia de que todos os países e povos devem colaborar a fim de superar em conjunto as conseqüências graves e destruidoras da crise. O papel proeminente que a China, Índia e alguns outros países não europeus desempenham na manutenção do desenvolvimento da economia mundial mostrou com clareza a importância e a necessidade de estabelecimento do diálogo construtivo entre as civilizações do Leste e do Oeste.

Convém recordar por este motivo que o próprio autor da concepção de “choque de civilizações” constatava: “No fim do século vinte a concepção da civilização universal

ajuda a justificar o predomínio cultural do Ocidente sobre outras sociedades, estabelecendo, ao mesmo tempo, que estas sociedades devem copiar as tradições e instituições ocidentais. O universalismo é ideologia adotada pelo Ocidente a fim de confrontar as culturas não ocidentais”.<sup>20</sup>

Várias décadas antes de C. Huntington Lev Gumilev formulou explicitamente a mesma idéia da seguinte maneira: “A experiência histórica demonstrou que enquanto se conservava o direito de cada povo de ser o que é, a Eurásia unida resistia com êxito à pressão da Europa Ocidental, da China e dos muçulmanos. Infelizmente, no século XX nós renunciámos a esta política sadia e tradicional para o nosso país e começamos a guiar-se por princípios europeus, ou seja, tentamos fazer com que todos sejam iguais. E quem é que quer ser semelhante a outro? A implantação mecânica das tradições de conduta da Europa Ocidental nas condições da Rússia deu pouco de bom e isso não é de estranhar”.<sup>21</sup>

Durante o último século a Rússia enfrentou vários desafios sérios. Em alguns casos ela ficava muito debilitada, em outros obtinha chance de buscar novas vias de ressurreição reunindo de novo a sua gente e as suas terras. Os povos da Rússia fizeram sacrifícios enormes para superar esses desafios. Foi isso que ocorreu na época da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro e Guerra Civil que se seguiram a esta guerra. A União Soviética, que tinha surgido depois da revolução de 1917, edificou um Estado potente novo. Em princípios da década de 40 do século passado a Alemanha fascista lançou um desafio mortal à União Soviética. Os povos do País dos Soviéticos, inspirados pelo heroísmo e abnegação do povo russo, saíram vencedores na Grande Guerra Patriótica, salvaram a humanidade da peste fascista e ajudaram a derrotar o militarismo japonês.

Na onda de euforia que se seguiu ao desmoronamento da União Soviética em 1991, o Ocidente proclamou-se “vencedor” e apresentou “de facto” um ultimato à Rússia. Z. Brzeziński, um dos principais ideólogos da luta contra a Rússia na qualidade de sujeito da história mundial, expunha detalhadamente nas suas

obras as pretensões e exigências que o Ocidente apresentava à Rússia e formulou as regras de “conduta civilizada” que, de acordo com a sua opinião, a Rússia devia seguir. Fez desenhos de roteiros, esquemas e mapas geográficos dos novos países que deviam surgir, de acordo com os seus cálculos, depois do desmoronamento da potência russa única.<sup>22</sup>

Brzeziński qualificou o espaço da Eurásia, em que se encontrava a União Soviética e onde está localizada atualmente a Rússia de “prêmio geopolítico principal para a América”<sup>23</sup>

A desagregação da União Soviética, a pressão enorme do Ocidente sobre a Rússia, a sua intervenção aberta e cínica nos assuntos internos do Estado Russo soberano e uma verdadeira expansão cultural da chamada “cultura de massa” acarretaram erosão perigosa da identidade estatal e civilizacional da Rússia e dos seus cidadãos. Atualmente o nosso país enfrenta uma questão crucial: “O que é a Rússia e qual é a via do seu desenvolvimento?”

A resposta pode ser encontrada somente através da inteligência criativa da nossa história multissecular e extração das lições do passado, mediante uma análise objetiva das condições internas e externas, tanto favoráveis como desfavoráveis, para o desenvolvimento do nosso sistema estatal e da nossa civilização. Na ordem do dia constam as tarefas de conscientização da realidade geopolítica e civilizacional euro-asiática da Rússia no contexto de determinação da estratégia de ascenso do país, de desenvolvimento da sua economia e cultura. Estas tarefas devem ser resolvidas no quadro de *manutenção de boas relações de colaboração e de interação com todos os Estados do Leste e do Oeste nas condições de globalização*. Os princípios do novo euroasianismo devem vir a ser base metodológica e ideológica da estratégia a longo prazo de desenvolvimento e beneficiamento da Rússia como um Estado multinacional único e uma parte inalienável da sua doutrina de política externa. Estes princípios são pedra angular de garantia da segurança do nosso país, da preservação da sua integridade territorial e da consolidação da sua soberania e prestígio no palco internacional.

É impossível discordar da opinião de L.N. Gumilev, eminente cientista russo e teórico do novo eurasionismo: "Vou dizer-lhes em segredo: a Rússia pode ser salva somente na qualidade de potência euro-asiática e somente através do eurasionismo."<sup>24</sup> Mas é preciso ter em conta que na mesma entrevista, que o cientista tinha concedido na véspera da sua morte e que se tornou o seu testamento científico, está formulada também a sua famosa "tese euro-asiática": "É preciso buscar nem tanto os inimigos, eles já não faltam, é preciso buscar amigos – é este o valor mais importante na vida. Precisamos também buscar aliados sinceros. Pois bem, os turcomanos e os mongóis podem ser aliados sinceros, enquanto que os ingleses, franceses e alemães, estou convencido, podem ser apenas exploradores engenhosos"<sup>25</sup>

Nas condições do dia de hoje, quando para a existência e desenvolvimento da integração euro-asiática tem uma importância vital a sua conjugação com os processos de integração na região Euro-Atlântica e na Região Asiático-Pacífica, importa, todavia, não absolutizar esta tese, especialmente na sua interpretação política aplicada. Temos impressão que foi, infelizmente, esta a via que A.G. Duguin seguiu ao ressaltar que "os euro-asiáticos chegaram de perto à lei básica da geopolítica que afirma que *“entre a meta-civilização euro-asiática, cujo núcleo é a Rússia, e a comunidade atlântica do Ocidente, existe desde início uma contradição indelével. Uma contradição que torna impossível qualquer síntese positiva ou uma aliança estratégica viável. Temos neste caso uma oposição clara: nós ou eles”*.<sup>26</sup>

O princípio que corresponde mais ao verdadeiro espírito de neoeurasionismo positivo seria antes "quem não está contra nós, está conosco". A observância dos princípios fundamentais do diálogo em pé de igualdade, de colaboração e de co-desenvolvimento nas condições de manutenção das relações com os países vizinhos e distantes ao nível da diplomacia estatal e popular vai garantir à Rússia condições externas favoráveis. Será contribuição russa para a edificação de um mundo policêntrico

e para o desenvolvimento de um diálogo construtivo entre as civilizações na qualidade de contrapeso a diversas doutrinas de “choque de civilizações” e de “fim da história”.

A história dos dois últimos séculos demonstra que quaisquer tentativas da política russa de atuar inclinando-se para um só lado, quer seja para a Europa ou para o Leste, acarretam inevitavelmente o desequilíbrio do fundamento da sociedade e minam as bases da identidade cultural dos povos, privando, ao mesmo tempo, o país da flexibilidade na tomada de decisões-chaves do seu futuro. Apenas a conscientização da integridade indestrutível dos dois aspectos mais importantes da identidade do Estado, isto é, dos aspectos ocidental e oriental, permite à Rússia avançar firme e estavelmente.

O bem-estar interno e internacional da Rússia exige a observância coerente do princípio de equilíbrio e de atenção igual para com os azimutes ocidental e oriental da política interna e externa. Por outras palavras, é preciso seguir inexoravelmente o princípio de identidade geopolítica euroasiática da Rússia, cuja expressão simbólica é a águia bicéfala do atual brasão de armas da Rússia.

Ainda na segunda metade da década de 90 do século passado M.L. Titarenko contestava decididamente no seu livro “A Rússia face a face com a Ásia” as proposições dos que se empenhavam em “enterrar” a Rússia, dividir o seu território em diversos “feudos”, negar a originalidade da civilização russa e considerar a westernização da Rússia como algo inevitável e necessário para a incorporação dos países numa certa “civilização mundial”. “Outra via não existe”, proclamavam eles, pois na sua opinião o mundo enfrentava o choque das civilizações. Porém, o autor da referida obra afirmava que “outra via, sim, existe”: “Ela consiste na ressurreição da Rússia através da ressurreição da autoconsciência nacional dos seus cidadãos, de todos os seus povos e grupos étnicos, na consolidação nesta base da sua colaboração, entendimento mútuo e da sua amizade a fim de concentrar os seus esforços no desenvolvimento da economia, cultura, educação e ciência nacional. Por outro lado é preciso



conservar incansável e cuidadosamente as raízes nacionais da cultura, pois somente neste caso a Rússia democrática ressuscitada vai afigurar-se diante do Ocidente não como um cego miserável ou o seu epígono ordinário, mas, sim, na qualidade de parceiro sólido, que merece respeito dos outros países, quer se trate da Europa ou Ásia, África ou América.”<sup>27</sup>

A idéia de identidade euro-asiática da situação geopolítica da Rússia e da sua civilização tem uma importância fundamental para o desenvolvimento sadio do país e garantia da sua integridade e estabilidade interna.

Somente uma Rússia, que se estriba no paradigma euro-asiático – fulcro da unidade e da interação das civilizações – é capaz de resolver os problemas de ressurreição, de preservação da sua integridade territorial, de elevação das culturas de todos os povos que a habitam e de florescimento da cultura russa.

Somente uma Rússia que se estriba no seu paradigma euro-asiático é capaz de desempenhar um importante papel e interagir no quadro de estruturas internacionais como a “Organização de Colaboração de Xangai”, “Rússia, Índia, China” e BRICS, travar diálogo no quadro da “Organização Asiático-Pacífica de Colaboração Econômica”, no fórum regional da “Associação de Estados do Sudeste da Ásia para segurança” e do fórum “Ásia – Europa”, participar ativamente das conferências de interação e de medidas de confiança na Ásia e nas reuniões de cúpula do Leste da Ásia. Somente na plataforma de euroasianismo a diplomacia russa poderá trabalhar com o máximo de eficiência no quadro da “Organização de Colaboração de Xangai” e da “Organização Asiático – Pacífica de Colaboração Econômica” e dar a sua contribuição para a superação das linhas divisórias na região Asiático-Pacífica e para o estabelecimento da cooperação em pé de igualdade no quadro de “G 20”.

Somente a Rússia, na sua qualidade de potência euro-asiática é capaz de conseguir o reconhecimento da igualdade de direitos e da vantagem mútua nas suas relações soberanas com a União Europeia e com os EUA, estabelecer relações com novas economias emergentes e integrar-se nas estruturas regionais.

Os aspectos geopolíticos e geoeconômicos da integração euro-asiática tornam perfeitamente atual a observação de V.V. Putin de que “um sistema economicamente lógico e equilibrado de parceria entre a Aliança Euro-Asiática e a União Europeia é capaz de criar condições reais para a alteração da configuração geopolítica e geoeconômica de todo o continente e teria indubitavelmente um efeito global positivo”.<sup>28</sup>

É igualmente importante ter em mente a necessidade de conjugar a integração euro-asiática com os processos integracionais na região Asiática- Pacífica que se transforma em centro da economia e política mundial. Dèng Xiàopíng gastou vários anos a fim de purificar e libertar a consciência dos dirigentes e de toda a parte ativa da China dos dogmas maoístas do “socialismo pobre”. Da mesma maneira o verdadeiro desenvolvimento e prosperidade da Aliança Econômica da Eurásia, a sua colaboração multilateral e co-desenvolvimento sinérgico com o “Cinto Econômico da Rota de Seda” pode ter como base apenas o fundamento civilizacional da identidade euro-asiática e pacífica da Rússia. Isso requer a superação do paradigma eurocentrista, ou, por outras palavras, a assimilação criativa por uma grande parte da elite política e de negócios da identidade que seja precisamente identidade euro-asiática e pacífica, requer a libertação e reeducação ideológica da parte mais consciente da sociedade russa.

A Rússia euro-asiática não impõe a ninguém as suas concepções e o seu modo de ação. O nosso país está aberto para o diálogo construtivo com os representantes das culturas do Leste e do Oeste. A preservação e o desenvolvimento da identidade euro-asiática da Rússia vai contribuir para a consolidação interna do país, para o fortalecimento da sua integridade territorial e fará a Rússia parceiro seguro e prospectivo para todos os países do mundo.

Portanto, hoje pode-se afirmar de pleno direito que o conceito tradicional do eurasionismo é insuficiente, é preciso dar-lhe uma definição nova, um novo “aparelho” conceptual. Isto permitirá modernizar a identidade nacional do povo

multinacional da Rússia e prosseguir na sua formação na base da polifonia, co-desenvolvimento, síntese de tudo que há de melhor no mundo e conscientização adequada das nossas possibilidades e perspectivas.

1. *Putin Vladimir*. Taquigrama da intervenção durante o encontro com os militantes de base do partido “Rússia Unida”. Moscou. 24 de abril de 2012. Citação da <http://eurasian-movement.ru/archives/2136>
2. *Pivovarov E.I.* Língua russa e mundo russo como fatores do diálogo sociocultural no espaço pós-soviéticoII Reunião plenária “Diálogo das culturas e parceira das civilizações: formação da cultural global”. Citação da : [http://www.lihachev.ru/pic/site/files/lihacht/2010\\_Coletânea/Volume\\_1\\_2010/000\\_Reunião plenária /056\\_E.I.Pivovarov.pdf](http://www.lihachev.ru/pic/site/files/lihacht/2010_Coletânea/Volume_1_2010/000_Reunião%20plenária/056_E.I.Pivovarov.pdf)
3. Este termo específico foi introduzido por P.N. Savitsky. L.N. Gumilev utilizou-o e desenvolveu de bom grado nas suas obras. Citação da: *Gumilev L.N.* Ritmos da Eurásia: épocas e civilizações. M., 1993, página 10.
4. *Idem*. P. 10.
5. O professor S.B. Lavrov apontava com razão: “Os euro-asiáticos lutavam pela preservação da originalidade das etnias, mas jamais pelo nacionalismo estreito”. Citação da: *L.B.Gumilev*. Obra citada.
6. Cultura espiritual da China: Enciclopédia em seis volumes / Redator-chefe – M.L. Titarenko. Volume 1. M., 2006. P. 284-285, 462-464.
7. Mais detalhadamente ver.: *V.L. Titarenko*. Rússia face a face com Ásia. M., 1998. P. 5-10, 13-79.
8. *G. Vernadsky*. Traçado da história russa. M.: Algoritmo, 2007. P. 16.
9. *N.S. Trubetskoy*. Herança de Gengiscão. M.: Exmo, 2007. P. 291.
10. *N.S. Trubetskoy*. Europa e humanidade. Sofia, 1920.
11. *A.J. Toynbee*. Civilização perante o tribunal da história . M., 2002. P. 226.
12. Doutrina russa (Projeto Serguievsky) / Sob a redação de A.B. Kobakov e V.V. Averianov. M., 2008. P. 29-30.
13. *Idem*. P. 29.
14. *N.Ia. Danilevsky*. Rússia e Europa. Sinopse das relações culturais e políticas entre o mundo eslavo e mundo romano-germânico.. M.: Instituto da civilização russa, 2008. P 76.
15. *Idem*, C. 81.
16. *M.Lomonossov*. Apontamentos da história russa. M., 2003. P. 392.
17. *Idem*. P. 388.
18. *D. Mendeleev*. Pensamentos recônditos. M., 1995. P. 375.
19. *Idem*. P. 376.
20. *S. Huntington*. Choque das civilizações. M.: ACT, 2003. P. 90-91.
21. *L. Gumlev*. Da Rússia antiga até a Rússia atual. Esboços da história étnica. M.: Airis Press, 2008. P. 292.

22. Ver.: *Z. Brzeziński*. Grande Tabuleiro de Xadrez. M., 1998. P. 64, 108-148, 239-240; *Z. Brzeziński*. Opção: Domínio mundial ou liderança global. M., 2006.
23. *Z. Brzeziński* Grande Tabuleiro de Xadrez... P. 43.
24. *N.L. Gumilev*. Obra citada. P. 31.
25. *Idem*. P. 13.
26. *A.G. Duguin*. Eurasionismo: da filosofia para a política // Fundamento do eurasionismo. M.; Arktogoeia-centro; 2002. P. 17.
27. *M.L. Titarenko*. Rússia face a face com Ásia. M., 1998. P. 6. Estas idéias tiveram o ulterior desenvolvimento e enriquecimento nos livros: *M.L. Titarenko*. China: civilização e reformas. M., 1999; *M.L. Titarenko*. Rússia. Segurança através da colaboração: vetor leste-asiático. M., 2003; *B.N. Kuzik., M.L. Titarenko*. Rússia – China 2050: estratégia de co-desenvolvimento. M., 2006; *M.L. Titarenko*. Importância geopolítica do Extremo Oriente. Rússia, China e outros países da Ásia. M., 2008.
28. *Putin Vladimir*. Novo projeto integracional para a Eurásia – futuro que nasce hoje. Izvéstia, 3 de outubro de 2011 // <http://izvestia.ru/news/502761>

**Palavras – chaves:** eurasionismo, neoeurasionismo, cultura russa e dos povos da Rússia em geral, cultura de massa, concepção de “choque de civilizações”, globalização.

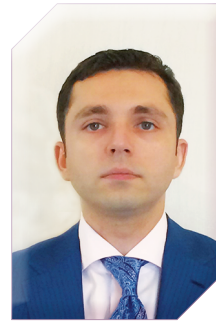


## Direitos humanos no judaísmo e na tradição do direito hebraico



**Valeri Vorobev**

Embaixador  
Extraordinário e  
Plenipotenciário da  
Federação Russa no  
Reino de Marrocos  
ambrusmaroc@inbox.ru



**Roman Iliev**

Analista  
independente  
Iliev.moscow@  
gmail.com

O aperfeiçoamento do mecanismo de garantia de direitos e liberdades jurídico-constitucionais da personalidade afigura-se atualmente como uma das tarefas mais essenciais. Esta tarefa tornou-se especialmente atual nas últimas décadas quando, por um lado, aumentou substancialmente o número de países, em cuja legislação e na prática de aplicação de normas legais o tema de direitos e liberdades do homem e do cidadão desempenha um importante papel, e, por outro, existem desafios sem precedentes, lançados por estruturas terroristas, especialmente por organizações do tipo “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” e frente “Vitória” (conhecida no nosso país como “Jabhat an-Nusra”). Foram precisamente elas que agravaram em grande parte a tensão, já grande, que existia tradicionalmente no mundo entre a defesa dos direitos humanos e interesses e necessidades da segurança.

A atual concepção de direitos do homem e do cidadão não pode ser compreendida na íntegra sem o conhecimento das fontes de formação desta definição, conscientizando-se que os direitos e liberdades do homem pertencem a cada indivíduo,

enquanto que os direitos e liberdades do cidadão, apenas a pessoas que são cidadãos de um Estado concreto.

A atual concepção dos direitos e liberdades do homem foi formulada por grandes pensadores dos séculos XVII – XVIII e foi exposta em vários documentos, como, por exemplo, a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, de 1776, e Declaração dos Direitos só Homem e do Cidadão, adotada em 1789 na França.

Todavia, impõe-se a questão: será que o conceito de “direitos e liberdades” é uma invenção exclusiva do século XVIII? É que a menção destes conceitos pode ser encontrada também nos documentos mais antigos. A doutrina de direitos e liberdades do homem não remonta absolutamente ao momento de aprovação das declarações do século XVIII, nem é resultado do movimento liberal e filosófico que tivera desenvolvimento naquela época. Mais: as raízes desta doutrina não se encontram nas antigas repúblicas e democracias. Falando a propósito: em qualquer sistema jurídico antigo, incluindo o mais evoluído deles, o romano, não existia o conceito de “direitos humanos”. A cidadania não previa o status da liberdade, nem direito à segurança. O direito à vida e à morte pendia sobre cada pessoa, mas quem dispunha dele eram os reis, cônsules e imperadores. Aliás numa sociedade escravista nem podia surgir o conceito universal de “direitos humanos”.

É habito considerar que o conceito de “direitos humanos” tinha sido formulado no quadro da tradição religiosa judaica e que no tocante a este problema o judaísmo é uma das fontes primárias mais ricas e compreensíveis. A atual definição de “direitos humanos” alicerça-se em grande parte nos princípios, delineados precisamente nesta religião.

O desenvolvimento de conceitos dos direitos humanos é um processo longo e interligado de evolução desta idéia desde os Dez Mandamentos até a Declaração Geral dos Direitos do Homem de 1948 e Convenção Européia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Básicas, assinada em 1950.

Ao analisar a questão dos direitos humanos hoje em dia, convém comparar o capítulo 20 do Livro “Êxodo” da Bíblia com a Declaração Geral dos Direitos do Homem, de 1948. A confrontação revela que apesar de todas as diferenças nas fórmulas, os dois textos praticamente repetem um a outro – “mas o sétimo dia é o sábado dedicado ao Senhor, o teu Deus. Nesse dia não farás obra alguma...” (versículo 10) e “Toda pessoa tem direito a repouso e lazer (versículo 24); “não matarás” (versículo 13) e “toda pessoa tem direito à vida” (versículo 3); “não furtarás” (versículo 15) e “Todo ser humano tem o direito de possuir bens e propriedades” (versículo 17). Pode-se mencionar mais exemplos do mesmo gênero.<sup>1</sup>

Os direitos e liberdades básicos, como, por exemplo, o direito à defesa da dignidade da personalidade, à liberdade, igualdade, direito de possuir bens e propriedades estão formulados claramente dos tratados religiosos judaicos e a sua observância é prescrita por fontes fundamentais, como a Bíblia, Tora e Talmude. É preciso ressaltar, ao mesmo tempo, que o termo “direitos humanos” não figura, como tal, na literatura religiosa dos judeus.

O judaísmo prevê, da mesma maneira que as declarações modernas dos direitos do homem, a defesa da pessoa humana contra a injustiça e arbitrariedade. A lei é colocada, inclusive, acima da religião. O Deus prefere justiça aos sacrifícios. Daí vem que a lei, tida como encarnação da justiça, deve ser observada inexoravelmente. O Livro do Gênesis ensina que a justiça é atributo inalienável do Deus. Muitas disposições do Tora rezam que todos são iguais perante a lei e que os mandamentos foram escritos para todos, sem exceção.

Importa ressaltar também que o judaísmo ensina o respeito absoluto à vida humana. Por exemplo, a Bíblia e os rabinos falam frequentemente da proibição do homicídio. A lei estabelece a partir deste ponto de vista que não se pode sacrificar nenhuma vida humana em prol dos interesses de uma outra pessoa. Na prática, quando falamos dos direitos humanos subentendemos, voluntária ou involuntariamente, o conceito do “Estado” –

única instituição, capaz de pôr em prática as nossas liberdades e numa certa medida defendê-las. O conceito de direitos humanos que nós utilizamos foi formulado apenas no século XVIII simultaneamente com a definição do conceito do Estado moderno.

A julgar por tudo, o judaísmo distingue-se não somente por ter sido um dos primeiros a definir a doutrina da moral universal, mas também por ter feito todo o possível a fim de aplicar na prática as disposições deste “núcleo duro” dos direitos humanos e desenvolver ao nível cotidiano um certo modelo de conduta que fosse individual e universal ao mesmo tempo.

Quanto à escravatura, o povo judeu é único que lhe dedicou um grande número de leis da esfera do direito humanitário. Por exemplo, ao contrário de gregos e romanos, os judeus não se arrogam o direito de resolver o destino do escravo, isto é, se ele deve viver ou morrer. Este direito à vida tem como base a unicidade absoluta de qualquer ser humano.

Uma outra particularidade importante do judaísmo consiste em que desde o início ele não se limita a formular princípios bonitos, mas utiliza-os na prática.

O judaísmo preceitua que precisamente o trabalho é a base da dignidade social da pessoa humana. Ao mesmo tempo, o trabalho não deve transformar-se em escravatura. O judaísmo foi o primeiro a falar da necessidade do descanso semanal. Esta idéia foi incluída na Declaração Geral dos Direitos do Homem de 1948. A Bíblia judaica antiga condena univocamente a exploração de um homem por outro.

O Tora, livro sagrado dos judeus, aponta que a criação do homem à imagem e semelhança de Deus significa a fase final da Criação do Mundo. Este livro fala da proibição de cometer homicídios. O membro da Academia Nacional Francesa de Medicina Henri Baruk menciona o tratado “Pirkei Avot” (“Ensino dos Pais”) que afirma: “Ele manifestou uma disposição especial para com ele (com o homem) criando-o à sua semelhança”<sup>2</sup>. Este fato confere ao homem o valor



mais alto na estrutura do Universo; um homem, tomado em separado, é igual quanto à sua importância a todo o conjunto de Criação do Mundo.

O presidente da Academia Internacional de Direitos Humanos Mark Augier menciona para confirmar isso a seguinte citação do Talmude: "Se alguém matar pelo menos uma só pessoa humana, será punido como se tivesse destruído todo o Universo. E se alguém salvar pelo menos uma só pessoa humana, isto lhe será retribuído como se tivesse salvo todo o Universo"<sup>3</sup>. De acordo com os conceitos do judaísmo, o direito à vida é o primeiro entre todos os demais direitos básicos.

Lasar Landau, presidente da Associação de Amizade Judaico-Cristã de Estrasburgo, ressalta no seu artigo "Judaísmo e direitos humanos"<sup>4</sup>, que o direito à vida tem como base a unicidade absoluta de cada pessoa humana: "O altíssimo criou todos os homens semelhantes a Adão, mas não existe uma só pessoa semelhante a outra". Quem levanta a mão contra o próximo, mesmo sem batê-lo, comete um ato vergonhoso: "Aquele que levanta a mão contra o próximo é considerado malfeitor, mesmo se não assesta o golpe".

É consagrado o direito do homem de preservar a sua honra e o direito de defendê-la no caso de insulto. Subentende-se que mentira e ódio são atentados contra a honra humana. O Talmude interpreta um insulto público como crime igual ao derramamento de sangue. Pessoa humana tem direito à autodefesa. "Se alguém intenta matar-te, previne as suas ações e mata-o". Esta citação religiosa foi mencionada pela antiga diretora do Instituto Israelita de Relações Internacionais Marion Mushkat.<sup>5</sup> Portanto, o direito à vida permite sacrificar a própria vida para salvar outra pessoa. Em face da ameaça à vida todos os preceitos proibitivos do judaísmo perdem a força. Faz-se exceção apenas para a idolatria, traições e homicídios: "O respeito a criaturas de Deus deve estar acima da observância das interdições reunidas no Tora".

Em conformidade com os cânones do judaísmo, o homem – semelhança do Deus e encarnação do Universo – possui

dignidade e magnitude insuperável. Toda a humanidade provém de um antepassado comum, o Adão. Portanto, um insulto infligido a uma pessoa humana, afeta também a Deus. Além do sentido simbólico, esta afirmação encerra uma moral claramente expressa, o que se ressalta em muitos tratados do Talmude: “Por que foi criado um único homem, o Adão? Para preservar a paz entre os homens; pois ninguém podia dizer numa discussão: o meu antepassado é superior ao teu”. O judaísmo subentende a igualdade das pessoas. O eminente filósofo Elijah Benamozegh escreveu: “Devemos haurir a inspiração na Bíblia e lutar pela igualdade dos homens, criados à imagem e semelhança de Deus. O homem é rei do universo. Todos devem subordinar-se a ele para que ele possa enobrecer tudo, inserir em tudo um sentido espiritual”.<sup>6</sup>

Todas as vidas humanas são igualmente importantes. No Talmude diz-se que a vida do criminoso mais reles continua sendo uma vida humana, que tem a mesma importância para Deus que a nossa própria existência. O Tora prescreve: “Ama o teu próximo como a si próprio”. Mesmo se ele pertence a uma nação diferente da tua “não nutras aversão ao edomitano, pois ele é teu irmão”.

A igualdade na sociedade é garantida pela responsabilidade de cada um dos seus membros que se interpreta como autonomia da pessoa, isto é, como autonomia econômica. O já mencionado Mark Augier<sup>7</sup> destaca o trabalho, que se afigura neste caso na qualidade de obrigação mais nobre do homem para a obtenção da liberdade: “Se tu plantas uma árvore e te comunicam de repente a vinda do Messias, então antes planta a árvore e depois vai receber Messias”. No entanto, o trabalho não pode ser escravidão, mas deve permitir ao homem recobrar periodicamente as suas forças físicas e morais. O judaísmo foi a primeira doutrina a consagrar o direito ao descanso semanal. Mais tarde a disposição sobre este direito foi confirmada no artigo 24 da Declaração Geral dos Direitos do Homem de 1948. Este documento condena e proíbe univocamente a exploração do homem pelo homem:

”Ai daquele que fez o próximo trabalhar mas não lhe pagou”. Pode-se destacar à parte os direitos e obrigações econômicos da homem: o direito a meios de existência – este direito proíbe qualquer atentado contra a remuneração do próximo; existe a proibição de “enganar um a outro” quando da conclusão de uma transação. Não se pode, por exemplo, arrebatrar clientes ou recorrer à concorrência desonesta.

O rabino – chefe do Consistório Judaico de Paris Alen Goldman abordou na sua obra “Fontes Judaicas dos Direitos Humanos” a questão de obrigação da pessoa humana para com os indigentes.<sup>8</sup> O Tora diz: “Os mendigos sempre estarão no meio da tua terra”. Cada pessoa tem obrigações em relação aos pobres – deve prestar-lhes ajuda material. Além disso, o Tora proíbe oprimi-los. Todos os homens devem seguir o exemplo de Deus e dar vestes e alimentos aos necessitados, ajudar os doentes, etc. De acordo com o ensinamento do Talmude, uma das obrigações primordiais do judeu no seu dia-a-dia é doar dinheiro, alimento e vestes. Esta obrigação é universal, os frutos da beneficência abrangem a esmola dada a um outro pobre, que necessita mais do que ele.

Convém assinalar, em primeiro lugar, que o próprio termo “direitos humanos” não se menciona desta forma nas tradições judaicas – tanto orais, como escritas. Todavia, basta ler a Bíblia para compreender que em todas as suas páginas esta questão é levantada nas prescrições religiosas.

Não é de surpreender-se que no preâmbulo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 constata-se que “todos os homens nascem livres e iguais nos seus direitos”. O mesmo se diz no Livro de Gênesis. O Tora, ao falar da proibição do homicídio, reza que “o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus”.

No judaísmo o homem é portador de uma situação especial e da magnitude incomparável. Eis, porém, um fato ainda mais notável – a Bíblia confere privilégios não somente ao povo judeu, mas a todos os demais povos, independentemente da sua fé religiosa.

A liberdade tem uma importância especial no contexto de direitos humanos. É sabido que o povo judeu foi submetido à escravidão no Egito. Esta recordação histórica encerra um grande valor espiritual. A Bíblia faz nos retornar mais e mais uma vez a este evento, aconselhando-nos, por exemplo, a manifestar amor em relação aos forasteiros: “Manifestai amor aos forasteiros pois vós o fostes nas terras egípcias”. No Egito nós fomos povo, destituído dos direitos fundamentais. E os que privam alguém da liberdade, violam desta maneira os direitos humanos, recusando-se a ver nele a imagem de Deus e transformando a pessoa oprimida em criatura inferior.

A tradição jurídica dos judeus confere primazia a obrigações em relação ao homem e não a obrigações em relação a Deus. As obrigações em relação ao homem estão acima de quaisquer considerações. O respeito ao próximo e à sua vida não depende da religião que ele professa, nem da raça a que pertence. O professor Henri Baruk no seu livro “Civilização judaica e ciência do homem” ressaltou que o mérito do judaísmo consiste em que ele contribuiu logo desde início para a realização da magnitude e de elevados princípios e não se limitava apenas à sua proclamação. “Não faças ao teu próximo aquilo que tu próprio não agüentas. Nisso consiste todo o Tora – o resto são meros comentários.”<sup>9</sup>

O conceito “direitos humanos” subentende também um outro bem – à pessoa humana é garantida a liberdade no mundo em que ele vive e na opinião de muitos teólogos a liberdade é um bem básico. O direito à segurança também passou a ser uma das bases do judaísmo. O direito de cada indivíduo de dispor do seu próprio corpo isenta-o do estado de dependência e põe fim ao direito das autoridades antigas de dispor da vida dos seus habitantes. Um exemplo disso é o êxodo do povo judaico do Egito, onde ele se formou nas condições de escravidão e de privação dos direitos humanos mais elementares. O antigo vice-presidente do Supremo Tribunal de Israel Haim Kohn<sup>10</sup> resalta no seu artigo “Liberdade do pensamento e da palavra no direito judaico” que

a Lei de Deus foi dada no monte Senai a judeus que já estavam livres. No Ocidente o reconhecimento gradual do direito à segurança teve uma grande importância pois resultou no desaparecimento da servidão e na formação do atual conceito de direitos humanos.

O membro da Academia de Ciências Morais e Políticas da França Jean Rivero afirmava que não se devia abusar do termo “direitos” e, que embora os Dez Mandamentos representem apenas obrigações, mas no seu texto se fala, embora indiretamente, também dos direitos. O mandamento “Não matarás” significa que cada pessoa tem direito à vida, “Não furtarás”, que cada pessoa tem direito de possuir bens. O mesmo se verifica no tocante aos mandamentos bíblicos que não constam na lista dos Dez<sup>11</sup>.

O Talmude apresenta vários outros princípios que servem para garantir a segurança da vida e protegê-la contra qualquer ameaça. Estipula-se, por exemplo, que é preciso garantir a todos um nível mínimo de abastança, isto é, subentende-se a distribuição mais justa de riquezas.

Não se pode deixar de mencionar também a liberdade das convicções, pois existe a liberdade da consciência, do pensamento ou da religião. Não se pode exercer perseguição por causa de idéias, convicções pessoais ou crenças religiosas que diferem da religião da maioria da população. Seja qual for a liberdade de que se trata (liberdade física, espiritual ou liberdade religiosa), todas elas constituem um valor absoluto e indivisível, são um ideal por si próprias e encarnação do direito inalienável de cada pessoa humana de gerenciar a si mesma.

O judaísmo prevê a defesa do homem contra o julgamento iníquo e contra a arbitrariedade. A sede de justiça social deve contribuir obrigatoriamente para a organização perfeita do sistema judiciário. A garantia da justiça antecipa inclusive a observância das leis religiosas. “A observância da verdade e da justiça convém mais ao Senhor do que um sacrifício”. Por outro lado, a observância das leis e dos fundamentos da justiça requer uma rigurosidade excepcional e a imparcialidade.

O professor da filosofia da Universidade “Paris X – Nanter” Blandine Barret-Krijel aponta no seu artigo “Judaísmo e direitos humanos” que a suprema justiça pertence ao Deus. Prescreve-se ao juiz promulgar sentença que não favoreça o rico, nem o pobre. O juiz deve ser incorruptível, “deve ser eleito pelos membros da sua comunidade” e não designado pelas autoridades. O juiz não tem direito de receber alguma recompensa. A pessoa que procura cumprir o seu dever deve empenhar-se em seguir o exemplo de justiça absoluta. A fim de promulgar uma sentença justa é preciso fazer que o inquérito dos delitos de que alguém é acusado seja feito com o máximo de esmero.

O livro do Deuteronômio consagra o princípio do direito romano de que os depoimentos de uma só testemunha são insuficientes: “É insuficiente uma só testemunha contra alguém em alguma culpa e em algum crime e em algum pecado, que ele cometer: palavras de duas testemunhas são suficientes para resolver o caso”. A tradição judaica condena a prestação de falsos depoimentos na investigação de crimes.

A última das leis dos filhos de Noé exige o estabelecimento do sistema judiciário. O judaísmo reconhece o direito das autoridades de adotar leis para o bem dos cidadãos e exigir o seu cumprimento. “A lei deste país é lei mesmo”, reza o Talmude. Ao responsabilizar cada pessoa pela observância das leis do país em que vive, os mandamentos dos filhos de Noé proporcionam, na realidade, a cada pessoa o direito à defesa por parte da lei.

O direito hebraico orienta-se tanto na época dos Juizes, como na época dos Reis, do Segundo Templo e na diáspora, assim como nas condições do dia de hoje pela participação mínima do Estado na vida social. O homem assume a responsabilidade perante o verdadeiro Rei e Juiz diretamente, sem nenhuma intermediário. O Estado assegura a defesa e a segurança mas não tem obrigação de cuidar de outras coisas. Mais: o direito hebraico exige que os reis chamados na época do profeta Samuel (Shmuel) a encabeçar o povo na qualidade

de guias militares “multipliquem o número de cavalos, o ouro e a prata”, o que pode ser interpretado perfeitamente como exigência de que o Estado seja módico nas suas despesas. Importa assinalar na ocasião que em hebraico a palavra “reino” é sinônimo do conceito “Estado”. E a palavra “madina” (Estado), utilizada com o máximo de frequência hoje em dia, tem mesma raiz que a palavra “din” (juízo), o que ressalta a obrigação do Estado de manter a ordem legal mas não a paz social.

O rabino-chefe do Consistório Central René-Samuel Sirat aponta no seu artigo “Direitos do Senhor e direitos humanos” que os direitos humanos têm pouco importância desde que junto delas não sejam formulados os direitos do Senhor ou, se abordar este assunto em termos laicos, as obrigações do homem.<sup>12</sup>

Quanto à questão de que os judeus são um povo escolhido por Deus, a tradição judaica atribui isso não à supremacia dos judeus sobre outros povos do mundo mas à responsabilidade maior em relação a eles. “Todas as desgraças do mundo vêm de Israel”, diz-se no Talmude. As desgraças continuarão no mundo enquanto Israel não cumprir a Missão de que tinha sido incumbido. Esta Missão consiste em introduzir no mundo a lei moral de probidade e honestidade, exposta nas Escrituras Sagradas.

Pode-se afirmar que um traço característico do judaísmo consiste não somente no fato de ter formulado uma das primeiras doutrinas da moral universal, mas também nos *esforços* dos judeus a fim de concretizar os conceitos dos “direitos humanos” e elaborar ao nível do dia-a-dia um modelo de conduta que fosse aplicável tanto para a sociedade judaica, como para toda a humanidade. O judaísmo, da mesma forma que qualquer religião que vacila entre o particular e o comum, propôs uma forma intermediária que encarna um certo equilíbrio.

A partição ideológica em direitos pessoais e direitos coletivos do homem tornou-se uma das bases da confrontação política.

Alguns Estados davam prioridade a liberdades individuais em detrimento da justiça social, enquanto outros, à igualdade geral de um tipo coletivista, em detrimento de liberdades individuais. Embora esta divisão em direitos pessoais e coletivos seja profundamente alheia ao judaísmo, ele assenta na unidade do homem no plano de que o homem social e o homem individual são duas partes de um todo único que não podem ser divididas sob a ameaça da morte.

O conceito de auto-estima da personalidade da pessoa simples e, por conseguinte, o conceito de direitos da personalidade tem como base, em grande parte, os ensinamentos do Tora e as revelações dos profetas. O eminente cientista M.A. Chlenov aponta com toda razão que a concepção de direitos humanos representa, afinal de contas, um derivado da civilização judaico – cristã.<sup>13</sup>

A idéia de auto-estima do homem cresceu da disposição do judaísmo de que “criou o Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou” e por isso o homem foi destacado à parte do mundo criado por Deus (Gênesis, 1:27; Salmos, 8:5 – 7). A mesma fonte fala dos fundamentos morais dos conceitos modernos dos direitos humanos. Tem-se em vista a idéia de inviolabilidade da vida humana (“Não matarás”); de superação do egoísmo e da cobiça (“ama cada um o seu próximo como a si mesmo”) (Levítico, 19:18); “Não te alegres quando teu inimigo cair, nem exulta o teu coração quando ele tropeçar” (Provérbios, 24:17); de compaixão para com os fracos e os que não sabem ou não podem defender-se (“Ao estrangeiro não maltratarás, nem o oprimirás; pois vós fostes estrangeiros na terra do Egito.....não façais mal algum à viúva ou ao órfão” (Êxodo, 22:21-22), etc. Na Bíblia foram formuladas pela primeira vez as exigências de defesa jurídica das pessoas, cujos interesses são especialmente vulneráveis – do estrangeiro e do pobre (Êxodo 12:49), assim como a idéia de alto valor da liberdade humana e a prescrição de restituí-la a quem foi tirada (Levítico 25:10; Jeremias 34:17).



O judaísmo afirma que a existência de cada homem tem um determinado objetivo e lugar no intento do Deus<sup>14</sup>. Daí vem que o homem deve usufruir cercos direitos e liberdades para cumprir a sua predestinação. O Tora fala da época em que os homens eram tão perversos “que toda a inclinação dos pensamentos do seu coração era sempre e somente para o mal.” (Gen. 6:5). Isto significava textualmente que ninguém jamais fazia uma boa ação em qualquer lugar e em qualquer momento. Estes homens não cumpriam mais nenhuma das suas obrigações, isto é, nem sequer uma parte pequena daquilo, em prol de que o Deus os trouxe para o mundo. Desta maneira eles perderam o direito básico do homem – o direito à vida. E o Deus eliminou-os mandando para a Terra o dilúvio.

Segundo já dissemos, de acordo com a concepção do mundo dos judeus, os direitos e as obrigações não podem ser separados uns dos outros. De acordo com a doutrina religiosa dos judeus, os direitos humanos são princípios básicos da conduta que o homem deve reconhecer em relação a si próprio e em relação a outras pessoas, de maneira que cada um possa cumprir a sua parte do Desígnio Divino. Alguns dos direitos fundamentais do homem foram formulados em Sete Mandamentos dos Filhos de Noé que abrangem, de acordo com a tradição judaica, toda a humanidade. Um exemplo disso é a proibição do homicídio. Este mandamento estabelece o direito da pessoa humana à vida proibindo aos homens privar da vida os seus semelhantes.

Para os judeus a vida humana é sagrada pois foi dada por Deus (Gêneses, 2 : 7) e na situação comum somente o Deus pode privar a pessoa humana da vida (Segundo Livro dos Reis, 32-39). Os sábios dão uma interpretação mais ampla a esta disposição afirmando que viver é obrigação do homem. “Estas obrigado a viver mesmo contra a tua vontade” (“Ensinamentos dos pais”). O judaísmo afirma que a necessidade da vida humana consiste em que cada pessoa humana dá a sua contribuição para a execução da intenção do Deus de obter lugar entre os entes do “mundo inferior”.

Por isso, o judaísmo condena categoricamente o suicídio e a privação da vida de doentes incuráveis. Um feto tem direito à vida pois a cada criança recém-nascida também está outorgado um determinado papel no Intento Divino. Normalmente, o judaísmo permite o aborto somente nos casos em que existe perigo para a vida da mãe.

Os mandamentos dos filhos de Noé proibem o furto. A lei hebraica inclui nisso também o roubo de pessoas (por exemplo, a tomada de reféns). Portanto, esta proibição assevera o direito do homem e de diversas instituições de possuir bens, assim como o direito ao deslocamento livre. A proibição de crimes sexuais garante a proteção da pessoa humana contra ofensas. Ninguém tem direito de exercer violência em relação a outra pessoa. Os mandamentos dos filhos de Noé proibem a infidelidade conjugal estabelecendo o direito exclusivo da pessoa humana ao amor e cuidados por parte do cônjuge. Mesmo o namoro ligeiro com mulher ou marido da outra pessoa representa violação deste direito.

Por outro lado, a riqueza e os fatores que geram ou multiplicam a riqueza (seja o talento de empreendimento, a herança ou a conjuntura favorável no mercado) são considerados uma dádiva do Altíssimo. Portanto, a riqueza, independentemente da fonte de que ela provém, é considerada um encargo que impõe responsabilidade. Mas este não é um encargo do Estado ou da sociedade. Por isso, segundo foi dito acima, a pessoa rica responde, em primeiro lugar, perante o Deus e não perante o Estado ou sociedade. E esta responsabilidade está concentrada na obrigação, igual para todos, de cumprir os mandamentos e na responsabilidade especial pelo cumprimento dos mandamentos – obrigações perante trabalhadores contratados, assim como no exercício da beneficência em relação aos pobres.<sup>15</sup>

Na época medieval os doutores da lei hebraica aprovaram toda uma série de resoluções, muito progressistas para aquele período, que defendiam os direitos de diversas categorias de pessoas. O Talmude estabelece também a igualdade de

homens e mulheres. Diz-se: “Eis as leis que *lhes* darás”. Daí vem que a mulher é igual ao homem perante todas as leis do Tora. Por exemplo, o rabino Gerchom Meor ha-Gola (anos de vida, aproximadamente de 960 a 1028) promulgou a resolução que proibia o divórcio contra a vontade da mulher e proclamava este divórcio inválido. Portanto, estabeleceu a lei que equiparava a mulher ao homem: o homem divorciava-se da mulher somente quanto ele o quer. Da mesma maneira, a mulher pode ficar divorciada somente se consentir com esta decisão<sup>16</sup>. Meir ben-Baruh (Maharam) de Rottenburgo (anos de vida 1220 – 1293) e o rabino Perez Ben Eliahu de Korbel adotaram resoluções que proibiam categoricamente os maridos espancar mulheres: os maridos responsáveis por isso estavam ameaçados da excomunhão da sociedade, isto é, seriam submetidos ao boicote. A resolução do rabino Perez também proclamava necessário prestar assistência material à mulher, forçada a abandonar a casa do marido devido a maltratos que sofria<sup>17</sup>.

A concepção do direito hebraico no tocante a mulheres tem como base os três primeiros capítulos do Livro de Gênesis e a idéia de diversos papéis do homem e da mulher, devidos a suas distinções biológicas. Apesar desta diferença de papéis desempenhados por homens e mulheres, descobrimos aí o princípio da sua igualdade perante a lei.

Encontramos no Tora numerosas disposições referentes aos direitos das mulheres. Nas leis verifica-se, em primeiro lugar, a aspiração de ressaltar o papel que a mulher desempenha na qualidade de esposa e de mãe. O direito da mulher de exercer alguma profissão era reconhecido desde épocas mais remotas, o que é confirmado pela imagem que a mulher ideal devia ter na opinião do rei Salomão.

Todavia a tradição hebraica não equipara a mulher ao homem – elas são diferentes. As mulheres ocupam uma posição simétrica que não é igual à masculina, mas vem a completá-la. A mulher foi criada não em ligação com o homem, mas, num certo sentido, paralelamente a ele.

A existência separada tanto do homem, como da mulher é incompleta. Mas a mulher não foi criada exclusivamente para o homem: ela tem suas próprias obrigações.

Para os judeus a salvação geral não está relacionada exclusivamente ao judaísmo, nem à religião em geral. A salvação é acessível a todos enquanto eles seguem os princípios da justiça. No Talmude diz-se que os pagãos (gentios) que vivem de acordo com a justiça, podem contar com um lugar no mundo do futuro.

No fim do século XIII os judeus chegaram à importante decisão sobre a necessidade de competitividade das partes no processo judicial. Estipulava-se que não se podia promulgar nenhuma decisão sem ouvir os depoimentos de ambas as partes. A resolução, promulgada pelo rabino Haim, de Viena, e por líderes da comunidade, estabelece que “qualquer juiz que profere sentença sem ter ouvido ambas as partes, tendo atendido, em vez disso, apenas a uma das partes, que diz: ouçam a mim e depois resolvam como acharem melhor, – este juiz não vai mais julgar nenhuma causa”<sup>18</sup>.

O mesmo princípio foi fundamentado pelo eminente filósofo e doutor da lei hebraica Rambam (anos de vida – 1138-1204): “É preciso equiparar em tudo ambas as partes pleiteantes. É inadmissível que um possa se manifestar livremente, enquanto que o outro é aconselhado a falar concisamente. É inadmissível ser afável com um dos pleiteantes e falar com ele suavemente e ser severo e falar rigorosamente com outro. Ambas as partes pleiteantes devem ser iguais aos olhos e corações dos juizes”<sup>19</sup>. Os doutores da lei judaica da Idade Média consideravam muito importante garantir a justiça da diligência processual, pois a Bíblia diz: “E fazei a justiça e o agradável aos olhos do Senhor” (Segundo Livro dos Reis, 6, 18).

O termo “anti-semitismo” foi formulado em 1879 pelo jornalista alemão Wilhelm Marr para designar o ódio em relação aos judeus. As primeiras manifestações de hostilidade em relação ao judaísmo remontam ainda para as épocas que antecederam o surgimento do cristianismo em Roma e na

Grécia. A confrontação entre os cristãos e os judeus remonta para o primeiro século da nossa era. A Igreja, que tinha conquistado graças aos esforços dos imperadores Constantino e Teodósio uma posição predominante no século IV, temia a extensão da influência judaica entre os cristãos.

Na época medieval os judeus que viviam na Europa eram vítimas do anti-semitismo severo devido ao seu não-conformismo religioso. Mas este anti-semitismo não tinha um caráter permanente. Os judeus tornavam-se “bodes expiatórios” nas épocas de crises e de dúvidas. Aliás a Igreja e as autoridades laicas deixavam-lhes a possibilidade de adotar o catolicismo. É nisso que consiste a diferença-chave entre o antijudaísmo medieval e o anti-semitismo atual.

O anti-semitismo moderno (séculos XIX – XX) menospreza o aspecto religioso e atribui, a despeito de fatos evidentes, à raça judaica certas qualidades especiais, como, por exemplo, o amor ao dinheiro e ausência de sentimentos patrióticos. As premissas deste anti-semitismo surgiram na Espanha, no despontar da Época da Ressurreição, quando se atribuía uma importância enorme à chamada “purificação do sangue”.

A Europa em geral, com exceção da Espanha, era até o último terço do século XIX mais tolerante para com as minorias judaicas. A situação continuava neste pé até a década de 1880 e difusão da ideologia totalitária entre os representantes da intelectualidade burguesa. O Banco de Rotschild, cujas filiais foram abertas em Londres, Paris, Viena e Francoforte tanto para os nacionalistas, como para os socialistas, tornou-se encarnação do cosmopolitismo judaico que “sugava o sangue do povo”.

A Bíblia e o Talmude contêm numerosas disposições sobre a restrição da liberdade da palavra, mas estas restrições são morais e religiosas. A restrição mais importante da liberdade da palavra e a mais essencial no plano moral é – não caluniar. “Tu não irás difundir calúnias no seio do teu povo”.

É preciso ressaltar que infelizmente o pensamento judaico tradicional, que apesar de humanista na sua essência, amiúde é

ignorado, representa a base racional, moral e humana do direito à paz e do direito de proceder com dignidade e nobreza mesmo em relação ao inimigo e, inclusive, durante conflitos, o que constitui a base indiscutível de todas as “gerações” de direitos humanos.

O Talmude fala da diferença entre as guerras. Os filhos de Israel não tinham obrigação de participar das guerras travadas a fim de ampliar o território ou efetuar o saque. Todavia eles deviam assentar praça caso surgisse a necessidade de defender a nação ou de travar a “guerra sagrada” contra os invasores.

A Bíblia proclama reiteradas vezes a necessidade de defender mulheres, crianças e bens no caso de conflitos. Antes de atacar o inimigo é preciso fazer uma tentativa de persuadi-lo de concluir a paz, é preciso respeitar a vida e os direitos dos forasteiros, tratá-los como irmãos e proceder com generosidade em relação a escravos.

Se partir da suposição de que a observância dos direitos humanos é antecedida pelo direito de protestar contra o maltrato, injustiça, desigualdade no tocante ao acesso à assistência médica ou à educação, então pode-se mencionar que a própria organização do “kagal” (isto é, órgão de autogestão que chefiava uma comunidade judaica na diáspora e servia de intermediário entre esta comunidade e o Estado) subentende a observância destes direitos. O “kagal” é local em que as pessoas podiam protestar e a sua voz seria ouvida.

A Doutrina dos Direitos Humanos adquiriu o caráter universal há relativamente pouco. A idéia da necessidade de defender as liberdades individuais é mais antiga do que imaginamos. Esta idéia remonta não para declarações do século XVIII, entre as quais as mais famosas são a francesa e a americana, e, inclusive, não para as repúblicas da antiguidade. No direito antigo, e, em particular, no seu sistema mais evoluído – o direito romano – não existe o conceito de “direitos humanos”. No direito romano existia a contraposição entre o cidadão e o homem privado de direitos, isto é, escravo.

O atual conceito do “homem” provem da tradição bíblica. Despertam interesse também as fontes judaicas antigas do direito moderno que foram estudadas por vários cientistas, como, por exemplo, N. Izaks e P. Wale. Além disso, nas obras de G. Sholem é analisada a influência determinante do pensamento judaico na época do Renascimento.

Sigmund Freud encara o fenômeno de totalitarismo como recuo irracional para o passado remoto, para épocas pré-históricas. Ao analisar o nacional-socialismo alemão, S. Freud chega à conclusão de que a base do totalitarismo nazista, cuja força motriz principal era o anti-semitismo do Terceiro Reich, constituía-se por instintos e tendências arcaicas (ódio, narcisismo, desejo de matar e de cometer o incesto, de rebelar-se contra os pais). Por isso, os judeus foram o principal objeto da agressão das massas, que encaravam o judaísmo como fonte do monoteísmo a que os povos da Europa viram-se forçados a sujeitar-se.

É preciso explicar mais uma vez o significado do “enfoque judeu” dos direitos humanos: uma das particularidades da nossa tradição consiste em que chamamos obrigatoriamente as coisas com os seus próprios nomes.

O mundo judaico é edificado em torno da legislação: temos em vista os direitos humanos e não apenas a dignidade e o valor da personalidade, o que comprova a existência do consenso a respeito da concepção de que as normas axiológicas, para se tornarem mais eficientes, devem ser também normas jurídicas. O direito e os seus instrumentos congregam em si a Moral e o Poder, a intersecção entre a Ética e a Política.

Como é sórdida a sombra lançada sobre os direitos humanos! Pois se os homens ao estabelecer normas jurídicas necessárias a fim de formular a idéia concreta de justiça coletiva, subordinam-se ao Deus, então como é que eles podem dispor deste direito? Será que não existe desconformidade entre o Direito, que estabelece um certo tipo de relações entre as pessoas, e o termo “Homem”, único em seu gênero, que

nós escrevemos com letra maiúscula? O antigo embaixador da França em Jerusalém Bonfou ressaltou: “Escrever a palavra «Homem» com maiúscula? Não seria demais – colocar o homem em pé de igualdade com os valores espirituais no sentido do Mundo e da Criação?”

Contudo, apesar desta desigualdade e ambigüidade, o atual interesse em relação aos direitos humanos encerra, assim como antes, um certo sentido. “O homem do século XX não necessita mais esperar e raciocinar antes de empreender uma ação... O léxico dos direitos humanos não seria em primeiro lugar uma terapia para o restabelecimento do equilíbrio psíquico dos nossos contemporâneos?”

Com o correr do tempo o lugar e o papel do judaísmo no sistema de direito, pelo qual os judeus se guiavam (tanto nos países de diáspora, como, a partir de 1948, no Estado de Israel) mudaram radicalmente. O direito judaico moderno é sistema jurídico que se desenvolvia durante milênios. Inicialmente o direito judaico baseava-se exclusivamente em algumas disposições do Tora, mas mais tarde a vida em *Erez-Israel* introduziu nele alterações indispensáveis, impostas pelas necessidades da sociedade judaica. Foi nos países de diáspora que o direito judaico adquiriu definitivamente o aspecto de código de leis. Em alguns Estados o direito judaico era lei que funcionava no quadro de autonomia política e cultural, concedida aos judeus pelo poder, nos demais, regulava não oficialmente as relações dentro da comunidade judaica. Da mesma forma que outras minorias nacionais, os judeus preferiam resolver os seus litígios em conformidade com os seus próprios usos e costumes, sem intromissão do poder estatal.

O processo de formação destas leis decorreu durante a vida de várias gerações. Algumas delas têm um caráter estritamente religioso. Um exemplo disso são leis que regulam a observância dos mandamentos e interdições religiosos ou a execução de rituais. Mas a maioria das leis está voltada para o dia-a-dia e abrange um amplo espectro de situações conflituosas. Da



mesma maneira que o direito canônico cristão da época do seu florescimento e sistemas de regras e disposições, criados pelo islã e pelo hinduísmo, o direito hebraico abrange praticamente todos os aspectos da vida social. Mas o direito canônico e as leis do islã e do hinduísmo desenvolviam-se e arraigavam-se sob a égide do poder político dominante, enquanto que a formação do direito hebraico fez-se durante dois milênios sem o apoio de uma estrutura de poder análoga.

Mesmo na época da diáspora, quando as comunidades judaicas dispunham apenas de uma autonomia restrita dentro dos sistemas estatais dos países da sua residência, na solução de litígios elas se guiavam, via de regra, não pela legislação geral do Estado, mas pelo direito hebraico. Esta preferência devia-se a razões religiosas e ao sentimento de profundo respeito tanto em relação ao direito hebraico, propriamente dito, como aos seus intérpretes, cujas decisões nos pleitos judiciais específicos contribuía em grande parte para a preservação do sentimento de auto-respeito e para a vitalidade da comunidade judaica. É indubitável que precisamente esta estrutura político-jurídica condicionou em grande parte a sobrevivência da nação judaica na qualidade de uma comunidade à parte. Naturalmente, a base religiosa do direito hebraico era a principal causa do seu elevado status nas comunidades judaicas, o que se manifestou de uma forma especialmente patente na época em que a religião era fator dominante na vida da maioria esmagadora das pessoas. No entanto, o prestígio do direito hebraico devia-se também ao fato de que a comunidade via nele um mecanismo perfeito e lavrado pelo tempo de solução justa de questões jurídicas.

Hoje em dia o direito hebraico representa um exemplo ilustrativo de sistema jurídico que tinha sobrevivido apesar da ausência do aparelho de Estado que o apoiasse. Um sinopse mais amplo do problema da vitalidade do direito hebraico comprova a possibilidade do pluralismo jurídico, isto é, a possibilidade de coexistência de vários sistemas jurídicos dentro de uma só estrutura política<sup>20</sup>.

Um grupo de juristas e intelectuais laicos tentou introduzir, paralelamente a estas discussões, o direito hebraico na vida de comunidades judaicas na qualidade de uma lei laica. De acordo com o seu intento, as pessoas que geriam estas comunidades deviam aperfeiçoar o direito hebraico, adaptando-o no processo de tomada de decisões judiciárias à realidade mudável. Dado que os líderes das comunidades judaicas eram, na sua maioria, pessoas religiosas, os promotores da “secularização” do direito hebraico propunham confiar a sua ulterior adaptação de preferência aos juristas laicos a fim de excluir a influência de concepções religiosas sobre ele. Este enfoque foi relegado tanto por personalidades religiosas mais prestigiosas, como pela direção sionista.

Todavia, seria interessante analisar a possibilidade de utilização das idéias reformadoras deste grupo de entusiastas em Israel moderno, onde a cúpula religiosa, constituída por ortodoxos e ultra-ortodoxos, dispõe do monopólio quase absoluto da interpretação dos postulados do judaísmo. Na realidade, o judaísmo não é apenas uma cultura, mas também base da cultura. Em vista disso, o direito hebraico não é apenas uma prescrição divina, interpretada por funcionários religiosos. Este direito pode e deve renovar-se no processo da sua adaptação à realidade do dia de hoje. Precisamente esta concepção do judaísmo e do direito hebraico afigura-se hoje produtiva.

O judaísmo desempenhou no plano histórico um importante papel na evolução da concepção de direitos humanos mas isso não revoga o fato de que em Israel atual os principais adversários da promoção da legislação destinada a defender estes direitos são precisamente os círculos religiosos deste país. Os traços mais problemáticos no plano de direitos humanos da vida social de Israel são precisamente uma consequência da pressão por parte das forças religiosas. Basta mencionar por este motivo a impossibilidade de contrair matrimônios civis entre os judeus, a ausência dos transportes públicos nos sábados e nos dias que de acordo com a tradição

judaica são feriados, o problema com o enterro de pessoas de nacionalidade não judaica nos cemitérios comuns e vários outros problemas que não são absolutamente inerentes a Estados liberal-democráticos modernos em que a religião está separada, via de regra, do Estado<sup>21</sup>.

A consolidação ortodoxa das prescrições do judaísmo (Galaha) não está voltada aos que não acreditam em Deus, não observam a santidade do sábado, ignoram as leis de pureza familiar, adotadas pelo judaísmo, e consomem os alimentos, não submetidos a “kosher”, – e estas pessoas constituem hoje a maioria da população de Israel. As prescrições do judaísmo ortodoxo contrariam a concepção do mundo das mulheres israelitas que se tornaram membros plenipotenciários da sociedade e dispõem dos direitos e obrigações em pé de igualdade com os homens.

1. As citações do judaísmo e das outras fontes religiosas foram extraídas do livro «Judaïsme et droits de l’homme». Paris: Des Idees Et Des Hommes, 2007.
2. Eisenberg Josy. Une histoire des Juifs. Paris: Bibliotheque de culture historique, 1970. Página 18.
3. Judaïsme et droits de l’homme... P. 19.
4. Idem. P. 65.
5. Idem. P. 25.
6. Benamozegh Elie. Morale juive et morale chretienne. Paris: Edition la Baconniere, 1946. P. 150.
7. Judaïsme et droits de l’homme... P. 19.
8. Idem. P. 14.
9. Baruk Henri. Civilisation hebraique et science de l’homme. Paris: Edition Ziraton, 1965. P. 58.
10. Judaïsme et droits de l’homme... P. 56.
11. Bulletin de l’Association pour la fidelite a la pensee du president Rene Cassin. Paris: Conseil d’Etat, Palais Royal, 1983. P. 17.
12. Judaïsme et droits de l’homme... P. 30.
13. Chlenov M.A. Russia e Israel: Cristianismo ortodoxo e judaismo. Informe apresentado na conferência internacional para problemas do diálogo inter-religioso. Maale-Ahamicha, Israel, dezembro de 1998.
14. Ver: Forta Arye. Judaïsme. Heinemann Educational Publishers, 1995. P. 114-115.
15. Ver: Yanovsky K. Judaísmo e responsabilidade social dos empresários. Informe apresentado no instituto “Libertarium de Moscou”, 10 de março de 2004.

16. Ver: *Elon M.* Direito hebraico, V. 2, Jerusalém: Amaná, 1998, página 300.
17. Idem. P. 303.
18. Idem. P. 304.
19. Idem. V. 1. Jerusalém, Amaná, 1989. Páginas 194-195.
20. *Vorobeva E.V., Iliev R.L.* Status jurídico-constitucional do homem e do cidadão no Estado de Israel. M., MGIMO – Universidade, 2009. Página 28.
21. Mais detalhadamente ver: *Noiberger B.* Religião, Estado e política. Tel-Aviv: Universidade Aberta de Israel, 1977. Páginas 110 – 192.

**Palavras – chaves:** judaísmo, direitos humanos, Dez Mandamentos, Talmude, Tora, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, igreja.



## “O vetor oriental” foi traçado por Primakov



### Kirill Barsky

Embaixador Extraordinário e  
Plenipotenciário da Rússia na Tailândia  
rusembbangkok@gmail.com

**Nos** últimos anos a Rússia dá uma guinada mais ativa e firme do que nunca para o Leste, rumo à região da Ásia-Pacífico (RAP). Todavia

nada está mais longe da verdade do que a afirmação de que a guinada para o leste seria reação a sanções ocidentais. Este rumo político, que tem um caráter principal, foi formulado em resultado da conscientização profunda dos interesses nacionais da Rússia como uma potência eurásica, asiático-pacífica e, num sentido mais amplo, uma potência euro-pacífica. A origem deste rumo deve-se a Evgueni Maksimovich Primakov que chefiava o Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa no período de 1996 a 1998.

No momento em que E.M. Primakov assumiu a gestão do Ministério das Relações Exteriores, as idéias que constituíram a base da política externa da época do ministro Kozirev, já tinham se basicamente esgotado. Infelizmente, as boas intenções que constavam na Concepção da política externa da Rússia de 1993 não suportaram a provação do tempo e desmoronaram-se ao deparar a realidade severa da política internacional da época de pós-confrontação. Em meados da década de 1990 ficou claro que a própria concepção e a prática de realização da política externa necessitavam de uma emenda substancial.

No despontar da formação do novo Estado russo proclamava-se que uma das tarefas básicas da nossa diplomacia era o desenvolvimento da “parceria em pé de igualdade com os países

democráticos vizinhos, evoluídos economicamente, mediante a defesa dos nossos valores e interesses através da interação real e não mediante vacilações entre as confrontações e utopias”<sup>1</sup>. Afirmava-se que o grupo básico de Estados ocidentais mais evoluídos no plano industrial estava interessado em buscar juntamente com a Rússia democrática novas abordagens nas esferas política, militar, econômica e outras. Daí se tirava a conclusão de que a “Rússia devia seguir decididamente o rumo de desenvolvimento de relações com os países, cuja cooperação poderia ajudar a resolver tarefas primordiais da ressurreição nacional. Tinham-se em vista em primeiro lugar os vizinhos – Estados ocidentais, detentores de economias poderosas e de tecnologias de ponta, assim como, com os novos países industrializados em diversas regiões. Considerava-se que o conceito comum dos valores básicos da civilização mundial e os interesses comuns nas questões-chaves da situação global aproximavam a Rússia precisamente deste grupo de Estados”<sup>2</sup>.

Não deu certo..... O Ocidente interpretou o fim da guerra fria como sua vitória incondicional e tomou uma decisão unívoca – edificar as suas relações com a Rússia, sucessora da União Soviética, como se ela fosse inimigo derrotado. As nossas esperanças de que seria criada uma qualidade nova da parceria em pé de igualdade não se realizaram.

A crise do antigo curso da política externa tornou-se especialmente evidente em vista da intenção da NATO de ampliar a zona da sua influência sem levar em consideração os interesses da Rússia. Nesta situação a direção da Rússia e a sociedade russa começaram a conscientizar que a orientação da política nacional exclusivamente pelo Ocidente seria nefasta para a Rússia e que este rumo teria como resultado a destruição da sua segurança nacional, conservação do atraso socioeconômico e da dependência em relação ao Ocidente e a ulterior marginalização no palco internacional.

Em princípios de 1996 para o cargo de ministro das relações exteriores foi nomeado E.M. Primakov – uma personalidade eminente, partidário firme do poder estatal forte e da preservação de um Estado uno, pessoa de concepções firmes e amplas e especialista brilhante em assuntos internacionais com experiência enorme de

trabalho prático. A vinda de Evgueni Primakov ao Ministério das Relações Exteriores agourava futuras mudanças.

A nova política externa da Rússia teve como base a concepção do mundo multipolar, os princípios de respeito mútuo dos interesses e de colaboração mutuamente vantajosa em pé de igualdade, negação do direito de qualquer Estado de exercer a hegemonia e ditame e a consolidação do papel central da ONU.

Um importante lugar na nova política externa da Rússia foi dedicado ao incremento da colaboração com um vasto círculo de parceiros, incluindo os países da região da Ásia-Pacífico. Este “vetor oriental” alicerçava-se na compreensão profunda dos interesses nacionais radicais da Rússia, no trabalho de muitas gerações dos nossos diplomatas e na margem de antecipação sólida à nossa disposição. Todavia, não haverá erro na afirmação de que foi precisamente Evgueni Primakov quem traçou este vetor em meados da década de 90 do século XX.



Aí é preciso uma pequena digressão – uma excursão histórica. Tudo começou na época em que ele tinha prognosticado com as suas pesquisas científicas muitos momentos que se tornaram mais tarde uma realidade. O cientista-indólogo V.I. Ivanov, que trabalhava sob a direção de E.M. Primakov no Instituto de Estudos Orientais e no Instituto de Economia Mundial e de Relações Internacionais, sublinhava que “Evgueni Maksimovich Primakov foi um dos partidários mais coerentes e enérgicos da viragem do país para o Leste, foi promotor da busca de soluções eficientes de problemas socioeconômicos das regiões orientais da Rússia. Enquanto dirigia o Instituto de Estudos Orientais da Academia de Ciências e, mais tarde, o Instituto de Economia Mundial e de Relações Internacionais, o acadêmico Primakov participava de forma mais ativa do diálogo com os parceiros chineses e japoneses, com os centros científicos do Vietnã, Índia e dos EUA e com as organizações regionais em vias de formação”. Os seus traços característicos eram “uma energia explosiva e habilidade rara de trabalhar tendo em vista a perspectiva a longo prazo, compreensão profunda dos interesses do país e a

capacidade de defender estes interesses mediante o estabelecimento de boas relações humanas mesmo com os oponentes”<sup>3</sup>.

Já decorreram duas décadas desde o momento em que Evgueni Primakov tinha assumido o leme da política externa da Rússia. Façamos uma tentativa de apresentar um resumo amplo e não preconcebido daquilo que foi feito neste lapso de tempo na região da Ásia-Pacífico e analisemos os resultados que estes esforços deram vinte anos depois.

Depois da vinda de Evgueni Primakov ao Ministério das Relações Exteriores a nossa política externa sofreu grandes mudanças. Uma das mudanças mais importantes consiste em que foram postas em ordem as relações entre a Rússia e os países da região da Ásia-Pacífico e na elevação substancial da atenção da diplomacia russa para com o vetor leste.

A partir de então já se passaram 20 anos e talvez valha a pena recordar que o ano de 1996 foi um período nada simples na vida da Rússia. Continuava o conflito na Chechénia, no país começava a campanha pré-eleitoral para presidente, a situação da economia deixava a desejar. Muitos problemas acumularam-se nas relações com o Ocidente que tinha enveredado pela via de ampliação da NATO, menosprezando os interesses da Rússia. Mas isso não revogava, mas, pelo contrário, tornava apenas ainda mais atual a orientação pela edificação do mundo multipolar, em que o vetor asiático desempenharia um papel importante.

A direção do Ministério das Relações Exteriores empenhou-se ativamente no trabalho. Durante o primeiro ano da sua permanência neste cargo Evgueni Primakov visitou vários países da região da Ásia-Pacífico e recebeu em Moscou dezenas de delegações dos países asiáticos. Em abril ele acompanhou o presidente B.N. Yeltsin na sua visita à República Popular da China, em julho visitou a Indonésia e participou lá do encontro dos ministros das relações exteriores dos países-membros da ACEAN (Associação de Estados do Sudeste da Ásia) e da sessão do ARF (Foro Regional da ACEAN), em novembro visitou a China, o Japão e a Mongólia. É difícil de calcular o número de delegações dos países asiáticos que tinham visitado Moscou neste lapso de tempo, o número de encontros e de conversações



promovidos pelo ministro, por vice-ministros encarregados da região da Ásia-Pacífico (inicialmente este cargo ocupava A.N. Panov, a seguir, G.B. Krassin) e pelos diretores dos departamentos “asiáticos”.

Em resultado disso, na “frente leste” a Rússia conseguiu êxitos substanciais durante um lapso de tempo relativamente curto. A.N. Panov, um dos nossos diplomatas-orientalistas mais prestigiosos, que respondia naquela época na qualidade de vice-ministro das relações exteriores pelo setor dos países asiáticos, escreveu: “até 1997 foram formulados e passaram a ser concretizados os princípios fundamentais da política da Rússia na região da Ásia-Pacífico. O objetivo principal desta política consistia em criar no leste do país uma “faixa” de boa vizinhança, de confiança e de segurança a fim de garantir condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e social da Rússia e para promover com êxito a política de reformas. Foi formulada a tarefa de desenvolver ao máximo as relações bilaterais com os países da região e avançar neste setor tanto quanto fosse admissível para os parceiros da Rússia. Considerava-se sumamente importante a incorporação da Rússia na atividade de todas as organizações e foros regionais”<sup>4</sup>.



Pode-se afirmar sem nenhum exagero que Evgueni Primakov deu uma contribuição enorme para o desenvolvimento de relações russo-chinesas. Precisamente na época em que ele chefiava o Ministério das Relações Exteriores deu-se um salto qualitativo nas relações entre a Rússia e a República Popular da China: os nossos países passaram a ser parceiros estratégicos. Precisamente nesta época foram lançados alicerces jurídico-contratuais sólidos da interação política entre a Rússia e a China, foram alcançados importantes êxitos na esfera de contatos militares e de cooperação técnico-militar e, quanto a questões de segurança, chegamos a firmar acordos multilaterais importantíssimos juntamente com o Cazaquistão, Quirguízia e Tajiquistão. Talvez seja injusto afirmar que todo o mérito de consolidação das relações entre dois Estados pertença a uma só pessoa. No entanto, a atenção que o ministro Primakov dedicava à China teve naquela época uma importância realmente grande.

Evgueni Primakov tinha visitado várias vezes a China também nos anos anteriores – ora na qualidade de cientista, ora como parlamentar ou diretor do Serviço de Inteligência Externa. Todavia, o primeiro episódio de suma importância, em que se manifestou a sapiência de Primakov, deu-se em maio de 1989, em Pequim (Beijing), durante a visita epocal do Presidente da União Soviética M.S. Gorbachev à República Popular da China que resultou nos acordos sobre a normalização das nossas relações com este país.

Vamos citar a seguir as recordações de testemunhas que tinham assistido àqueles acontecimentos na capital chinesa. “Já a partir da manhã do dia 14 de maio todo o centro de Pequim e as ruas adjacentes estavam repletos de jovens. De acordo com certos cálculos aproximados, nas ruas de Pequim encontravam-se a essa altura cerca de dois milhões de jovens, comandados por um quartel-general estudantil e pela direção do corpo da juventude popular. Várias mensagens foram transmitidas a Gorbachev por intermédio da embaixada russa em Pequim. Os seus autores pediam-lhe que se encontrasse com os representantes da juventude e discorresse na Universidade de Pequim. “Estamos profundamente admirados com o seu livro «Perestroika e novo pensamento», dizia uma destas mensagens, e acreditamos que a sua visita à China dará ao povo chinês novos conceitos e idéias sobre a realização de reformas e edificação no Estado socialista...”

Estava claro que Gorbachev simpatizava com a juventude chinesa. Os principais slogans, escritos nos cartazes que pairavam sobre a praça de Tiananmen, proclamavam em russo e em chinês: “Hurra a Gorbachov!”, e “Pela nossa e vossa liberdade!”. Gorbachev estava pronto a encontrar-se com os representantes da juventude”<sup>5</sup>.

O nosso embaixador naquela época em Pequim O.A. Troianovsky recordava mais tarde: “Entre as pessoas que acompanhavam Gorbachev havia uns dois ou três radicalistas que o convenciam a ir a esta praça para pronunciar lá um discurso perante os manifestantes. Mas estes conselhos extremistas foram refutados”<sup>6</sup>.

Uma das pessoas que desaprovava a idéia de intervenção de Gorbachev perante os estudantes era Evgueni Primakov. Durante a reunião que o Presidente da União Soviética convocou

na embaixada soviética no fim do primeiro dia da sua estadia na China, Primakov pronunciou-se contra esta variante. V.N. Ignatenko afirma que “o primeiro a dizer que não se podia fazer isso em hipótese alguma, foi Primakov”<sup>7</sup>.

“Os universitários dirigiram-se a Gorbachev com o pedido de discursar perante eles no comício, – escreve ele no seu livro «Recordações nas encruzilhadas». – Nós, e eu fui o mais ativo neste plano, aconselhamos categoricamente que não fizesse isso. E é possível, que tivéssemos razão. Independentemente das circunstâncias, se Gorbachev discursasse perante os estudantes, é pouco provável que o seu encontro com Deng Xiaoping fosse tão amistoso e frutífero”<sup>8</sup>.

O então vice-ministro das relações exteriores I.A. Rogachov e o embaixador O.A. Troianovsky eram da mesma opinião. Graças a Deus, Mikhail Gorbachev atendeu ao seu conselho.

Em setembro de 1995 o diretor do Serviço de Inteligência Externa E.M. Primakov, que se encontrava em visita na China, foi convidado, embora isso não fosse previsto no programa concatenado de antemão, a visitar Zhōngnánhǎi (palacete no meio do lago artificial situado a oeste da Cidade Interdita) para uma palestra com o Presidente da República Popular da China. Em vez de 30 minutos, previstos preliminarmente, Jiang Zemin conversou com o convidado durante toda uma hora. “É preciso desenvolver as relações russo-chinesas numa base nova, disse então o líder chinês. – Isto é indispensável para os nossos países e para o mundo em redor”<sup>9</sup>.

Precisamente Evgueni Primakov foi autor da fórmula que caracteriza a partir de 1996 as relações russo-chinesas. Foi precisamente ele quem propôs ao presidente da Rússia combinar com Pequim a elevação da colaboração para o nível de parceria estratégica. O ambiente em que se deu esta conversa foi um tanto incomum. Eis como recorda este evento S.N. Goncharov, naquela época ministro-conselheiro da Embaixada da Rússia na China.

“Em janeiro de 1996 E.M. Primakov substituiu A.V. Kozirev no cargo de ministro das relações exteriores da Rússia. Por isso, durante as conversações de 25 de abril de 1996 B.N. Yeltsin informou Jiang Zemin que “nós temos agora um novo ministro das relações

exteriores. Ele é orientalista. Os olhos de Kozirev estavam virados para a direita, mas os olhos de Primakov, para esquerda”.

Durante o vôo da delegação russa, chefiada por Boris Yeltsin a Pequim, em abril de 1996, a bordo do avião foram discutidas questões que deviam constituir a ordem do dia das conversações na República Popular da China. O presidente russo aceitou a proposta de Evgueni Primakov de concatenar com a parte chinesa a nova definição oficial das relações bilaterais que deviam ser qualificadas doravante como “relações de parceria confiável e em pé de igualdade, orientadas pela interação estratégica no século XXI”.

O telegrama com proposta de incluir esta fórmula no documento final da reunião da cúpula bilateral foi enviado para a embaixada russa em Pequim do bordo do avião. Depois da transmissão desta informação à parte chinesa, uma reunião, imediatamente convocada, do Comitê Permanente do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China resolveu concordar com a iniciativa russa. Os resultados da visita e as décadas posteriores de desenvolvimento das relações tornaram evidente que esta fórmula nova não era em hipótese alguma apenas uma retórica bonita<sup>10</sup>.

Evgueni Primakov conseguiu estabelecer boas relações também com o vice-presidente do Conselho de Estado e ministro das relações exteriores da República Popular da China Tian Tsi-Chen. Eram pessoas da mesma geração, unidas pela experiência da vida e pela capacidade de fazer análise profunda da situação internacional. E não só isso. Durante as conversações os dois brilhavam por ditos espirituosos. Recordo a visita de E.M. Primakov à República Popular da China em 17 – 19 de novembro de 1996. A visita ocorreu pouco tempo depois das eleições presidenciais nos EUA e nas conversações foi abordado o tema de candidaturas para o cargo do novo secretário de Estado dos Estados Unidos. «Aliás, observou Tian Tsi-Chen, quando os personagens principais já foram discutidos, podem aparecer mesmo as candidaturas mais inesperadas». Evgueni Primakov reagiu a isso: «É verdade. Um exemplo disso sou eu, na Rússia».

Nos dias 25 – 27 de março de 1997 Evgueni Primakov recebia Tian Tsi-Chen em Moscou. O ministro levou o seu convidado para

o palacete do Ministério das Relações Exteriores em Mescherino. Aí a conversa sempre resultava mais confidencial e sincera, os interlocutores podiam permitir-se gracejar e rir mais do que de costume. Recordo que Evgueni Primakov fez o seguinte brinde: “Vamos brindar o desenvolvimento da parceria com a China. Nesta questão somos dogmáticos – tanto quanto vocês”.

Depois da conclusão das conversações travadas durante uma das visitas de Tian Tsi-Chen a Moscou – estas conversações decorreram na Casa de Recepções do Ministério das Relações Exteriores, em Spiridonovka – foi organizado um almoço de trabalho em homenagem ao hóspede. Evgueni Primakov contou a Tian Tsi-Chen que neste palacete tivera lugar incêndio e que depois “todo o mundo” concorreu para restabelecê-lo. Agradeceu a ajuda dos parceiros chineses que tinham oferecido um tapete novo, encomendado especialmente para isso na fábrica de tapetes de Tien-Tsin. Tian Tsi-Chen foi impressionado a tal ponto com o que tinha visto e ouvido que ao levantar o seu brinde disse com emoção: “O palacete foi destruído pelo fogo mas renasceu, como ave Fênix, das cinzas. Esta história faz lembrar a história das nossas relações, em que houve muitas ascensões e quedas”. Egueni Primakov reagiu com um gracejo fino: “Mas, por sorte, elas não chegaram à fase de cinzas...”.

No verão de 1997 Evgueni Primakov representou a Rússia na cerimônia de entrega de soberania sobre Hong Kong. Da mesma maneira que durante as visitas anteriores do ministro à China, eu tive a oportunidade de acompanhá-lo. A nossa pequena delegação chegou a Hong Kong que contava os seus últimos dias sob o “Union Jack” britânico. No dia 30 de junho, ao anoitecer, os ingleses organizaram uma cerimônia solene e bonita de despedida da sua colônia, a que assistia o príncipe Charles. A cerimônia realizava-se a céu aberto. No entanto, mal o príncipe, acompanhado por soldados da guarda real e por gaiteiros, apareceu no palco, desabou uma chuva torrencial. De nada adiantavam mesmo os guarda-chuvas e capas, preparadas precavidamente por organizadores. Apesar de totalmente ensopado, Evguei Primakov permaneceu firmemente no seu lugar de honra, na primeira fileira, da mesma maneira que todos os participantes da cerimônia.

Naquele mesmo dia, ao anoitecer, o príncipe Charles e o governador geral K. Petten partiram da cidade a bordo do iate “Britannia”. Foram embora também algumas delegações estrangeiras, incluindo a secretária de Estado norte-americano Madeleine Albright, com que o nosso ministro tivera na véspera uma palestra muito circunstanciada. Mas Evgueni Primakov ficou.

Como se fosse de propósito, no dia 1 de julho, quando a alta direção da República Popular da China assumia as “rédeas do poder” na Região Administrativa Especial de Siangan, o dia amanheceu ensolarado e claro. Naquela manhã o ministro teve um encontro muito cordial com o Presidente da República Popular da China Jiang Zemin. O líder chinês agradeceu a Evgueni Primakov, chamando-lhe invariavelmente o seu velho amigo, a participação das solenidades e avaliou isso como um sinal de apoio amistoso a Pequim.



Evgueni Primakov, que era orientalista forte, compreendia perfeitamente o papel do Japão no mundo moderno e a necessidade de buscar vias de desenvolvimento positivo das nossas relações com este país importante para nós. Graças aos seus esforços, ainda na década de 1970 foi organizado o intercâmbio regular entre o Instituto de Economia Internacional e Relações Internacionais de Moscou e o Conselho Japonês para Questões de Segurança “Ampoken”. Por intermédio deste conselho conseguiu-se estabelecer contatos com personalidades mais influentes do Partido Liberal-Democrata, incluindo Yasuhiro Nakasone, a quem Evgueni Primakov referia como “político eminente, sem igual no Japão atual”.

No quadro da política da Rússia na Ásia, renovada durante a gestão de Evgueni Primakov, o Japão passou a ser alvo de atenções maiores. Afigurava-se antinatural que a Rússia, embora participasse das reuniões de cúpula do Grupo dos Sete, tinha o nível mais baixo de relações com um dos membros mais importantes e economicamente evoluídos deste “clubê”, o Japão.

A visita do ministro das relações exteriores Evgueni Primakov ao Japão em meados de novembro de 1996 desempenhou um importante papel na ativação das relações russo-japonesas.

O ministro russo mantinha na sua palestra com o seu homólogo japonês Iu.Ikeda um tom de alto respeito em relação ao Japão, ressaltava a necessidade de dar um novo impulso a conversações sobre o tratado de paz e pronunciou-se, em relação com isso, a favor do estabelecimento mais ativo do contatos e do intercâmbio na região meridional do arquipélago de Curilhas, confirmando a intenção da parte russa de avaliar a possibilidade de retirar as suas tropas destas ilhas. Propôs, finalmente, analisar a possibilidade de realização da atividade econômica conjunta nas ilhas e, caso a parte japonesa estivesse interessada nisso, estudar sob um outro ponto de vista mesmo as questões de jurisdição.

O ministro russo afirmava que esta atividade conjunta teria, de um modo geral, uma importância não somente econômica, mas também política, e iria aproximar os países a certas soluções compromissórias do problema de demarcação territorial.

Iu.Ikeda prometeu que a parte japonesa iria estudar a proposta sobre a atividade econômica conjunta nas ilhas, impondo como condição que isso não substituiria as conversações sobre o problema territorial, mas seria encarado como uma medida provisória, capaz de contribuir, antes da regularização do problema das ilhas, para a criação de um clima mais favorável para estas conversações. A parte russa não teve objeções contra esta abordagem do problema.

Na primavera de 1997 Evgueni Primakov visita novamente o Japão. Vêm uma série de novos encontros e conversações, novas tentativas de encontrar o desenlace de problemas complicados e conduzir as relações russo-japonesas para uma trajetória positiva.

Estes esforços contribuíram em grande parte para derreter o gelo de desinteligência e de mal-entendidos, provocados em princípios da década de 1990 pela tentativa desajeitada da então direção da República Soviética Federada Socialista Russa de resolver a questão de assinatura do tratado de paz com o Japão. “Em meados de 1997 começa o processo de intensificação de relações bilaterais, recorda A.N. Panov, o nosso embaixador no Japão naquele período, e elas entraram na fase de progresso, sem precedentes na história de relações russo-japonesas quanto à intensidade e eficiência. Este processo continuava até fins de 2001”.

Quando Evgueni Primakov subiu para “a ponte de comando” do Ministério das Relações Exteriores, a necessidade de mudança nas relações russo-japonesas já era premente, escreve no seu livro “Do Japão” A.N. Panov. Mas era preciso dar passos práticos para fazê-las sair do ponto morto. “Comecei a levantar esta questão com Evgueni Primaikov e com o presidente Boris Yeltsin, procurei levar ao seu conhecimento que era preciso intensificar a atividade no setor japonês. É preciso render o devido ao presidente e a Evgueni Primakov: eles compreenderam isso e conseguiram realizar juntamente com a direção japonesa um verdadeiro salto, dando início à “era de ouro” nas nossas relações<sup>11</sup>.

Nos dias 1 e 2 de novembro de 1997 foi realizado o primeiro encontro russo-japonês informal de alto nível, em que foi aprovado o “plano Yeltsin-Hacimoto”. Em 18 e 19 de abril de 1998 B. Yeltsin teve o segundo encontro com R. Hacimoto no balneário Kavana.

O pano de fundo deste progresso foi o trabalho ativo dos diplomatas, incluindo os chefes das repartições que cuidavam da política externa. Em fevereiro de 1998 K. Obuchi visitou Moscou na qualidade do ministro das relações exteriores do Japão e em novembro deste mesmo ano ele veio novamente à Rússia, agora, na qualidade de premiê. Mas o seu interlocutor do lado russo era novamente Evgueni Primakov que tinha se tornado a esta altura chefe do governo da Rússia.

A visita de K. Obuchi em fevereiro está relacionada à história de gravatas. Durante a palestra no Kremlin Boris Yeltsin convidou os dois ministros a promover, a exemplo dos líderes, um “encontro sem gravatas” e, para começar, trocar as gravatas. A.N. Panov, que assistiu a esta cena, revela que o ministro japonês começou a desenlaçar prontamente a sua gravata, enquanto que Evgueni Primakov não gostou evidentemente da idéia. A causa desta reação era evidente K. Obuchi, que tinha nascido no “ano do boi”, fazia coleção de objetos com imagem deste animal. “Na sua gravata todo um rebanho de vacas formava fileiras impecáveis. Mas a gravata de Evgueni Primakov era de uma outra categoria, mais alta – era um artigo da moda, produto de uma das firmas



mais famosas. Estava evidente que a troca não seria equivalente. Mas que fazer?! A proposta do chefe de Estado devia ser cumprida. Ao receber de Primakov a sua gravata K. Obuchi pô-la imediatamente. «Senhor ministro, disse Primakov, a minha gravata vai-lhe muito bem...»<sup>12</sup>.

Mas os ministros trocaram não somente gravatas. Foi muito mais importante a intensa troca de opiniões sobre as vias do ulterior desenvolvimento das relações russo-japonesas. Naquela época as partes fizeram grandes esforços, graças aos quais e à nova atmosfera de confiança mútua elas chegaram de perto à solução do problema de conclusão do tratado de paz.



Naquela época a Índia passou a ocupar de direito um lugar cada vez mais importante nos “radares” da política externa russa. Em março de 1997, após uma pausa bastante prolongada, a Rússia recebeu o primeiro-ministro da Índia H.D.Deve Gowda que teve encontros e conversações muito positivos em Moscou. Intensificaram-se os contatos práticos, ambas as partes revelavam interesse cada vez maior em relação a vínculos de negócios e à colaboração econômica. Foi dado início à elaboração do Programa de Cooperação Militar e Técnica a longo prazo que abrangia o período até o ano de 2010. A atmosfera de relações russo-indianas começou a melhorar rapidamente. E em dezembro de 1998 o próprio Evgueni Primakov, a esta altura – já chefe do governo russo, foi visitar a Índia. De acordo com as suas próprias recordações, em 1989 ele por pouco não foi nomeado embaixador russo neste país<sup>13</sup>.

As sementes lançadas em meados de 1990 deitaram bons rebentos. Começou uma nova etapa de consolidação das nossas relações com a Índia. Hoje elas se caracterizam como relações de parceria estratégica privilegiada. A Índia é o mais importante correligionário e companheiro da Rússia nos assuntos internacionais, a nossa colaboração econômica e técnico-militar atingiu uma envergadura sem precedentes, florescem os vínculos culturais e humanitários.



Era preciso dar um novo impulso a relações com a República da Coreia. Depois da visita do presidente da Rússia a Seul em 1992 as relações russo-sul-coreanas começaram a evoluir mas o ritmo deste processo era inferior ao desejado. Estava evidente que a pausa entre as visitas de mais alto nível político resultou demasiadamente longa.

Evgueni Primakov visitou a Coreia do Sul em julho de 1997. As conversações realizadas no processo desta visita contribuíram para a ativação da cooperação bilateral. No quadro da visita foi assinado o acordo sobre a criação da chamada “linha quente”, isto é, um canal de comunicação secreta entre o Kremlin e a Casa Azul, foi regularizado o pleito em torno do terreno em que estava situada a embaixada da Rússia czarista em Seul (a sede da nova missão diplomática foi aberta em 2004). Houve uma discussão séria da situação na península da Coreia. E embora a proposta russa sobre o início de conversações hexalaterais a respeito do problema nuclear da península da Coreia fosse refutada (os sulistas solidarizaram-se então com a idéia americana de conversações quadrilaterais), os anfitriões ficaram impressionados com a posição construtiva da Rússia e disposição, manifestada por Evgueni Primakov de apoiar quaisquer medidas, que contribuíssem para a consolidação da estabilidade na península da Coreia. Passaram-se seis anos e em agosto de 2003 a “hexalateral” virou uma realidade.

Graças aos esforços do Ministério das Relações Exteriores mais atenções foram dedicadas ao desenvolvimento de contatos com a República Popular Democrática da Coreia, o nosso antigo parceiro e importante vizinho no Extremo Oriente.

Infelizmente, o “quebra-cabeça” coreano não foi resolvido até hoje. Ao refletir muitos anos depois sobre o nó bem apertado de contradições da península da Coreia, Primakov condenou a conduta irresponsável de Pyongyang, chamando ao mesmo tempo atenção para a preocupação bem fundamentada da República Popular Democrática da Coreia com ausência de garantias internacionais da sua segurança. Ele refletiu também sobre as perspectivas de desenvolvimento da própria Coreia do Norte. “É de se crer que seria incorreto considerar que na República Popular da Coreia não muda

nada. É possível que dentro de algum período o país possa adotar, por exemplo, o modelo vietnamita de reformas, “temperado” pela especificidade local. Mas para passar a reformas é preciso o período de estabilização que deve incluir, indubitavelmente, uma situação socioeconômica estável. Nestas condições adquire uma importância especial a preservação e o desenvolvimento do apoio humanitário por parte de outros Estados e captação de investimentos estrangeiros... solução... de problemas graves na esfera de matriz energética”<sup>14</sup>.



Graças à participação direta de Evgueni Primakov adquiriu um impulso inédito a parceria dialogal entre a Rússia e a ACEAN (Associação de Estados do Sudeste da Ásia), considerada por este estadista russo um fator de grande importância. Baseava-se na convicção de que a ACEAN era a mais importante organização regional, cuja filosofia e interesses estavam objetivamente próximas da Rússia e que procurava, ela própria, colaborar mais estreitamente com o nosso país.

Em julho de 1996 o ministro das relações exteriores da Rússia chefiou a delegação russa no encontro ao nível ministerial da ACEAN em Jacarta, durante o qual foi oficializada a nossa parceria dialogal com esta Associação. Primakov participou também dos encontros ministeriais Rússia – ACEAN e das sessões do Foro Regional da ACEAN (ARF) de 1997 em Kuala Lumpur e de 1998, em Manila. Precisamente neste período foram assinados documentos básicos e criadas instituições que determinam até hoje o caráter da nossa colaboração com os dez membros da ACEAN.

Em 23 de julho de 1997 o jornal “Kommersant” publicou artigo intitulado “Evgueni Primakov embarcou na campanha asiática”. O periódico informava: “Hoje o ministro das relações exteriores da Rússia Evgueni Primakov chegou a Seul – primeiro ponto de destino da sua tournée por três países da região da Ásia-Pacífico (RAP). A seguir, vai fazer visitas oficiais à Malásia e à Tailândia. Além disso, participará do foro regional da ACEAN em Kuala Lumpur, capital da Malásia, em que estarão presentes, além das delegações dos países-

membros da ACEAN e da Rússia, os representantes dos EUA, Japão, China e de mais sete países da região Ásia-Pacífico.

A julgar pelo nível da recepção, oferecida ao ministro russo nos países da região, e pelas questões que constam nas respectivas ordens de dia, pode-se afirmar que a diplomacia russa atravessa a fase de um novo incremento neste setor da política internacional. A concepção russa do «mundo multipolar» e a política de ampliação do círculo de parceiros da Rússia, que advém desta concepção, resultaram consoantes à aspiração destes países de levar a cabo uma política mais independente em relação ao Ocidente, uma política que lhes proporcione a liberdade de manobra econômica e política.

Uma prova de que as nossas relações estão agora “em alta” é a simples enumeração das ações realizadas e planejadas no quadro da Rússia – ACEAN e Rússia – região Ásia-Pacífico, em que se dedica uma atenção especial a questões de consolidação da colaboração, em primeiro lugar, da colaboração econômica. Pode-se mencionar como exemplo, a primeira reunião do Comitê de Colaboração Rússia – ACEAN (realizada nos dias 5 e 6 de junho, em Moscou); o encontro no quadro do diálogo Rússia – ACEAN no foro regional da ACEAN (29 de julho, Kuala Lumpur); o congresso da Associação dos Bancos Asiáticos (1 a 7 de setembro, Moscou)”<sup>15</sup>.

O nome de Evgueni Primakov está ligado também à tradição, que se formou naquela época, de realizar depois da conclusão das sessões do ARF (Foro Regional da ACEAN) concertos jocosos com a participação de delegações oficiais – um fenómeno realmente único para a diplomacia mundial. Evgueni Primakov, apesar do seu aspecto aparentemente sério e, inclusive, às vezes, severo, na realidade gostava muito da arte poético-musical, escrevia poesias magníficas, tinha fama de excelente contador de histórias e saudava por todos os meios a atividade artística amadora. A idéia destes saraus cômicos agradou-lhe e ele deu uma contribuição pessoal brilhante para a sua realização.

O correspondente da agência RIA “Novosti” M.E. Tsiganov que fazia naquela época cobertura da política russa no sudeste da Ásia e das ações no quadro da ACEAN, numa das suas reportagens informou: “O encontro de ministros das relações exteriores da ACEAN e dos países-parceiros é o único foro internacional em

que os diplomatas não somente discutem importantes problemas internacionais e regionais, mas também revelam-se num papel totalmente inesperado – na qualidade de músicos, atores e cantores.

A idéia de realização de saraus cômicos da ACEAN nasceu praticamente na mesma época em que foi criado o Foro Regional de Segurança (RSF), que existe a partir de 1994. Os concertos, que concluem o foro, devem ressaltar o caráter informal das discussões no quadro da ACEAN.

Os ministros e membros das delegações fazem apresentações jocosas, cujos temas são questões que a ACEAN enfrenta, assim como as particularidades pessoais e traços engraçados um do outro.

Por vezes, os diplomatas preparam-se para o sarau cômico com mesma seriedade que para uniões plenárias e para conversações. Os participantes do concerto trazem vestes teatrais e acessórios cênicos e nas horas livres dos encontros e discussões fazem ensaios das suas apresentações e do canto coral.

Os que assistiram a saraus cômicos anteriores reconhecem que as apresentações da delegação russa gozavam invariavelmente de grande sucesso. Muitas vezes depois dos concertos, junto dos “artistas” do Ministério das Relações Exteriores da Rússia surgiam filas de pessoas que desejavam parabenizá-los pela excelente apresentação. Evgueni Primakov foi o primeiro ministro russo a apresentar-se num concerto de gala. Isto ocorreu em 1997, em Kuala Lumpur<sup>16</sup>.

Os saraus cômicos nos foros regionais da ACEAN ganhavam popularidade cada vez maior e as delegações russa e americana participavam deles de muito bom grado e, inclusive, com um certo arroubo. Eis as recordações do eminente diplomata-orientalista russo A.P. Lossiukov que chefiava no período de 1997 a 1999 o Segundo Departamento Asiático do Ministério das Relações Exteriores da Rússia: “Tivemos a idéia de fazer um performance conjunto com os americanos. Isto foi algo sem precedentes na diplomacia mundial. Os parceiros americanos apoiaram a idéia.

Resolvemos em conjunto que uma base boa para a nossa apresentação podia ser o enredo do musical de Broadway “West Side Story”, que todos conheciam. Mas o problema não se reduzia à música: era preciso refazer a letra das canções de tal maneira

que o seu texto fosse divertido e admissível para as partes russa e americana. Esta era já uma questão política.

Escrevi a primeira variante do texto versificado em inglês, e entreguei-o aos americanos. Era uma sátira política mordaz. Como era de esperar, os colegas do Departamento de Estado dos EUA propuseram reescrever totalmente o texto. Começaram conversações diplomáticas práticas de pleno valor mediante correspondência, que continuaram durante vários meses: eu mandava ao meu parceiro as nossas idéias e ele devolvia-me o projeto com emendas e propostas recíprocas.

Depois de discussões bastante longas e complicadas, o texto foi concatenado. Levei-o ao ministro. Evgueni Primakov perguntou com um ar seco: “Bem, o que é que você escreveu lá?”. Ele pegou o meu papel e levantou sobre ele a caneta. Pensei horrorizado: “Se Evgueni Maksimovich começar a emendar agora um texto, concatenado a custo de tantos esforços, pode-se esquecer da apresentação conjunta – não teremos tempo para concatená-lo de novo...” Mas o ministro gostou da letra e pediu fazer nela apenas certas emendas mínimas”.

Mas agora era preciso ensaiar a interpretação da ária. Esperava-se que ela fosse interpretada pelos dirigentes dos serviços diplomáticos da Rússia e dos EUA. Era nisso que consistia a surpresa principal – Evgueni Primakov e M. Albright cantam em dueto no palco uma ária de enamorados! Como é natural, o ensaio podia ser feito somente depois da vinda a Manila.

Existia uma circunstância importante que facilitava o problema. Sabia-se que entre Primakov e Albright se formaram relações pessoais muito boas. Evguei Primakov apreciava não somente as qualidades profissionais de Albright, mas também qualidades humanas – “ausência da soberba” e “naturalidade que dispunha pessoas a seu favor”. Ele apreciava bem alto também os dados artísticos da sua parceira. Nas suas recordações do concerto informal, realizado depois da Quarta sessão do ARF em julho de 1997, ele escreve, em particular, o seguinte: “A sala explodiu em aplausos quando .... em Kuala Lumpur Madeleine, acompanhada pela sua delegação, interpretou com brilho uma canção de Madona

com letra espirituosa, escrita especialmente para esta ocasião, sobre a política externa dos EUA!”<sup>17</sup>

Naquele caso conseguiu-se organizar um único ensaio e somente na véspera da apresentação. Mas este sarau foi um evento realmente raro, que ficou na memória de todos os presentes. Todos se reuniram no aposento da secretária de Estado, o ambiente era quase doméstico. Evgueni Primakov estava sentado na poltrona, Madeleine Albright, no divã, com pernas encolhidos. Ambos, com “colas” nas mãos, entoavam durante todo o anoitecer a melodia conhecida, interrompendo-a volta e meia por brincadeiras e conversas à parte. As testemunhas revelam que inicialmente conseguia-se pouco, mas quando no outro dia os artistas entraram no palco, fez-se um milagre: os dois ministros cantavam em perfeita harmonia e unísono!

O próprio Evgueni Primakov relata com brilho esta “obra-prima” no seu livro “Campo de minas da política”.

“A NATO incorporou a Hungria, – cantou Madeleine Albright com música de Bernstein da “West Side Story”.

“Este foi o maior erro”, – cantei em resposta com a mesma melodia. A sala, em que estavam presentes todos os delegados, “desfazia-se em exaltação aprovadora”<sup>18</sup>.



Hoje, a parceria entre a Rússia e a ACEAN, que tinha comemorado neste ano o seu vigésimo aniversário, atinge horizontes, nunca vistos outrora. Na terceira reunião de cúpula Rússia – ACEAN, realizada em maio de 2016, em Sochi, chegou-se ao acordo de elevar esta parceria ao nível de parceria estratégica. Como é natural, não poderemos deixar de lembrar neste ano jubilar que Evgueni Primakov esteve “junto do berço” desta parceria dialogal.

Em meados da década de 1990 foi alcançado um grande avanço nas relações bilaterais entre a Rússia e muitos países do Sudeste da Ásia – o Vietnã, Indonésia, Malásia e Tailândia. Daí não vem que nas décadas anteriores o nosso país cuidasse pouco de desenvolver as relações com os Estados asiáticos. Nada disso. A União Soviética sempre teve muitos aliados e amigos na Ásia. Não se deve esquecer

que foi precisamente a União Soviética que deu uma contribuição decisiva para a libertação nacional dos povos desta região do jugo colonial, prestou uma ajuda enorme a muitos países da região da Ásia-Pacífico na conquista da independência e na defesa da sua soberania contra a agressão externa, e para a criação das bases do seu sistema estatal. O fundamento da indústria moderna da China, Índia, Vietnã, Laos, Camboja, Indonésia, Mongólia, Mianma, Bangladesh e Afeganistão foi lançado em grande parte graças à volumosa ajuda por parte da União Soviética. A “ossatura” da intelectualidade técnica e artística destes Estados foi preparada nas escolas superiores soviéticas ou por especialistas soviéticos que tinham sido enviados para prestar ajuda aos jovens Estados socialistas e emergentes da Ásia. Certamente, a política da União Soviética em relação aos países asiáticos levava um cunho marcadamente ideológico, mas não deixava de ser, ao mesmo tempo, coerente e honesta.

A seguir veio uma época difícil para o nosso país, o que se refletiu na atividade da Rússia nesta parte do mundo. Mas a partir da segunda metade da década de 1990 a cooperação com os parceiros da região da Ásia-Pacífico passa a adquirir um caráter qualitativamente novo, isto é, caráter de uma política objetivada e sistêmica que visa o desenvolvimento primordial da colaboração geral em mais diversas esferas.



Depois da normalização em 1989 das relações com a República Popular da China começou o processo de aproximação intensa dos nossos dois países na base da consonância dos interesses de verdade, da vantagem mútua e da regularização dos problemas, herdados por nós do passado. Isto resultou em 1996 na formação de relações de parceria estratégica entre a Rússia e a China. Cinco anos depois, em 2001, este ajuste foi “cimentado” pelo Tratado de boa vizinhança, amizade e colaboração.

Estas relações novas brotaram derivados em forma de acordos sem precedentes entre a Rússia, China, Cazaquistão, Quirguízia e Tajiquistão: em abril de 1996 foi assinado o Acordo sobre a consolidação da confiança na esfera militar na região da fronteira,



e, em abril de 1997, o Acordo sobre a redução mútua das forças armadas e dos armamentos na região da fronteira. Evgueni Primakov deu elevado apreço ao trabalho minucioso de muitos anos dos peritos russos e chineses, e contribuiu ao máximo para a conclusão feliz deste processo.

Na reunião de cúpula de chefes de cinco Estados, realizada em abril de 1996, em Xangai, nasceu a idéia de promover doravante semelhantes encontros de uma forma regular. Foi assim que surgiu o “quinteto de Xangai”. Em 1997 os cinco líderes reuniram-se novamente em Moscou, e em 1998, em Alma-Ata. É de se notar que Boris Yeltsin não pôde participar da reunião de cúpula de Alma-Ata e a Rússia foi representada aí pelo ministro das relações exteriores Evgueni Primakov. “A Rússia será participante mais ativo do «quinteto»”<sup>19</sup>, – declarou ele na ocasião.

Esta declaração não foi gratuita. O ministro fez esforços objetivados a fim de consolidar o “Quinteto de Xangai”. Na altura da sua cimeira em Bisqueque já estavam em vias de formação os mecanismos de trabalho da nova associação, por enquanto, informal, e na reunião de cúpula de Dushanbe, realizada no ano 2000, foi decidido instituir uma nova organização. Em 15 de junho de 2001 os chefes de cinco Estados e do Uzbequistão assinaram a declaração sobre a criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX).



Um dos Estados-observadores junto da Organização para Cooperação de Xangai e um dos candidatos mais reais ao ingresso nesta organização na qualidade de membro plenipotenciário é o Irão. Evgueni Primakov ressalta à parte nas suas memórias que Teerã é importante parceiro do nosso país. “O Irão é país vizinho, ligado a nós por muitas décadas de relações mutuamente vantajosas. Estas relações jamais foram interrompidas e incluíam não somente um elemento econômico forte mas a partir de meados da década de 1990 também a colaboração política, especialmente nas questões em que os nossos interesses ficaram mais próximos”<sup>20</sup>.

Ao falar do papel desempenhado por Evgueni Primakov no desenvolvimento da colaboração com os países da Ásia, não se pode deixar abordar em poucas palavras também o Afeganistão. Depois da saída das tropas soviéticas deste país em fevereiro de 1989, durante um certo lapso de tempo no país conservava-se o status-quo. Mas depois da queda do poder do Partido Popular-Democrático do Afeganistão este país mergulhou no caos da guerra civil. Os mojahiddins tomaram Cabul mas em breve foram expulsos daí pelo movimento “Talibã” – um jogador novo e perigoso no campo afegane. O desenvolvimento de relações russo – afeganes foi interrompido por um certo tempo.

M.A. Konarovsky, eminente afeganista e diplomata russo, recorda que Evgueni Primakov dedicava invariavelmente uma grande atenção ao tema do Afeganistão quando era ministro e mesmo depois da passagem para outros cargos.

“Em fevereiro de 2002, na véspera do meu embarque para Cabul na qualidade de embaixador da Rússia no Afeganistão, tive encontro com Evgueni Primakov que era então presidente da Câmara de Comércio e Indústria. Primakov expôs a sua visão da situação no Afeganistão depois da tomada do poder pelo talibã e em torno deste país. É de se notar que as nossas apreciações coincidiram em grande parte, o que me serviu de fonte de inspiração na véspera do início do trabalho nas condições nada simples daquele país. A exposição das idéias de Evgueni Primakov revelava não somente a amplitude do seu pensamento de orientalista e político profissional, mas também as qualidades do perito que tinha visão estratégica dos processos e compreendia a fundo a essência do conflito neste país. Um dos seus conselhos concretos era a idéia, que não tinha naquela época apoio suficiente: estabelecer amplos contatos com os pashtuns afeganes e com os seus líderes em vez de dar preferência, de acordo com as antigas tradições da época soviética, a minorias nacionais que habitam o norte do Afeganistão. Tive também pleno apoio da sua parte à minha idéia de criação junto da Câmara de Comércio e Indústria de um Conselho Russo-Afegane de Negócios ou de alguma outra estrutura destinada a retirar do estado de entorpecimento a colaboração econômico-comercial bilateral. Esta

idéia obteve traços concretos já no outono de 2002 durante a visita a Moscou do então ministro das relações exteriores do Afeganistão A. Abdullah e o seu encontro com Evgueni Primakov.



O interesse de Evgueni Primakov em relação a questões de diplomacia multilateral na região da Ásia-Pacífico é de longa data – remonta para época em que as primeiras estruturas regionais apenas davam passos tímidos na via da sua formação. Creio que ele previa o grande papel que as organizações e foros multilaterais iriam desempenhar nesta região no futuro. Em meados da década de 1980 uma destas associações no formato da “segunda pista” era o Conselho para Colaboração Econômica do Pacífico (CCTP). Evgueni Primakov foi chefe da delegação russa neste conselho. Existem recordações dos colegas sobre a atividade deste foro: “Os participantes do encontro do Conselho para Colaboração Econômica do Pacífico, realizado em maio de 1988, em Osaka, recordam a sua intervenção brilhante de cinco minutos, em que a União Soviética foi apresentada como uma potência regional com plenitude de direitos, com interesses ramificados e intenções construtivas”<sup>21</sup>.

Evgueni Primakov foi eleito primeiro presidente do Comitê Soviético Nacional de Colaboração Econômica na região Ásia-Pacífico (CSNCERAP), que tinha sido criado por sua iniciativa em 1988. Foi este comitê que abriu caminho para a incorporação da Rússia no foro “Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico” (APEC). “Um passo imediato e prático, em perfeita consonância com o estilo exclusivo de Primakov, foi a viagem-relâmpago, organizada por ele, do grupo de trabalho do Comitê Soviético Nacional de Colaboração Econômica na Região Asiático-Pacífica pelas cidades de Blagoveschensk, Iujno-Sakhalinsk, Vladivostok e Khabarovsk. Tiveram lugar numerosos encontros de trabalho e palestras sinceras com os dirigentes das regiões, diretores de empresas e cientistas. No outono de 1988, na cidade de Vladivostok, naquela época ainda “interditada” para estrangeiros, foi realizado sob a direção de Evgueni Primankov o encontro internacional «Região da

Ásia-Pacífico: diálogo, paz, cooperação» – um foro sem precedentes quanto ao número de participantes e nível de representação”<sup>22</sup>.

Mas este foi apenas o início. Depois de assumir o comando do Ministério das Relações Exteriores, Evgueni Primakiov passou a dedicar uma grande atenção aos crescentes processos de integração regional.

Convém assinalar um fator principal: ao construir há duas décadas a cooperação ativa com os seus vizinhos orientais e centros de força regionais, a Rússia seguia coerentemente a linha da sua incorporação nos processos de cooperação multilateral no quadro da região da Ásia- Pacífico. Em 1996 o nosso país passou a ser participante do Foro Regional da ACEAN para Segurança. Neste mesmo tempo foram enviadas cartas, assinadas pelo ministro das relações exteriores da Rússia Evgueni Primakov, em que se manifestava a disposição de aderir ao Foro “Ásia – Europa” (ASEM). O processo de ingresso nesta associação demorou uma década e meio, mas afinal de contas foi concluído com êxito.

Em 1998 a Rússia entrou, segundo expressão de Evgueni Primakov, “depois de longos martírios e esforços diplomáticos” no foro “Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico” (APEC). Ele próprio representou a Rússia na primeira reunião de cúpula da APEC realizada em outubro de 1998, em Kuala Lumpur, embora inicialmente fosse previsto que a Rússia seria representada pelo presidente Boris Yeltsin. Eis um trecho das recordações de Evgueni Primakov: “Em 16 de outubro de 1998 o presidente revogou a sua viagem à Malásia, onde devia ser realizada a reunião de cúpula dos Estados da região Ásia-Pacífico. A Rússia devia ser representada neste encontro pela primeira vez depois de ter sido admitida, afinal, na APEC. Em vez do presidente à Malásia fui eu”<sup>23</sup>.

Esta linha política foi continuada mesmo depois da transferência de Evgueni Primakov para trabalhar no governo. No ano 2002 a Rússia participou da primeira reunião de cúpula da Conferência sobre Interação e Medidas de Confiança na Ásia (CICA), e passou a ser participante do Diálogo sobre a Colaboração na Ásia (ACD); em 2004 aderiu ao Tratado de Amizade e Colaboração no Sudeste da Ásia; em 2010 foi aceita (juntamente com os EUA) no grupo de

participantes de Reuniões de Cúpula da Ásia Oriental e juntamente com a Austrália e Nova Zelândia aderiu ao foro “Ásia – Europa” (ASEM). Uma prova do elevado apreço da nossa participação enérgica da atividade na região da Ásia-Pacífico foi a decisão de conferir à Rússia o direito de promover a reunião de cúpula da APEC em Vladivostok, em 2012.

Um fator que torna para o nosso país especialmente importante a colaboração com os países da região da Ásia-Pacífico é a esperança especial que temos depositado nesta cooperação no plano de incremento socioeconômico das regiões russas da Sibéria e do Extremo Oriente. Depois da conferência dedicada à análise deste conjunto de questões sob a direção do Presidente da Rússia, em julho de 2010, em Khabarovsk, foi elaborado o Programa Complexo de Ações com vista a Consolidar as posições da Rússia na região da Ásia-Pacífico.

Nos últimos anos nesta região verificam-se mudanças colossais. V.V. Putin qualificou o desenvolvimento do Extremo Oriente como “prioridade da Rússia durante todo o século XXI”. E o “vetor oriental” também é destinado a contribuir para a solução desta tarefa.



É grande a herança teórica de Evgueni Primakov e os seus prognósticos clarividentes já começam a realizar-se. Ao intervir no dia 2 de julho de 2015 na solenidade, promovida no Ministério das Relações Exteriores, em homenagem a este patriarca da nossa diplomacia, S.V. Lavrov disse: “Evgueni Maksimovich Primakov é autor, sem nenhum exagero, dos rumos-chaves da nossa doutrina de política externa, que continuam atuais durante quase duas décadas. Temos em vista, em primeiro lugar, a linha política externa independente e autônoma do país, a sua abertura para a colaboração com qualquer outro Estado ou grupo de Estados em pé de igualdade, numa base de respeito e de vantagem mútuos”<sup>24</sup>.

Serguei Lavrov afirmou que a Evgueni Primakov pertence a primazia conceptual na formulação da doutrina do mundo multipolar, a que chamam frequentemente e com toda a razão de “doutrina de Primakov”. Na década de 90 do século XX houve

quem considerasse esta fórmula uma utopia ideologizada da Rússia ofendida ou uma estrutura especulativa de certos cientistas, isolados da vida. Mas hoje o processo de formação da estrutura policêntrica do mundo abre insistentemente o seu caminho tendo como pano de fundo as tentativas vãs do Ocidente, agora em vias de perder o seu antigo domínio, de manter, custe o que custar, o mundo sob o seu controle exclusivo.

A tese sobre diversos níveis da integração euro-asiática foi formulada por Evgueni Primakov bem antes da época em que esta verdade conquistou os espíritos de outros cientistas e políticos. Ele estava convencido de que o destacamento neste processo de um “núcleo integracional” era necessário e inevitável. A sua conclusão foi confirmada pela vida – no dia 1 de janeiro de 2015 foi criada a União Econômica Euroasiática (UEE).

Evgueni Primakov foi o primeiro a declarar que a colaboração da Rússia, China e Índia era possível. E no início eram poucas as pessoas que acreditavam nisso. Mas pouco tempo depois, em fins da década de 1990, a idéia deste “trio” foi concretizada em forma do mecanismo de diálogo trilateral RIC, em conformidade com as primeiras letras dos nomes dos países que o integram – a Rússia, Índia, China.

O ministro Serguei Lavrov mencionou isso na sua famosa congratulação poética a Evgueni Primakov por ocasião do seu octogésimo aniversário:

“E o famoso triângulo –  
Pequim, New Delhi e Moscou?  
A idéia parecia inicialmente herética,  
Porém o “trio” – ei-lo, está vivo!”

Mas o “trio” deu impulso a processos de envergadura ainda maior. Em 2006 nos horizontes internacionais surgiu mais um foro prospectivo, chamado BRIC. Em 2011, depois da adesão da República Sul-Africana, esta aliança transformou-se em BRICS. Hoje esta associação de Estados acusa um dos ritmos mais elevados de desenvolvimento. É difícil de sobreestimar a sua influência sobre a política mundial, gestão global e reforma de relações econômicas internacionais.

Durante as décadas passadas mudou irreconhecivelmente uma outra obra de Evgueni Primakov e dos seus correligionários – o “Quinteto de Xangai”, que se transformou em 2001 em “Organização para Cooperação de Xangai” (OCX). Esta organização regional nova, criada a fim de consolidar as relações de amizade entre os países-vizinhos e para a luta conjunta contra o terrorismo, separatismo e extremismo, obteve um ímpeto sem precedentes. Ela cresce abordando novos temas, como, por exemplo, a resistência ao tráfico de drogas e colaboração econômica multilateral, e incorporando novos membros. Já foi decidido admitir na OCX a Índia e o Paquistão, o que promete alterar radicalmente o ambiente regional. Mais de dez Estados já são observadores da OCX ou parceiros do seu diálogo. A “família OCX” engloba, ao todo, 18 países. E o interesse dos países da região em relação à OCX continua crescendo firmemente.

A Rússia, na sua qualidade de potência nuclear e membro do Conselho de Segurança da ONU, arca com uma responsabilidade especial pela manutenção da paz e segurança internacionais. Em vista disso não podemos deixar de ficar preocupados com a existência no quadro da região da Ásia-Pacífico de focos de tensão graves, cujo pano de fundo é a falta da confiança e a ausência de um sistema de segurança sólido e consagrado juridicamente. É por isso que o nosso país luta insistentemente pela formação nesta parte do mundo de novos princípios de segurança, livres da ideologia confrontante, princípios que contribuam para a formação dentro da região da Ásia-Pacífico de uma arquitetura de segurança e cooperação que seja universal, aberta e inclusiva, e tenha como base os princípios do direito internacional, de confiança mútua, de respeito de interesses mútuos, de não emprego da força ou da ameaça do seu uso, e de solução pacífica de litígios. Estas exigências em relação ao novo paradigma foram formuladas com o máximo de clareza em meados da década de 1990.

Foi no quadro destas abordagens que Moscou e Pequim apresentaram em 2010 uma iniciativa russo-chinesa conjunta de consolidação da segurança regional. Os parceiros da Rússia e da China na ACEAN apoiaram firmemente esta iniciativa, o que serviu

de base para o início de um diálogo sumamente importante travado agora por todos os membros-chaves da comunidade regional no quadro das reuniões de cúpula da Ásia Oriental.

Afirma-se que Evgueni Primakov “promovia de uma forma enérgica e criadora a ordem do dia positiva nos assuntos mundiais e contribuiu para a edificação de esforços coletivos em busca de respostas aos desafios globais, com apoio no direito internacional”<sup>25</sup>, e esta afirmação está relacionada diretamente ao “vetor oriental” da política externa da Rússia, que este homem excepcional tinha traçado.



Evgueni Maksimovich Primakov era político sábio e sensato. Ao apontar a importância da guinada da Rússia para a região da Ásia-Pacífico, compreendia profundamente que um país, como o nosso, necessitava de uma estratégia equilibrada na política externa e na economia internacional. “A força da nossa política externa, dizia ele, consiste no abarcamento máximo de diversos Estados e, especialmente, no desenvolvimento de relações com os países asiáticos. Esta configuração facilitará o nosso relacionamento com o Ocidente”<sup>26</sup>.

Não foi por acaso que durante a sua última intervenção em janeiro de 2015 na reunião de “Mercury-Club” ele disse, em particular, o seguinte: “Seria correto falar da reorientação da Rússia para o Leste? Estou respondendo: é incorreto. A Rússia gostaria de normalizar relações com os EUA e Europa, mas seria insensato ignorar o crescimento rápido da importância da China e dos outros países-membros da “Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico” (APEC).

Num certo sentido, isso pode ser interpretado como testamento político de Evgueni Maksimovich Primakov.

1. Concepção da política externa da Federação Russa // Boletim Diplomático. Edição especial. 1993, Janeiro. Página 3.

2. Ibidem. P. 5

3. *Ivanov V.I.* Evgueni Maksimovich Primakov e lugar da Rússia na região da Ásia-Pacífico. // <http://alipina.viperson.ru/articles/evgeniy-maksimovich-primakov-i-mesto-rossii-v-atr>



4. *Panov A.N.* Do Japão. Ensaios e pesquisas do diplomata. M.: OLMA Media Group, 2014, P. 415.
5. *Medvedev R.A.* Visita de M. Gorbachev à República Popular da China em 1989 // História nova e contemporânea. 2011. № 3.
6. *Troianovsky O.A.* Através dos anos e dos espaços. História de uma família. M.: *Vagrius*, 1997.
7. *Mlechin L.M.* Primakov. M.; Guarda Jovem, 2015, P. 115.
8. *Primakov E.M.* Encontros nas encruzilhadas. M.: Centrpoligraf, 2015. P. 63.
9. *Ibidem.* P. 182
10. *Goncharov C.N.* Notas sobre a colaboração técnico-militar entre a China e a União Soviética na segunda metade do século XX // <http://www.synologia.ru/monograph-1531-5>
11. *Panov A.N.* Op. cit., P. 560 – 561.
12. *Ibidem.* P. 229 – 230.
13. *Mlechin L.M.* Op. cit., P. 116.
14. *Primakov E.M.* O mundo sem a Rússia? Aonde leva a miopia política. M.: Editora “Jornal Russo”, P. 48.
15. [www.kommersant.ru/doc/181409](http://www.kommersant.ru/doc/181409)
16. [m-tsyganov.livejournal.com/347157.html](http://m-tsyganov.livejournal.com/347157.html)
17. *Primakov E.M.* Encontros nas encruzilhadas.... P. 248.
18. *Primakov E.M.* Campo de minas da política. M.; Guarda Jovem, 2007, P. 191.
19. [www.kommersant.ru/doc/201291](http://www.kommersant.ru/doc/201291)
20. *Primakov E.M.* Encontros nas encruzilhadas.... P. 493
21. *Ivanov V.I.* Op. cit.
22. *Ibidem.*
23. *Primakov E.M.* Encontros nas encruzilhadas.... P. 526
24. Intervenção do ministro das relações exteriores S.V. Lavrov // Nosso ministério na praça Smolenskaia: pessoas e feitos. 2015, № 6
25. [www.mid.ru/main\\_en/asset\\_publisher/.../content/id/1511244](http://www.mid.ru/main_en/asset_publisher/.../content/id/1511244)
26. *Primakov E.M.* Encontros nas encruzilhadas.... P. 64

**Palavras – chaves:** E.M. Primakov, política externa independente, mundo multipolar, parceria estratégica, China, Índia, Japão, ACEAN, RIC, BRICS, “Quinteto de Xangai”, (OCX).



## Conselho da revista

**Serguei Lavrov**

**Ministro das relações exteriores da Rússia**

**Aleksandr Avdeev**, *Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia no Vaticano*

**Andei Denissov**, *Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia na República Popular da China, mestre em economia*

**Aleksandr Dzassohov**, *doutor em ciência política*

**Igor Ivanov**, *presidente do Conselho Russo para Negócios Internacionais, membro-correspondente da Academia de Ciências da Rússia, doutor em história*

**Konstantin Kosachev**, *presidente do Comitê do Conselho da Federação para Assuntos Internacionais, mestre em direito*

**Vladimir Lukin**, *Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, doutor em história, professor titular*

**Mikhail Marguelov**, *vice-presidente da Sociedade Anônima de Capital Aberto “AK Transneft”*

**Serguei Viazalov**, *diretor geral do Ministério das Relações Exteriores da Rússia*

**Alekssei Meshkov**, *vice-ministro das relações exteriores da Rússia*

**Aleksandr Panov**, *doutor em ciência política*

**Georgui Petrov**, *vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Rússia*

**Alekssei Puchkov**, *mestre em história*

**Serguei Riabkov**, *vice-ministro das relações exteriores da Rússia*

**Mikhail Seslavinski**, *dirigente da Agência Federal de Imprensa e de Comunicações de Massa*

**Vladimir Titov**, *primeiro vice-ministro das relações exteriores da Rússia*

**Anatoli Torkunov**, *reitor do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, membro efetivo da Academia de Ciências da Rússia, doutor em ciência política*

**Alekssei Fedotov**, *Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia na Eslováquia, mestre em direito*

**Vladimir Chijov**, *representante permanente da Rússia junto da União Europeia*


**Vitali Tchurkin**, *representante permanente da Rússia junto à ONU, mestre em história*

**Yuri Chafranik**, *presidente da diretoria da Companhia Petrolífera Interestatal “SojuzNefteGaz”, presidente do Fundo “Política Mundial e Recursos”*

**Aleksandr Yakovenko**, *Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia na Grã-Bretanha, doutor em direito, professor titular*


*Redator chefe* **Armen Oganecian**

Digest 2015



**INTERNATIONALES LEBEN**

Probleme der Aussenpolitik, der Diplomatie und der nationalen Sicherheit




**Н.А.Симония, А.В.Торкунов**

**Глобализация**



**структурный кризис  
и мировое лидерство**  
мифы и реальность

2013

Библиотека «Международной жизни»




文匯 2014

**国际生活**

俄罗斯对外政策、外交和国家安全




Digest 2015



**LA VIE INTERNATIONALE**

Politique étrangère, diplomatie, sécurité nationale




INTERNATIONAL AFFAIRS  
МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ

Special Issue

**bric**  
BRICS  
EKATERINBURG  
2009

**bric 2010**  
Istanbul


14 April 2011 Sanya China

**BRICS**  
RUSSIA UFA 2015

New Delhi


**BRICS**  
2014  
Fortaleza - Brasil

Digest 2015



**الاحداث السياسية الدولية**

قضايا السياسة الخارجية، والدبلوماسية، والأمن القومي



Декабрь 2015



**МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ**

Проблемы внешней политики, дипломатии, национальной безопасности

**С Новым, 2016 годом!**

**Росотрудничество - 90!**  
Любовь Габбона  
Руководитель Росотрудничества


**V Всемирный конгресс соотечественников в Москве**  
Константин Климовский  
Заместитель директора ДРС МИД России

**Сунниты и шииты: противоречия**  
Сергей Иванов  
Заведующий кафедрой Дипломатии МИД России

**IV Международная конференция «Россия и Европа: актуальные проблемы современной международной журналистики»**


Москва. Издано в марте 1922 г.

Special Issue  
2010



**INTERNATIONAL AFFAIRS**

**RUSSIA - ASEAN**



www.INTERAFFAIRS.ru

VOLUME 59 NUMBER 2, 2013

**International Affairs**

A Russian Journal of World Politics, Diplomacy and International Relations

**In This Issue**

Press Conference of Sergey Lavrov

On the New Security Architecture in Asia-Pacific

Russian Muslims and the "Arab Spring"

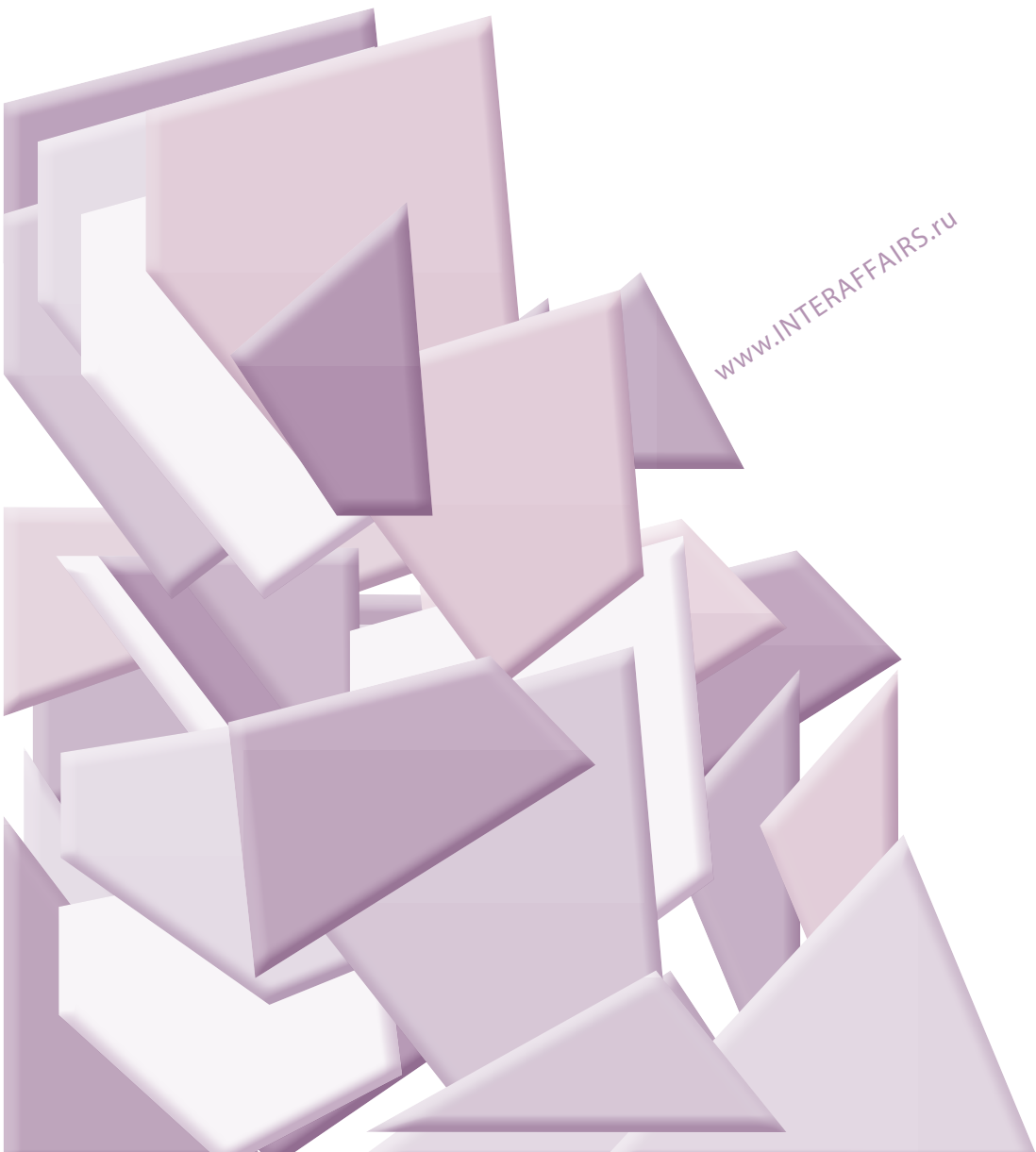
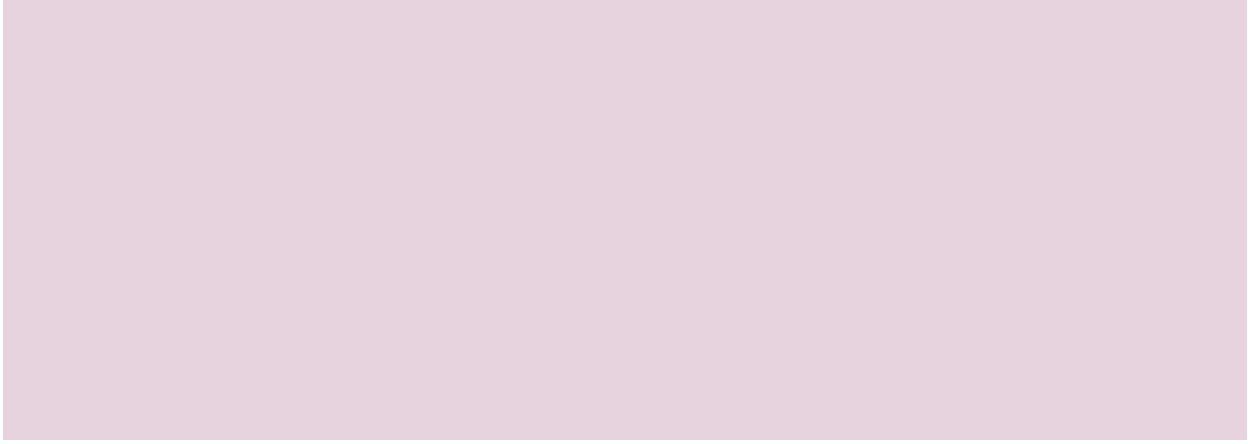
Eurasian Vector of Development

Citizen Voting Rights in the 2012 U.S. Election

The Little World War in South America

Stalingrad, an Imperative of History





[www.INTERAFFAIRS.ru](http://www.INTERAFFAIRS.ru)